

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS - CCHN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGHIS  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**SUENI DA VITÓRIA SOBRINHO**

**CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO UMA FEITORIA PORTUGUESA NO  
ATLÂNTICO SUL: A PAUTA DE COMÉRCIO E A ATIVIDADE MERCANTIL  
(1600-1642)**

VITÓRIA  
2013

SUENI DA VITÓRIA SOBRINHO

**CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO UMA FEITORIA PORTUGUESA NO  
ATLÂNTICO SUL: A PAUTA DE COMÉRCIO E A ATIVIDADE MERCANTIL  
(1600-1642)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio M. Ribeiro.

VITÓRIA  
2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Sobrinho, Sueni da Vitória, 1963-

S677c      Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul : a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642) / Sueni da Vitória Sobrinho. – 2013.

112 f. : il.

Orientador: Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Brasil - História - Capitâneas hereditárias, 1534-1762. 2. Espírito Santo (Estado) - Comércio exterior -1600-1642. 3. Espírito Santo (Estado) – História - Aspectos econômicos - 1600-1642. I. Ribeiro, Luiz Cláudio Moisés. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

**SUENI DA VITÓRIA SOBRINHO**

**CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO UMA FEITORIA PORTUGUESA NO  
ATLÂNTICO SUL: A PAUTA DE COMÉRCIO E A ATIVIDADE MERCANTIL  
(1600-1642)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovado em \_\_\_\_, \_\_\_\_\_, de 2013.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profº. Drº. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro

Universidade Federal do Espírito Santo (Orientador)

---

Profº. Drº Cezar Teixeira Honorato

Universidade Federal Fluminense (Membro Externo)

---

Profª. Drª. Maria da Penha Smarzaró Siqueira

Universidade Federal do Espírito Santo (Membro Interno)

---

Profº. Drº. Josemar Mchado de Oliveira

Universidade Federal do Espírito Santo (Membro Suplente)

*A minha mãe: Joaquina Mendes dos Santos (in memorian), que me ensinou a não desistir diante dos obstáculos.*

*Ao meu pai: João da Vitoria Sobrinho (in memorian) por me ensinar que na vida tudo tem um preço.*

*Ao meu filho: Suélio Saldanha da Vitória, razão do colocar em prática os ensinamentos de meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Inegavelmente, um pesquisador jamais constrói um estudo sozinho. Ele precisa das Instituições e da contribuição de amigos, de colegas e professores da pós-graduação. E de forma imprescindível de seu orientador. Nesta nota de agradecimento, apenas pontuarei as pessoas e instituições que estiveram diretamente relacionadas a meu estudo, cuja contribuição foi importante para confeccioná-la.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Joaquina Mendes dos Santos e João da Vitória Sobrinho [estão no céu], porque me prepararam para a vida e porque sempre acreditaram no meu potencial. Ao meu filho, Suélio Saldanha da Vitória, catalisador de minha motivação. Aos meus irmãos, pela compreensão dedicada a mim nos momentos difíceis de minha vida. Finalmente, a toda a minha Família.

Devo também agradecer aos meus amigos, em especial a Hudson Valentim Vassoler e Jefferson Ferreira Alvarenga, que me incentivaram a fazer o Mestrado de História Social das Relações Políticas, bem como a Érica da Conceição Lopes, amiga da graduação e da iniciação científica.

Agradeço ao orientador, Professor Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, pela enorme contribuição a este estudo. Porque, sem a oportunidade que foi me dada em seu grupo de Iniciação Científica, não teria sido possível chegar a esse ponto. Gratidão, verdadeiramente é o que tenho pelo “Mestre”, que confiou na minha interidade como pessoa individual e intelectual, quando tudo apontava contrário. Soube usar a vara no momento certo, por outro lado, soube usar de sua sabedoria para mostrar-me a direção correta.

Sou muito grato aos membros da banca examinadora, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rossana Britto e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria da Penha Smarzaró Siqueira, pelas contribuições feitas, já na qualificação, e pelas ricas sugestões que possibilitaram concluir este estudo.

Agradeço aos professores do Mestrado de História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, sobretudo àqueles que ministraram disciplinas cujo conteúdo possibilitou maior entendimento acerca do meu objeto de estudo.

Agradeço às instituições públicas que facilitaram a busca por fontes primárias e secundárias, como o Arquivo Público de Campos dos Goytacazes, a Biblioteca Pública Estadual e a Biblioteca Municipal, Adelson Poli Monjardim. .

A todos esses citados, meu muito obrigado.

*[...] Afinal, digam-me senhores com suas luzes e sua experiência, onde está a verdade, a completa verdade? Qual a moral a extrair desta história por vezes salafrária e chula? Está a verdade naquilo que sucede todos os dias, nos quotidianos acontecimentos, na mesquinhez e chatice da vida da imensa maioria dos homens ou reside a verdade no sonho que nos é dado sonhar para fugir de nossa triste condição? Como se elevou o homem em sua caminhada pelo mundo: através do dia a dia de miséria e fúricas, ou pelo livre sonho, sem fronteiras nem limitações? Quem levou Vasco da Gama e Colombo ao convés das caravelas? Quem dirige as mãos dos sábios a mover as alavancas da partida dos esputiniques, criando novas estrelas e uma lua nova no céu desse subúrbio do universo? Onde está a verdade, respondam-me por favor: na pequena realidade de cada um ou no imenso sonho humano? Quem a conduz pelo mundo afora, iluminando o caminho do homem? [...]* (Os Velhos Marinheiros – Jorge Amado).

## RESUMO

Nesta dissertação nos propusemos realizar uma análise historiográfica da administração fazendária portuguesa no que tange à dinâmica econômica da Capitania do Espírito Santo no recorte cronológico proposto [período 1600-1642]. Assim, esperamos demonstrar se o caráter deprimido da economia da capitania do Espírito Santo está ligado aos contrabandos e descaminhos e ao absenteísmo dos donatários cuja última presença ocorreu entre 1609 e 1627. Nossa análise tem como pressuposto fazer emergir o interesse local em manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na conjuntura econômica (1600-1642), descrever a pauta de exportação e importação de produtos, a relação comercial com as capitanias adjacentes e examinar as formas de pagamento, e acumulação da estrutura produtiva da capitania.

Palavras-Chaves: Capitania do Espírito Santo, Rede de Sociabilidade, Economia do Bem Comum, Pauta de Exportação, Feitoria.

## ABSTRACT

In this dissertation we did propose to perform a historiographical analysis of the Portuguese's treasury administration regarding the economic dynamics of the Espirito Santo's Captaincy, in the chronological cut proposed [period 1600-1642]. Thus, we expect demonstrate if the depressed character of the Espirito Santo's Captaincy economy is linked to the smuggling, the misdirections and the absenteeism of donees whose the last presence occurred from 1609 to 1627. Our analysis is assumed to emerge the local interest in maintaining the privileges of trade and political power in a network qualified as the economy of the common-good and the participation of Espirito Santo's captaincy in the economic juncture (1600-1642), describing the agenda of exportation and importation of products, the business relationship with the adjacent captaincies and examining the ways of payment and accumulation of the productive structure of the captaincy.

Key Words: Espirito Santo's Captaincy, Network of Sociability, Economy of Common-Good, Exportations agenda, Trading post.

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1- Capacidade do Engenho-----	84
Gráfico 2- Capacidade do Engenho-----	85
Gráfico 3-Produção de Açúcar nas Capitâneas (Produção em arrobas)-----	86
Gráfico 4-Produção de Açúcar nas Capitâneas, relativo a tabela 3 em percentual por unidade-- -----	87
Gráfico 5- Produção de Açúcar nas Capitâneas (Produção em arrobas/ em potencial)-----	87
Gráfico 6- Produção de Açúcar nas Capitâneas, relativo a tabela 4 em percentual potencial por unidade -----	88

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Capacidade do Engenho-----84

Tabela 2- Capacidade do Engenho-----84

Tabela 3- Produção de Açúcar nas Capitâneas-----86

Tabela 4- Produção de Açúcar nas Capitâneas-----87

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Rol das fazendas enviadas ao Rio de Janeiro-----	96
Quadro 2- Itens importados indispensáveis para a construção de embarcações-----	99
Quadro 3- Itens importados para a produção de açúcar-----	100

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO I- O ANTIGO REGIME E SUA DINÂMICA POLÍTICA E ECONÔMICA: UMA ACOMODAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA</b> .....	26
1. ANTIGO REGIME.....	27
<b>CAPÍTULO II- ESTRUTURA SOCIAL E REDE DE SOCIABILIDADE NA “ECONOMIA DO BEM COMUM”: A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO NA “ECONOMIA POLÍTICA DE PRIVILÉGIOS”</b> .....	49
1. CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO.....	50
2. REDES DE SOCIABILIDADES: CONCEITOS PARA ENTENDER A GOVERNABILIDADE.....	53
3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTORIOGRAFIA DO ESPÍRITO SANTO.....	57
4. REDE DE PODER NA MONARQUIA DUAL.....	68
<b>CAPÍTULO III- O ESPÍRITO SANTO, UMA FEITORIA?</b> .....	74
1. A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ECONÔMICA.....	76
2. OS MEIOS DE PAGAMENTO EM USO.....	78
3. AS SESMARIAS E AS TERRAS DE PARTIDO.....	79
4. UNIDADES PRODUTIVAS: A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO.....	81
5. O ENGENHO.....	81
6. A PRODUÇÃO DO ENGENHO.....	88
7. CONSTRUÇÃO NAVAL.....	91
8. PAUTA DE COMÉRCIO DA CAPITANIA.....	92
9. PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO.....	92
10. MERCADORIAS DIVERSAS.....	96
11. PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO.....	98
<b>CONCLUSÕES</b> .....	102
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	107
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	111

## INTRODUÇÃO

A História do Espírito Santo do período colonial foi escrita com poucos documentos e publicada por autores que deram relevo a uma ideia de fracasso da Capitania assimilando ter havido um sucesso na colonização de outras como São Paulo e Pernambuco. Essa construção, feita de maneira fragmentária, teve como princípio básico que as informações daqueles documentos expressavam a verdade, característica de uma história positivista.

Nesta pesquisa perseguimos outra interpretação. Assim, transcrevemos documentos manuscritos datados do período entre 1615-1681. Em sua íntegra, a análise inicial parece conduzir à introdução de novos elementos relacionados com as pautas de comércio no Atlântico, e indicam articulações da capitania capixaba com outras capitanias do Brasil e com as colônias espanholas na América.

Nesta dissertação nos propusemos realizar uma análise historiográfica da administração fazendária portuguesa no que tange à dinâmica econômica da Capitania do Espírito Santo no recorte cronológico proposto [período 1600-1642], apoiados em bibliografia concernente ao tema e com documentos inéditos constantes do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Assim, esperamos demonstrar se o caráter deprimido da economia da capitania do Espírito Santo está ligado aos contrabandos e descaminhos e ao absenteísmo dos donatários ocorrido após 1627. Nossa análise tem como pressuposto 1) fazer emergir o interesse local em manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na conjuntura econômica (1600-1642), 2) descrever a pauta de exportação e importação de produtos, 3) descreve a relação comercial com as capitanias adjacentes e 4) examinar as formas de pagamento e acumulação na estrutura produtiva da capitania.

Com efeito, a fim de desenvolver nossa argumentação levantamos três hipóteses as quais nortearam nossa pesquisa.

- 1) A primeira é evidenciar que o conceito *Antigo Regime* está relacionado com a prática mercantilista e está fundamentado na estrutura econômica denominada *Plantation*. O conceito é administrativa e socialmente firmado em uma hierarquia baseada em prestação e contra prestação de serviços à Coroa, cujo reconhecimento é estabelecido por meio de mercês – concessão comercial, direitos de cobrar impostos, tenças, entre outros.

- 2) A posição geoestratégica da capitania do Espírito Santo é parte garantidora desses interesses - privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum*, com ênfase nos moradores/administradores residentes na capitania/feitoria do Espírito Santo e a participação desta na conjuntura econômica (1600-1642) e sua inserção na dinâmica comercial, em um primeiro momento.
- 3) Num segundo momento, Como capitania militar o Espírito Santo servia como cabeça de ponte para salvaguardar a costa marítima e impedir a interiorização de potências adversárias de Portugal.

A forma como se construiu a historiografia sobre o Espírito Santo, feita de maneira fragmentária, nos leva a uma questão: os documentos expressavam a verdade? Pois, foram relatados como portadores de tal. Além do mais, os pesquisadores estabeleceram suas análises como se o período colonial no Espírito Santo fosse um bloco homogêneo e inflexível durante os três séculos como colônia, negando, assim, as conjunturas econômicas, os fluxos e influxos monetários, a partir de políticas econômicas traçadas pela Coroa e posteriormente pelo Conselho Ultramarino português e a atividade dos homens de negócios que visavam e estabeleciam um pacto traduzido como *economia do bem comum*.

Para a análise dos documentos e da bibliografia tradicional elencadas no intuito de conhecê-las e superá-las, nos apoiamos na obra de *Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli. Os Métodos da História*, na construção da metodologia, entendida como caminho que se deve seguir à busca de um objetivo, cujo primeiro passo foi a *iniciação científica* – entre agosto de 2009 e janeiro de 2010 sob a orientação do *Prof. Dr.º. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro*, do Departamento de História do Centro de Ciências Humanas e Naturais/Ufes. O subprojeto de pesquisa intitulado Transcrição de Fontes Manuscritas para a História do Espírito Santo no período colonial, nos permitiu com a documentação, que posteriormente serviria de base para a confecção desta dissertação. Cumprida essa etapa e escolhido o tema da pesquisa. Elencamos uma bibliografia para o levantamento de obras de referência.

Nossa escolha pela dita obra se pautou por ela se revelar um mecanismo da história crítica no conflito contra uma história linear, “em que o historiador estabeleceria apenas os fatos históricos, coordenando-os e expondo-os de forma coerente”.<sup>1</sup> De forma que, os fatos históricos seriam os singulares e que não se repetem. Então a “função do historiador seria a de recolhê-los objetivamente e coordená-los em uma cadeia linear de causas e consequências” .<sup>2</sup>

<sup>1</sup>CARDOSO, *Ciro Flamarion S. Os Métodos da História*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p. 21.

<sup>2</sup>Ibidem., p. 22.

Ora, esta visão não corresponde às nossas intenções; nosso objetivo é investigar, descobrir e apreender uma dada realidade. Pois vemos que há uma verdade a ser recuperada por meio da análise histórica. Todavia, temos no horizonte que toda atividade de pesquisa é uma interferência do pesquisador em uma dada realidade. Isso porque temos a consciência da necessidade de problematizar o saber acumulado, por meio da leitura da bibliografia, com o da coleta de informações dadas pela leitura da documentação.<sup>3</sup> Como a historiografia chegou a este patamar? Segundo *Cardoso*:

A decisiva mudança de rumos ocorreu a partir de 1929, com a criação dos *Annales*, por Lucien Febre e Marc Bloch: estes historiadores fizeram da revista um ponto de encontro e de debate entre historiadores e cientistas sociais. [...] Em uma primeira fase, foram os estudos econômicos da conjuntura que mais influenciaram os historiadores, estimulando o estudo dos preços e salários<sup>4</sup>.

Entretanto, o grande movimento de contato e discussão com as ciências sociais mudou de direção “[...] a partir de 1930, sob novas influências: do estruturalismo linguístico e antropológico, da demografia, da escola de Chicago”<sup>5</sup>.

Com efeito, para a historiografia, a importância de *Fernand Braudel* e *Ernest Labrousse* foi fundamental, porque possibilitou orientar o estudo das estruturas – além dos acontecimentos e dos ciclos conjunturais.<sup>6</sup> De forma que a metodologia que a história passou a adotar foi: a quantificação, conjuntura, estrutura, modelo<sup>7</sup>.

No caso de nossa dissertação adotaremos a quantificação e a conjuntura, haja vista que nossa análise sobre a história do Espírito Santo abarca o período de 1600 a 1642. Conjuntura aqui entendida como movimento das elevações e quedas da produção, mais não nos limitamos a abordar esse conceito apenas na esfera econômica, pois, há também uma conjuntura social cuja evidência da documentação elencada põe: o conflito de interesse a fim de manter as

---

<sup>3</sup>ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso**: aproximações e afastamentos na (re) construção de uma trajetória – ALEA – volume 7. Número 2, julho-dezembro, 2005.p. 305-322.

<sup>4</sup>Cf. CARDOSO, C. F. S. op. cit., p. 23, nota 1 desta introdução.

<sup>5</sup>Ibidem., p. 23.

<sup>6</sup>Ibidem., p. 24.

<sup>7</sup> Ibidem., p.25.

mercês e os benefícios sob os auspícios do rei, dada pelas variações nas relações de força dos diferentes grupos numa determinada conjuntura política<sup>8</sup>.

Não se deve esquecer que a conjuntura em estudo encontra-se numa estrutura de Antigo Regime e, segundo *Cardoso*, nesta há o

predomínio esmagador de uma agricultura dominada pelo problema de subsistência. [...] a perda da colheita significa a crise de subsistência. [...] O encarecimento dos fretes é a consequência direta da insuficiência dos meios de transportes, as diferenças regionais nos preços são notáveis e, conseqüentemente, [...] só podemos falar de mercado local ou regional<sup>9</sup>.

Isto posto, é importante evidenciar que o primeiro capítulo traz em seu bojo uma discussão acerca do Antigo Sistema Colonial como característica da prática mercantilista no *Antigo Regime*, como projeto colonizador. Doravante, para compreender a história da Capitania do Espírito Santo é necessário trazer à luz o funcionamento do governo no regime absolutista e no Antigo Sistema Colonial, bem como as relações de colônia e metrópole no “*exclusivo comercial*” cujo comércio era baseado na concessão de privilégios e mercês para comercializar e ocupar cargos no poder, que segundo a lógica de interesse da Coroa eram concedidas por serviços prestados e por arrematações aos contratadores que detinham este privilégio por tempo determinado. Esta é a casuística em análise neste projeto. Pois, essa afirmativa vai ao encontro do que chamaremos *economia do bem comum*.

Com vistas a dar conta do objeto recortado, esta dissertação sob o título: *Capitania do Espírito Santo, uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul: a pauta de comercio e atividade mercantil (1600-1642)*, busca explicar a capitania<sup>10</sup> como parte do sistema de colonização - expressão da dinâmica mercantilista, política comercial do *Antigo Regime* que traz em seu bojo as contradições responsáveis por sua crise e superação. Nossa escolha pela linha teórica materialista é objetiva, porque a vida acontece ao rés do chão.

---

<sup>8</sup>Cf. CARDOSO, C. F. S. op. cit., p. 216, nota 1 desta introdução.

<sup>9</sup> Ibidem., p. 262-263.

<sup>10</sup> Quando afirmamos explicar a capitania como parte do sistema de colonização, entendemos a mesma como unidade política, econômica e social autônoma dentro do projeto colonizador português, não vemos a colônia portuguesa na América como um todo contínuo.

O homem em sua ação determina e é determinado pelas modificações em seu domínio natural. A sociedade capitalista é produto desta ação que age sobre a estrutura da sociedade, por isso, segundo *Marx*,

a sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que expressam suas condições e a compreensão de sua organização permitem, ao mesmo tempo, compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade passadas, sobre cujas ruínas e elementos ela foi edificada e cujos vestígios, ainda não superados, continua arrastando, enquanto meros indícios anteriores desenvolveram nela sua plena significação<sup>11</sup>.

Nosso estudo versa sobre a fase que na Europa é de transição do modo feudal de produção para a sociedade burguesa capitalista. Estamos a falar do mercantilismo, cujo papel foi primordial na superação da fase anterior, pois, como instrumento de unificação, possibilitou a superação do modo feudal de produção e sua fragmentação política, trazendo ordem às tensões, o que representou a saída para a crise feudal e permitiu a acumulação e mobilização de recursos para o desenvolvimento da expansão comercial.<sup>12</sup> A capitania do Espírito Santo encontra-se neste intervalo temporal a serviço de um governo centralizado cujo objetivo é a manutenção e desenvolvimento do complexo comercial do Atlântico Sul frente aos êmulos europeus. Compreender o papel da capitania capixaba nesse jogo de interesse é compreender a forma e o conteúdo do modo de produção e como ele se estabeleceu enfatizando a contribuição desta capitania, e os produtos que compunham a pauta de comércio na formação do estágio atual da produção em âmbito local.

Com os olhos voltados à ação do Estado português dentro da lógica do Antigo Regime, o objeto de análise desta dissertação quer lançar luzes novas no período de 1600 a 1642, com o foco nas conjunturas econômicas e políticas. Ademais, dentro destas conjunturas - o governo alienígena, a restauração, o período de concorrência do açúcar no mercado europeu, e atravessando os interstícios dessas conjunturas, a política de manutenção do território - investigar a dinâmica econômica promovida pela estrutura produtiva baseada no engenho de açúcar a partir da pauta de comércio, e os interesses locais em querer manter os privilégios de

---

<sup>11</sup>CARDOSO, Ciro Flamario S. **Os Métodos da História**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p.443.

<sup>12</sup>NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1985, p. 57-116.

comércio e o poder político com o fim de lançar um novo olhar sobre a consequência dessa ação no influxo comercial da capitania do Espírito Santo, bem como fazer emergir à luz de novos documentos o papel geoestratégico desta Capitania para a Coroa Portuguesa.

### *A pesquisa*

Vale salientar que nosso estudo vislumbrava outras possibilidades, contudo, a partir do estudo das possibilidades de desenvolvimento e finalização da empresa inicial o orientador *Luiz Cláudio Moises Ribeiro* salientou a amplitude do tema e o exíguo prazo para a confecção do trabalho e sugeriu a mudança do tema, que passou a ter o título de *Capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul: a pauta de comércio e a atividade mercantil (1600-1642)*. Nos propusemos realizar uma análise historiográfica da administração fazendária portuguesa no que tange à dinâmica econômica da Capitania do Espírito Santo no recorte cronológico proposto, apoiado em bibliografia concernente ao tema, cotejada com documentos inéditos constantes do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, datados de 1615-1681. Esperamos, com efeito, demonstrar que o caráter deprimido da economia da capitania do Espírito Santo não está relacionado à conjuntura econômica proposta para este estudo.

Para pensar a capitania do Espírito Santo como feitoria<sup>13</sup> - entendida no sentido de intercâmbio de mercadorias - e perceber sua importância geoestratégica tanto para a realização de comércio de cabotagem e para a defesa faz-se necessário uma análise da colônia como um todo.

Doravante, quando evidenciamos a atividade comercial no início do século XVII afirmamos que esta não era nova para na colônia, pois já nos momentos imediatamente posteriores à conquista começou a desenvolver-se. Em princípio, a dinâmica comercial girou em torno da madeira de tinta e os seres humanos, tecidos, utensílios para uso domésticos e lavoura; doravante, com a chegada de povoadores e colonos, se colocou em prática novas terras e cultivos, principalmente a produção da cana de açúcar e seus derivados: açúcar e aguardente, evidenciando a atividade comercial mercantil.

A presença dos corsários e piratas originários das mais diversas zonas: ingleses, flamengos, castelhanos e franceses catalisaram o processo de ocupação e do desenvolvimento da

---

<sup>13</sup>Cf. RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio. (Orgs.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: Secult, 2012, p.171-199.

atividade mercantil garantido por uma *economia do bem comum*, conceito que será explicado mais adiante.

Temos antes de tudo que dar ênfase aos produtos que atraíam a atenção dos mercadores, nacionais e estrangeiros. Porém, é necessário aludir que por sua vez as capitânicas/feitorias<sup>14</sup> eram também mercado receptor e distribuidor das mercadorias e produtos europeus.<sup>15</sup>

A incipiente estrutura econômica colonial baseada em produção extrativa (madeira e drogas do sertão) em uma agricultura de consumo, e outra de exportação, na qual se iam alternando produtos agrícolas: açúcar, tabaco, cereal, são obstáculos ao desenvolvimento de atividade geradora de uma série de produtos, ferramentas, necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade, máxima de uma sociedade de nova caminhada<sup>16</sup>.

Paralelamente a esse fenômeno do comércio exterior se foi desenvolvendo, no âmbito interno de cada feitoria, um comércio local dedicado ao autoabastecimento de produtos agrícolas, fundamentalmente, necessários para a vida cotidiana e redistribuição daqueles outros importados, igualmente necessários<sup>17</sup>.

No âmbito próprio da colônia se desenvolveu um comércio regional que cumpria essas mesmas funções de abastecimento de produtos agrícolas que se intercambiavam de uma capitania para outra. E por outra parte, a redistribuição de produtos forâneos que importavam as capitânicas economicamente mais fortes, para logo vendê-los a outras, ou dá-los como forma de liquidar créditos concedidos<sup>18</sup>.

Nossa dissertação busca comprovar se este esquema funcionava dentro do recorte cronológico estabelecido e se a capitania/feitoria do Espírito Santo teve efetiva participação, contribuindo para o desenvolvimento colonial. Estas e outras razões já expostas e que exporemos adiante foram os incentivos para desenvolver o presente trabalho.

---

<sup>14</sup>Capitania, com vistas à administração política de ocupação a partir do “foral” e da Carta de doação”; já Feitoria, devida a dinâmica econômica, em potencial, que exerciam tais possessões.

<sup>15</sup>SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de las Canarias Orientales em tempos de Felipe II**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canaria; Las Palmas, 1991. p. 12.

<sup>16</sup>Ibidem., p. 12.

<sup>17</sup>Ibidem., p. 12.

<sup>18</sup>SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de las Canarias Orientales em tempos de Felipe II**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canaria; Las Palmas, 1991, p.13.

A primeira e fundamental razão pela qual elegemos o presente tema foi a importância manifesta do comércio dentro da história das sociedades modernas. Por que é por meio de como se organiza a estrutura produtiva e comercial que se estabelece o grau de desenvolvimento de um povo. Cabe a nós tentar revelar o grau de organização econômica em que se encontrava a capitania/feitoria do Espírito Santo, através da pauta de comércio e das relações mercantis que dela derivavam, firmando relações de dependência e de poder.

Com vistas a atingir a finalidade desta dissertação buscamos desenvolver uma linha de raciocínio que contemple, num primeiro momento, a trajetória da historiografia, tendo como ponto de partida a dos anos 30, cujas obras versam sobre o período colonial tendo como discussão o relativo entendimento sobre o desenvolvimento e as mudanças do país, estabelecendo o conceito de *sentido*. Essa ideia foi hegemônica até a década de 60, quando, a partir dos anos 70, as reflexões deslocaram para uma abordagem microscópica da História do Brasil. O todo deixa de sufocar as partes, e essas passam a ser evidenciadas nos “estudos dos circuitos internos de produção e acumulação, a dimensão e o papel do mercado interno, do comércio local, as possibilidades de pequena e média produção e mesmo de formas protocamponesas”<sup>19</sup>. É esta acomodação da historiografia no tempo que abordamos no primeiro capítulo.

## SOBRE OS CAPÍTULOS

No **primeiro capítulo** com o título, *O Antigo Regime e sua dinâmica política e econômica: uma acomodação da historiografia* trata da discussão sobre o Antigo Regime à luz da historiografia. Para tal, elencamos *A formação do Brasil contemporâneo*, de *Caio Prado Junior*, ponta de lança para o entendimento do *sentido* econômico, social e político que imperou no Brasil colonial e cuja argumentação afirma que toda colonização traz em si um sentido, e só através desse sentido pode-se entender a evolução de um povo,<sup>20</sup> assim, a economia da colônia portuguesa se sustentava no trinômio: monocultura, grande propriedade e mão de obra escrava voltada à exportação. A obra *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, de *Fernando Antônio Novais* é de fundamental importância para o nosso trabalho, pois amplia e busca superar a noção de “*ciclo econômico*” propugnado por *Prado*

---

<sup>19</sup>FERLINE, Vera Lúcia Amaral. **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 10.

<sup>20</sup>PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 19.

*Jr. Novais* explica o sistema de colonização a partir do materialismo histórico, como fruto da expansão comercial europeia, do modelo mercantilista e do *Antigo Regime*, e encerra os eventos históricos brasileiros num amplo processo do capitalismo mundial e na relação com a história europeia. *O Antigo Sistema Colonial*, de *José Roberto do Amaral Lapa*, traz um debate crítico do Antigo Sistema Colonial. Trata do sistema econômico-social que prevalece nas relações de dependências e subordinação entre as nações hegemônicas europeias entre si e as suas colônias bem como das colônias entre si, num período que vai de 1500 a 1800. *Terra, trabalho e poder*, de *Vera Ferlini* é de fundamental importância pois dá-nos base para comparar a produtividade por unidade de produção dos engenhos do nordeste em relação aos engenhos do Espírito Santo no período colonial, assunto que será tratado no terceiro capítulo. De forma geral, a autora faz uma análise do período colonial a partir da documentação do *Engenho Sergipe do Conde*, da Bahia. Nele procura fazer emergir as relações de poder estabelecidas apresentando as linhas de força do sistema, a técnica de produção e a organização social do trabalho, além de analisar as formas de cessão, arrendamento e vendas de terras, mapeando a dinâmica da economia açucareira do nordeste do XVI – XVIII.

Em *O arcaísmo como projeto*, de *João Luís Fragoso* e *Manolo Florentino*, os autores analisam a economia do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840, cujo argumento principal é o de que nele setores importantes da economia experimentaram uma expansão, ao contrário do que ocorreria a uma economia voltada para fora. Qualificam que há evidências que indicam a existência de uma relativa autonomia colonial em relação a flutuações externas. *Homens de grossa aventura*, de *João Ribeiro Fragoso*, que versa sobre a praça mercantil do Rio de Janeiro e leva em conta a existência de uma retaguarda agrícola que permanece como respaldo desse segmento mercantil. Tal retaguarda constituía-se num mosaico de formas não capitalistas de produção com uma formação econômica e social. Nessas condições, segundo *Fragoso*, o escravismo colonial, em seu movimento de reprodução, teria criado no espaço colonial outras formas de produção, um tipo de capitalismo ligado ao mercado interno, base para a acumulação endógena de capitais e poder. Estas obras foram utilizadas com o fim de compreender o sentido da colonização.

Já os artigos de *Bernardo Ricupero*, intitulado *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*, em que procura demonstrar que a interpretação *caiopradiana* não somente realiza utilização não dogmática das contribuições teóricas analíticas do marxismo, como se encontra impregnada de sensibilidade e rara originalidade na compreensão das dimensões particulares e concretas da trajetória histórico-social brasileira e revela que suas

teses representam um caso de nacionalização do marxismo. João Paulo A. de Sousa, *Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto*, discute a proposta de Pires e Costa, segundo o qual a economia brasileira no período escravista teria estado sujeita a uma forma específica do capital: o capital escravista mercantil. Esta interpretação permite a superação da dicotomia entre o modelo interpretativo do *sentido da Colonização*, proposto originalmente por Caio Prado Júnior, e o modelo do *Arcaísmo como Projeto*, proposto por Fragoso e Florentino.

Rafael Aguiar dos Santos,<sup>21</sup> *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*, estabelece uma resenha crítica da obra de Fernando Novais, aborda o *Capítulo II: A Crise do Antigo Sistema Colonial*, pp. 57-116 e dá ênfase a que a crise do sistema colonial português pode ser compreendida através de uma análise ampla e universal, pois se trata de uma crise do *Antigo Regime* como um todo. Estes escritos são a base de apoio para construir a análise que requer nossa dissertação que trata especificamente da *Capitania do Espírito Santo, uma feitoria portuguesa no Atlântico sul: a pauta de comércio e a atividade mercantil*.

No **segundo capítulo: Estrutura Social e Rede de Sociabilidade na “economia do bem comum”**: a capitania do Espírito Santo na “economia política de privilégios” pretende-se demonstrar em que grau ocorreu no Espírito Santo a economia do bem comum e como se estabeleceu a economia política de privilégios e como isso se materializou no equilíbrio da governabilidade. Porém, faz-se necessário evidenciar que estamos apenas inaugurando um debate, assim, o caráter primário de nossa dissertação é chamar a atenção à matéria amorfa que clama o debruçar de pesquisadores a fim de que seja lhe dada forma por meio de revisão historiográfica.

Para o que pretendemos, temos como ponto de partida as fontes primárias: *Carta de Lei (treslado) do rei [Felipe II] ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega;*<sup>22</sup> e um *Auto (treslado) de diligência que fez o capitão-mor Gaspar Alvarez de Siqueira, sobre o contrabando de pau-brasil no rio Cricaré.*<sup>23</sup>

Estes documentos, apoiados em uma bibliografia elencada para esboço de uma revisão, nos dá base para uma discussão nova, a fim de deixar para trás a visão dualista na relação metrópole

<sup>21</sup> Resenha crítica publicado no Recanto das Letras em 12/03/2011, sob o código T2843083.

<sup>22</sup> CT: AHU-ACL-CU-007. Cx. 01 doc. 04.

<sup>23</sup> CT: AHU-ACL-CU-007. Cx. 01 doc. 06.

colônia, em cujo primeiro capítulo é demonstrado numa perspectiva que procura traçar o *Sentido da Colonização*.

Com efeito, *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI a XIX)*, apresenta como proposta a discussão das redes de poder, parentesco, clientela e negócios que deram vida e dinâmica ao império português.<sup>24</sup>

*O Sol e a Sombra: Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. Este livro trata dos aspectos da política e administração setecentista do império português atlântico. Nos interessa para o desenvolvimento desta dissertação a primeira parte do livro de Laura Sousa e Mello, no capítulo *Política e administração colonial: problemas e perspectivas*.<sup>25</sup>

Já os artigos *Conectando Historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa*, examina os movimentos da historiografia e procura mostrar a amplitude das mudanças interpretativas e estabelece conexões entre novos campos investigativos como sugestão para a continuidade das pesquisas históricas.<sup>26</sup> *Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da historiografia das elites*,<sup>27</sup> trás a ideia nova de refletir a formação das elites coloniais e afirma que se deve superar as elites tradicionais que se apresentam com efeitos permanentes, generalizados e eficazes de organização dos poderes, deve-se considerar, nas sociedades coloniais, as elites subalternas, dos negros, índios, dos escravos, das religiosidades africanas, que funcional, de certa forma, com modelo de organização, com sinais de prestígio ou modelo de visibilidade;<sup>28</sup> *Governo e Governantes do Império português do Atlântico (século XVII)*, contribui, por que aponta para a análises das estratégias e dos meios de ação política da monarquia portuguesa, a partir do perfil social dos governantes do Império Atlântico nos séculos XVI e XVII.<sup>29</sup> *Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI*. Trata de parcela da elite em formação, vinculada ao

<sup>24</sup>BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005.

<sup>25</sup>SOUZA, Laura de Mello. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo – Companhia das Letras, 2006.

<sup>26</sup>LARA, Silvia Humold. Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

<sup>27</sup>HESPANHA, António Manuel. Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-44.

<sup>28</sup>Ibidem.,p. 39-44.

<sup>29</sup>CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 69-92.

aparato administrativo colonial organizado a partir da criação do governo-geral. Evidencia em particular a capitania da Bahia e discute a relação entre a participação na administração e a inserção nas atividades produtivas, em particular na exploração agrícola, inclusive com a montagem de engenho<sup>30</sup>.

*Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730)*. Discute sobre a rede de oficiais régios que esteve à frente da governação portuguesa no Atlântico sul na virada do XVII para o XVIII, e procura caracterizar o perfil dos interesses econômicos e políticos que aproximavam e afastavam indivíduos no interior do contexto. A autora prioriza uma perspectiva que prima pela análise de formação das redes governativas de poder, pelo recrutamento e pela remuneração dos serviços prestados por esses indivíduos à Coroa, formando aquilo que pode ser entendido como uma espécie de *economia política de privilégio*<sup>31</sup>.

Em *Uma leitura do Brasil colônia: bases da materialidade e da governabilidade*. Artigo, imprescindível para essa dissertação, demonstra que a formação da sociedade colonial e de suas elites senhoriais pode ser inteligível a partir do conceito de *economia do bem comum*, e da dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder conselho.<sup>32</sup>

*Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: início da colonização do Espírito Santo*, traz em seu bojo o perfil biográfico de diversas personalidades, protagonistas do início da colonização,<sup>33</sup> entre eles alguns personagens que serão tratados no corpo deste trabalho. *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença de cristãos novos*, este livro trata sobre o Espírito Santo colonial e focaliza nos primeiros séculos de ocupação, com especial atenção a ação da intolerância religiosa e seus efeitos sobre a administração e a economia colonial e o esforço dos colonos para burlar o fisco com fim de não pagar impostos

<sup>30</sup>RICUPERO, Rodrigo. Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 119-136.

<sup>31</sup>GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2005, p. 179-198.

<sup>32</sup>FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Uma leitura do Brasil colônia: bases da materialidade e da governabilidade**. Penélope, nº 23, 2000, p.67-88.

<sup>33</sup>SALETO, Nara. **Donatários, colonos índios e jesuítas: início da colonização do Espírito Santo**, 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

devido à Coroa.<sup>34</sup> *Os Cristãos Novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*, mostra a participação eficaz de povoadores judeus ou cristãos, pertencentes aos níveis sociais médios ou inferiores na conquista do solo brasileiro<sup>35</sup>.

*História do Estado do Espírito Santo*, manancial de informações que percorre do período colonial à República, indispensável à execução de nossa pesquisa.<sup>36</sup> Cujo objetivo é estabelecer a dinâmica da *rede de sociabilidade* e em qual grau operou a *economia política de privilégio ou economia do bem comum*.

No **terceiro capítulo: O Espírito Santo, uma feitoria?** Nossa análise tem como pressuposto fazer emergir o interesse local em manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na conjuntura econômica (1600-1642), descrever a pauta de exportação e importação de produtos, a relação comercial com as capitanias adjacentes e examinar as formas de pagamento, acumulação da estrutura produtiva da capitania.

Côncio de que o debate historiográfico mantém a lente voltada para a escrita da história - para o seu caráter ideológico,<sup>37</sup> a partir da narrativa e dos contextos linguísticos,<sup>38</sup> base para as interpretações e as formulações de sentido no tempo percebe-se que este debate tem relegado ao segundo plano as estruturas de uma dada sociedade num determinado período histórico e os atores envolvidos no cenário sócio-político-econômico, que num processo dialético evidenciam as contradições do dado período em questão, que ao nosso entender são o catalisador da história.

No caso específico desta dissertação é a análise do *Antigo Sistema Colonial português*, entendido aqui “como um conjunto organizado, cujas partes ou elementos são

---

<sup>34</sup>SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença de cristãos novos:** Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.

<sup>35</sup>SALVADOR, José Gonçalves. **Os cristãos-novos:** povoamento e conquista do solo brasileiro, 1530-1680. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

<sup>36</sup>OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**, 3ª ed. – Secretaria de Estado da Cultura/Secretaria de Estado da Educação – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Coleção Canaã, Vitória, 2008.

<sup>37</sup>Cf. CARDOSO, Ciro F. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas: Papyrus, 1997; COLLINGWOOD, R. G. A idéia de história. Lisboa: Presença, 1994.

<sup>38</sup>Cf. KOSELLECK, Reinhrd. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

interdependentes e funcionam, obedecem a determinados princípios de ordem econômica, social e política”<sup>39</sup>.

Assim num sistema “há permanente dialética de interação, conflito e tensões entre esses elementos, o que caracteriza o seu desenvolvimento histórico”<sup>40</sup>. Contudo, não se deve cometer o equívoco de ter a parte como o todo, para isso *Amaral Lapa* sugere que:

O econômico não é portanto excludente, a-histórico, encerrando a explicação em si mesmo [...] e o sistema econômico não pode, por sua vez, apesar de sua abrangência e de pertencer à macroeconomia, confundir-se com a totalidade, e, com o processo histórico, cuja organicidade tem origem, princípios e uma dinâmica que transcendem a subsistência e o lucro, fundamentos do sistema econômico. [...] Dessa maneira o sistema econômico supera na sua concepção o simples complexo de relações econômicas e fica aquém de uma identificação com a totalidade concreta. [...] Isso significa dizer que, mesmo ao nível do econômico, o sistema não se define apenas pelas relações entre metrópoles e suas colônias, mas nesse complexo definidor entram variados componentes, como: apropriação do excedente, extração da renda, relações sociais de dominação, organização e relação social do trabalho e das unidades de produção, modo pelo qual se dá posse dos meios de produção, natureza das relações das partes em todos os níveis, acumulação simples e ampliada, regimes de propriedade, formas de remuneração do trabalho excedente<sup>41</sup>.

É neste quadro complexo definido como *Sistema Colonial* que está encerrado nosso objeto de pesquisa. Nossa dissertação visa evidenciar as nuances da dinâmica econômica da capitania/feitoria do Espírito Santo por meio da análise da pauta de comércio nela estabelecida, no período que compreende a primeira metade do século XVII.

---

<sup>39</sup>AMARAL LAPA, José Roberto do. **O antigo sistema colonial**. Brasiliense, 1982, p. 15.

<sup>40</sup>Ibidem., p. 15.

<sup>41</sup>Ibidem., p.16.

**PRIMEIRO CAPÍTULO:**  
**O ANTIGO REGIME E SUA DINÂMICA POLÍTICA E ECONÔMICA: UMA  
ACOMODAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA**

## 1. ANTIGO REGIME

Em princípio o que buscamos é evidenciar que o tempo e as relações políticas, econômicas e sociais do presente imperam nas interpretações da historiografia. Óbvio que à luz de novas fontes, este é o caso da virada ocorrida na historiografia acerca do “*Sentido da Colonização*” no contexto do *Antigo Regime* sofrida a partir da década de 1990 e que é a base para esta pesquisa, cujo objetivo específico é a compreensão das relações de poder político- econômico e social na Capitania/feitoria do Espírito Santo.

Nesse sentido, nossa análise tem como pressuposto fazer emergir o interesse local em manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na conjuntura econômica (1600-1642), descrever a pauta de exportação e importação de produtos, a relação comercial com as capitanias adjacentes e examinar as formas de pagamento e acumulação da estrutura produtiva da capitania. Trataremos disso ao longo dos três capítulos propostos para a confecção desta dissertação.

O que é *Antigo Regime*? Um conceito, uma forma específica de organizar, de administrar política, social e economicamente uma dada sociedade? Ao analisarmos a partir de seu contrário chegaremos à conclusão que simplificaria toda análise: aquilo que não é antigo é atual. Mas esse complexo sistema atual é artefato de quê? Por isso é necessário um esclarecimento mais refinado; então, decidimos partir da afirmação de que esse sistema é “Antigo porque politicamente teocrático e absolutista, e porque é socialmente fundado na ideia de hierarquia divina, natural e social e na organização feudal, baseada no pacto de submissão dos súditos ao senhor”.<sup>42</sup>

O que isto significa econômica, política e socialmente no complexo quadro do *Antigo Sistema Colonial*? Para compreendermos o período em estudo identificaremos o *Antigo Sistema Colonial* (expressão do Antigo Regime) como um modo de produção em transformação. “Será então o modo de produção a infraestrutura de uma realidade social?”<sup>43</sup> Tomando-se a estrutura produtiva como processo pode-se constatar que, em determinados momentos históricos e em dadas regiões, este pode ser explicado por uma única articulação econômica, que coincide com o modo de produção, neste sentido o econômico se confunde com a

---

<sup>42</sup>CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*: editora ática, 1994, p. 402-403.

<sup>43</sup>Cf. FERLINI, V. op. cit., p. 71

totalidade. Em outras palavras, isto ocorre por suposição a um sistema de produção primitivo, com um baixíssimo nível tecnológico.

Já em épocas distintas, “a produção encontra em determinado modo de produção o elemento que articula e reitera outras formas produtivas”. Desta forma percebe-se a produção como “elemento essencial da infraestrutura, mas que com ela não se confunde, nem a ela se reduz”

<sup>44</sup>. Segundo *Ferline*

É o caso do modo de produção do capital, ao defrontar-se com outras formas de produção: demarca-lhe os limites e subordina todas as relações ao processo do capital e persiste em sua totalidade, mesmo realizando articulações específicas <sup>45</sup>.

Seguindo o pensamento da autora,

a formação econômico-social não pode ser pensada sem modo de produção. A infraestrutura que informa dada sociedade remete a um modo de produção ou articulação de diferentes formas produtivas que só se produzem e reproduzem em função de determinado modo de produção. A forma específica de objetivação dessa articulação, explicitada na aparência política, ideológica, ética, jurídica, constitui a formação econômico-social <sup>46</sup>.

Com efeito, “o modo de produção como a formação econômico-social são objetos históricos, não podendo aceitar a redução do modo de produção a mera categoria estrutural abstrata”.<sup>47</sup>

Por isso, nossa intenção de fazer emergir as relações de poder com o fim de apreender os conflitos de interesses que fazem parte da estratégia para a manutenção de determinadas posições dentro do *Antigo Sistema Colonial*.

Segundo *Gorender*, estuda modo de produção percebendo-o como realidade produtiva local, em que qualifica a colônia como unidade autônoma, anexada à realidade europeia apenas pela circulação. Portanto, a colônia constituía uma específica formação social, cuja dinâmica deve ser buscada no modo de produção que a informa: o escravismo colonial<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup>Cf. FERLINE, V. op. cit., p. 71

<sup>45</sup>Ibidem., p. 71.

<sup>46</sup>Ibidem., p. 72.

<sup>47</sup>Ibidem., p. 72.

<sup>48</sup>GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978. p. 155 *Apud* FERLINE, Vieira. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** – Bauru; SP – EDUSC, 2003, p. 76.

Para *Gorender* as formações sociais não se reduzem aos modos de produção. Compõem-se de modos de produção e formas de consciência social e instituições, que os homens criam coletivamente sobre a base do modo de produção. Portanto, assim, a formação social seria uma totalidade e o modo de produção uma estrutura dominante das formas de consciência e das instituições.<sup>49</sup> No sentido exposto da argumentação nota-se uma relação de mão dupla entre a estrutura e a superestrutura de uma dada sociedade que vai se modificando historicamente devido às forças em conflito num processo dialético *ad infinitum*. O Antigo Sistema Colonial concentra em si o *modus vivendi* da transformação de um modo de produção feudal ao do capital.

*Caio Prado Jr.* aborda esse período qualificando a economia colonial como parte da expansão comercial dos países capitalistas europeus. A base de sua argumentação é que toda colonização é dotada de sentido, e só através desse sentido pode-se entender a evolução de um povo<sup>50</sup>.

No caso da colonização do Brasil, sob uma ótica profundamente marxista, Prado Jr. desvenda os meandros da realidade brasileira desde a colônia até a formação da nação. Ademais, supera os autores que também enveredaram por um caminho marxista e se equipara ou supera os demais autores que antagonizaram ou se abstiveram de posicionamento ideológico na interpretação e análise da formação do Brasil<sup>51</sup>.

Em sua obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Caio Prado Jr.* rompe com a ideia de que a evolução da economia colonial brasileira fora uma mera sucessão de ciclos - interpretação em que uma atividade dinâmica atingiria a posição hegemônica para ser substituída por outra atividade em ascensão. Segundo o autor, sempre existiu um certo "sentido" na evolução dos povos, e cabe ao pesquisador utilizá-la como chave explicativa para a compreensão dessa evolução, do contrário se perderia no "cipoal de incidentes secundários". No caso particular da sociedade brasileira, nasce neste momento a ideia do *Sentido da Colonização*, princípio que explicaria a essência de nossa evolução no período colonial<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978. p. 155 *Apud* FERLINE, Vieira. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** – Bauru; SP – EDUSC, 2003, p. 76.

<sup>50</sup> Cf. PRADO JUNIOR, C. op. cit., p. 19

<sup>51</sup> RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da USP; Fapesp. Ed. 34, 2000. Está se falando do momento da escrita e do debate sobre o sentido da colonização.

<sup>52</sup> Cf. PRADO JUNIOR, C. op. cit., p. 19-32

A primeira formulação do *sentido* de nossa história foi feita pelo próprio autor. Segundo *Prado Jr.*, o sentido de nossa colonização é indissociável da expansão comercial e marítima da Europa do século XIV e XV. Desta forma o povoamento do Brasil e a estrutura econômico-social aqui desenvolvida decorreram da expansão do capital comercial.

A empresa que aqui se instalou, portanto, fora articulada para chegar a um fim definido: a acumulação primitiva de capitais, ou seja, a contínua transferência de excedente econômico para o capital mercantil metropolitano através da produção e exportação de produtos tropicais<sup>53</sup>.

“É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos”<sup>54</sup>.

Doravante, alguns autores que, em boa medida, compartilham o enfoque do sentido da colonização propuseram novas formulações para o sentido. *Fernando Novais*, através de sua análise do Antigo Sistema Colonial, expande o significado do sentido da colonização, inserindo-o na moldura da transição do feudalismo para o capitalismo industrial na Europa. Consoante *Novais*, o catalisador da transição foi realizado por meio da expansão do capital comercial na era moderna. Com efeito, se a essa modalidade do capital cumpriu instaurar o capitalismo industrial na Europa, o estabelecimento das empresas coloniais também levadas a cabo pelo capital comercial teve um papel nesse processo. Destarte, a extração de trabalho excedente nas colônias teria como função última contribuir para a chamada acumulação primitiva, um dos pré-requisitos para a transição em direção ao capitalismo industrial<sup>55</sup>.

Com efeito, antes de continuarmos a explanação do sentido da colonização dentro das formulações propostas por *Novais*, cabe estabelecer o ponto diferencial do sentido pradiano: para *Prado Jr.*, a economia colonial, organizada para fornecer gêneros tropicais ao comércio europeu apresentava a estrutura econômica voltada para exportação e apoiada no tripé grande propriedade, monocultura e mão de obra compulsória. Ao analisar as obras de *Prado Jr.* e *Novais*, percebe-se que o diferencial está na forma como ambos veem a adoção da mão de

---

<sup>53</sup>Cf. PRADO JUNIOR, C. op. cit., p. 19-32

<sup>54</sup>Ibidem., p. 31.

<sup>55</sup>SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto:** a superação de um dilema através de um conceito de capital escravista. Revista de Estudos Econômicos: vol. 38, nº. 01 – São Paulo Jan/mar 2008.

obra escrava. Na obra de *Prado Jr.*, a adoção de mão de obra cativa vinda da África é vista como oposição à mão de obra livre ou ao elemento nativo, a fim de compensar a ausência de excedente populacional na metrópole, combinada com a ausência de uma oferta adequada de mão de obra indígena na colônia.

*Fernando Novais* discorda desse suposto, afirmando que a causa principal da adoção da mão de obra compulsória africana:

é o próprio tráfico negreiro e os excedentes comerciais por ele gerados; estes últimos, apropriados pelo capital mercantil metropolitano, serviriam ao propósito último da acumulação primitiva.<sup>56</sup>

Feita a diferenciação cabe perguntar como *Novais* aborda o sentido da colonização. Na obra *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, influenciado por *Caio Prado Jr* e pelo pensamento marxista, *Novais* explica o sistema de colonização a partir do materialismo histórico. Como fruto da expansão comercial europeia, do modelo mercantilista e do *Antigo Regime*, e encerra os eventos históricos brasileiros num amplo processo do capitalismo mundial e na relação com a história europeia.

A partir dessa chave de leitura percebe-se que Portugal e Brasil são envolvidos na economia mundial de transição do feudalismo ao capitalismo. E a crise só pode ser melhor compreendida através de uma análise ampla e universal, pois trata-se de uma crise do *Antigo Regime* como um todo.<sup>57</sup> A análise de *Novais* começa definindo o sistema colonial como “pacto das relações entre metrópoles e suas colônias num dado período da história da colonização”. Doravante, afirma que no mercantilismo as colônias devem proporcionar à metrópole maior mercado aos seus produtos e fornece-lhes artigos de que necessita, contribuindo assim para o desenvolvimento metropolitano. Esta estrutura econômica desenvolvida durante a expansão ultramarina é parte das formas políticas do absolutismo em que Estado centralizado executa a política de fomento ao desenvolvimento comercial, contribuindo decisivamente para a unidade política.

Dessa forma, o mercantilismo e o absolutismo estão intimamente ligados, pois, o mercantilismo foi um instrumento de unificação proporcionando a superação do modo feudal de produção e sua fragmentação política, trazendo ordem às tensões, centralização e

---

<sup>56</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>57</sup> SANTOS, Rafael Aguiar dos. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 57-116.

unificação política<sup>58</sup>. Assim, o processo de colonização da América é a expressão da expansão do capitalismo global na qual a colonização brasileira faz parte e é apresentada como um produto direto da expansão comercial europeia. Assim, a colonização europeia moderna aparece como um desdobramento da expansão puramente comercial. Dessa forma, a abertura de novos mercados para o capitalismo mercantil possibilitou a descoberta das terras americanas.

Segundo *Novais*, “o povoamento decorreu inicialmente da necessidade de garantir a posse e [...] complementar a produção para o mercado europeu foi a forma de tornar rentáveis esses novos domínios”.<sup>59</sup> Consoante *Prado Jr.*, *Novais* percebe o sentido da colonização como puramente comercial. Com efeito, “a colonização moderna, portanto, tem uma natureza comercial: produzir para o mercado externo, fornecer produtos tropicais e metais nobres à economia europeia – eis no fundo o sentido da colonização”.<sup>60</sup> Ademais, nota-se que o autor encerra este complexo de relações que dá sentido à colonização naquilo que qualifica de pacto ou monopólio colonial e afirma ser o pilar fundamental e que dá sentido à acumulação primitiva de capital do sistema mercantilista.<sup>61</sup>

Para dar cabo a este processo de acumulação, a colonização se fundou em formas compulsórias de trabalho, porque a adoção do trabalho livre e assalariado demandaria ações que elevariam os custos, obstando a exploração colonial. O caminho mais coerente foi a aplicação da lógica mercantilista, e a adoção da mão de obra escrava estava em sintonia, pois, o próprio tráfico negreiro abre um importante setor no contexto do comércio colonial e passa a contribuir decisivamente para a acumulação primitiva de capital.<sup>62</sup> Para *Novais* é o próprio desenvolvimento do sistema de colonização, expresso na acumulação de capitais que gera a crise do *Antigo Regime*, pois, “[...] nas economias centrais europeias [...] para que a exploração se possa processar, ia se engendrando no ultramarino o universo da sociedade senhorial escravista, cujas inter-relações e valores se antepõem cada vez mais aos da sociedade burguesa em ascensão na Europa”,<sup>63</sup> principal classe beneficiária do mercantilismo. Além disso, a dinâmica da colonização impunha uma economia voltada para o mercado externo, com alto grau de concentração de renda nas mãos das classes dirigentes, trabalho escravo e reduzido mercado interno.

---

<sup>58</sup>Cf. NOVAIS, F. A. op. cit., p. 57-106

<sup>59</sup>Cf. NOVAIS, F. A. op. cit., p. 67.

<sup>60</sup>PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004 *apud* NOVAIS, Fernando Antônio. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Editora HUCITEC, 1979, p. 68.

<sup>61</sup>Cf. NOVAIS, F. A. op.cit., p. 72

<sup>62</sup>Ibidem., p. 97.

<sup>63</sup>Ibidem., p.106.

Com isso na economia colonial,

nem havia capitais disponíveis, nem a estrutura escravista era favorável ao progresso técnico, resultando numa economia de baixa produtividade, com mercado interno reduzido, já que os lucros obtidos pela colônia eram transferidos para a metrópole visando a acumulação primitiva de capitais. E ainda havia o sistema escravista de altos custos e baixa produtividade. Com a formação do capitalismo industrial promovido pela acumulação primitiva de capitais, todo este sistema colonial acabou se convertendo diretamente, numa limitação ao crescimento da economia de mercado.<sup>64</sup>

Assim, conclui-se que ao funcionar plenamente, o sistema “vai criando ao mesmo tempo as condições de sua crise e superação”. Para *Novais*, foi a independência dos Estados Unidos a marcar o princípio da ruptura do pacto, que finda definitivamente em 1789 o que promoveu a tensão no mundo colonial e “a crítica ao *Antigo Regime* nas colônias, onde encontrava ambiente altamente receptivo”<sup>65</sup> pois,

Não foi apenas uma crise do sistema colonial, mas de todo o Antigo Regime que se caracterizava no campo político pelo absolutismo e no econômico pelo mercantilismo. Assim, as contradições: novas conjunturas econômicas e a luta de classes entre a burguesia ascendente e a antiga aristocracia levam às transformações e modificação do sistema produtivo-econômico próprio do Antigo Regime. Nesse contexto se desenvolve a crise que atingiu também o sistema colonial português<sup>66</sup>.

*Amaral Lapa* em *O Antigo Sistema Colonial*, não se afasta do paradigma pradiano e nem da interpretação de *Novais*, mas agrega conhecimento para o entendimento do sentido da colonização e da crise do Antigo Sistema Colonial; para tal, distingue o que seja modo de produção de *Antigo Sistema Colonial*. É flagrante em sua abordagem a noção de *bloco histórico* - um feudal, caracterizado por formas política e econômica do *Antigo Regime* e o capitalista, com formas política e econômica próprias do capitalismo industrial. Para *Lapa*, o Antigo Sistema Colonial é a interseção formada pela colisão de ambos os blocos, cujas contradições virão a produzir um novo modo de produção, o capitalismo industrial. Dessa maneira, não se deve confundir o Antigo Sistema Colonial com um modo de produção autônomo e nem com a configuração de uma terceira via econômica. O Antigo Sistema Colonial é para *Lapa* o período da lenta transição do modo de produção feudal para o capitalismo industrial.

---

<sup>64</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>65</sup> Cf. NOVAIS, F. A., p 114-116

<sup>66</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

Sua explicação tem como ponto de partida a conceituação de sistema econômico. Para *Amaral Lapa*:

as ideias e a concepção do Sistema Colonial foram já na época também mentalizadas, sendo mesmo objeto de certa elaboração expressa em memórias e correspondência, legislação e discursos, na doutrina e na filosofia, nos livros e ideias, nas instituições e salões, orientando o governo dos príncipes. [...] Diríamos em história que a formulação do Sistema Colonial é justamente um recurso teórico para reduzir e conhecer determinada representação da realidade que nos interessa, uma realidade que no caso é ampla e complexa, pois, justamente, se trata de um sistema<sup>67</sup>.

Neste sentido, o sistema, entendido assim, representa certo número de processos coordenados e reduzidos a determinado número de princípios. Deve-se aceitar que a realidade assim concebida é dinâmica e não estática, “compreendendo, por sua vez, grande número de variáveis e alternativas, produzidas por essa própria realidade”<sup>68</sup>.

Ademais, *Amaral Lapa* afirma que,

o Sistema Colonial viabiliza a transformação do capital em capital industrial, pois suas novas funções e movimentos não se tornaram possíveis na escala que assumiram, antes da sua constituição, uma vez que se encontravam cerceados pela trama do sistema feudal. [...] Mas, essa passagem foi lenta e é portanto o capital mercantil que dará a tônica ao sistema colonial, enquanto se desenvolvem e resistem as estruturas pré-capitalistas com o domínio dos comerciantes sobre o movimento do capital. [...] Sistema Colonial é entendido, neste contexto, como um conjunto organizado, cujas partes ou elementos são interdependentes e funcionam obedecendo determinados princípios de ordem econômica, social e política [e] há permanente dialética de interação, conflito e tensões entre esses elementos, o que caracteriza o seu desenvolvimento histórico. [...] O sistema econômico não pode, por sua vez, apesar de sua abrangência e de pertencer à macroeconomia, confundir-se com a totalidade, e, com o processo histórico, cuja organicidade tem origem, princípios e um dinâmica que transcendem a subsistência e o lucro, fundamentos do sistema econômico.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup>AMARAL LAPA, J. R. do., p. 10

<sup>68</sup>Ibidem., p. 10.

<sup>69</sup>Ibidem., p. 10-16.

Portanto, consoante a explicação de Lapa, “o sistema econômico fica aquém de uma identificação com a totalidade concreta”. O que nos qualifica a dizer que mesmo ao nível do econômico, o sistema não se define apenas pelo inflexível pacto colonial,

mas nesse complexo definidor entram variados componentes, como: apropriação do excedente, extração da renda, relações sociais de dominação, organização e relação social do trabalho e das unidades de produção, modo pelo qual se dá posse dos meios de produção, natureza das relações das partes em todos os níveis, acumulação simples e ampliada, regimes de propriedade, formas de remuneração do trabalho excedente<sup>70</sup>.

Com efeito, no Antigo Sistema Colonial “o capital que comanda o processo é o comercial”, assim, todas as relações mercantis que se desenvolvem estão sob o controle e domínio da classe dos comerciantes em contradição com a nobreza metropolitana. Toda esta dinâmica está inserida no regime político do absolutismo real; “a colonização vigora como estratégia mundial de exploração e a sociedade tem uma estratificação estamental”.<sup>71</sup> *Amaral Lapa* afirma que

É uma fase nitidamente da lenta transição estrutural, aquela em que prevalece o Antigo Sistema Colonial: transição dos grupos e classes sociais, das instituições e ideologias, das relações de produção e das forças produtivas, da organização e natureza da produção, do movimento do capital e dos objetivos dos que o detêm, bem como dos meios de produção<sup>72</sup>.

Todavia, esse complexo de mudanças não constitui em si uma estrutura, entretanto pertence às estruturas em conflito (feudal e capitalista), e não se deve reconhecer um modo de produção como elo de dois outros modos de produção que lhe são distintos. Vale lembrar que “a transição comporta vários momentos e fases, e só esta concepção pode dar conta, em história, do que chamaríamos processo de transição”. Assim fica claro que o Antigo Sistema Colonial

---

<sup>70</sup>Cf. AMARAL LAPA, J. R. do., p. 16

<sup>71</sup>Cf. AMARAL LAPA, J. R. do., p. 17

<sup>72</sup>*Ibidem.*, p. 17.

“é por excelência o sistema da transição”<sup>73</sup>. Deve-se compreender, doravante, que as mudanças estão condicionadas pelos movimentos sociais, que em última instância se decide no cenário político, desta maneira, “o desenvolvimento econômico é cadenciado pelos movimentos da sociedade que marcam os limites da passagem de um sistema para outro”<sup>74</sup>.

Segundo *Amaral Lapa*,

o que nos parece faltar é o reconhecimento de que a transição no caso, envolvendo a ideia de mudança estrutural, compreende em si outras mudanças que se distribuem em fases. Numa primeira fase as novas formas emergem e, vencendo as resistências das antigas, vão avançando em aberto conflito, enquanto que na segunda fase o processo de transição completa-se, dando-se a mudança qualitativa com as novas formas empolgando o processo. Dessa maneira a ideia de transição qualitativa de estruturas complexas só pode ser aceita inserida em um processo de transição mais lenta, esta viabilizando ou sendo um pré-requisito para aquela<sup>75</sup>.

Ao tratar das origens e da constituição do Antigo Sistema Colonial, busca qualificá-lo como um sistema econômico, que se estabelece através do complexo e quase sempre demorado processo, cuja reiteração e desenvolvimento das práticas econômicas conduzem a uma isonomia política que legitimará seu funcionamento, mas sempre “em benefício de um grupo de nações hegemônicas que exploram as áreas que lhes pertencem e aquelas que lhe são incorporadas”<sup>76</sup>. Ou seja, a concepção de *Amaral Lapa* é de que a intercessão entre a superação e o estabelecimento dos sistemas econômicos promoverá o consenso que confirma o funcionamento do novo sistema econômico.

Diferente de *Fernando Novais*, em *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Amaral Lapa* desenvolve sua argumentação a partir das origens do sistema, que no caso do Brasil e Portugal, teve início em 1500 e fim em 1808.

---

<sup>73</sup>Ibidem., p. 18.

<sup>74</sup>Ibidem., p. 19.

<sup>75</sup>Ibidem., p. 19.

<sup>76</sup>Cf. AMARAL LAPA, J. R. do., p. 22

Com a abertura dos portos do Brasil rompeu-se definitivamente o pacto colonial, prática e expressão do Antigo Sistema Colonial, que levaria mais de duzentos anos para ser efetivamente contestado<sup>77</sup>.

Apoiado na citada obra de *Novais*, *Amaral Lapa* descreve a relação pactual estabelecida por meio da legislação. Segue o excerto:

as colônias... deve: primeiro, dar à metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo, dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufatureiros, artesãos e marinheiros, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa.<sup>78</sup>

Doravante segue mais um excerto de outra legislação citada, segundo *Lapa*, por *Marcelo Caetano*, em *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, traz,

[...] de 1776, do próprio punho do Marquês de Pombal, as diretrizes do que representava o Pacto Colonial: primeiro, “[...] as colônias devem estar debaixo da imediata dependência de proteção dos fundadores”; “[...] o comércio e a agricultura delas devem ser exclusivas dos mesmos fundadores”; “[...] aos fundadores pertencem também privativamente os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação das colônias”; “[...] para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole”; “[...] quando entretém algum comércio com estrangeiros, tudo o que importa esse comércio clandestino e essas mercadorias introduzidas é um verdadeiro furto punível pelas leis dos respectivos soberanos”; “[...] portanto, não atentam contra a liberdade do comércio as potências que o restringem nas colônias a favor dos seus vassallos, e todo o governo que por indiferença tolere nos seus portos a contravenção dos cinco princípios anteriores pratica uma política destrutiva do comércio e da riqueza da sua nação”.<sup>79</sup>

O que mostram ambos os excertos é a implacável dependência da colônia em relação à metrópole, assim, “as metrópoles assumem a inteira e total responsabilidade pela entrada das colônias na história”. É inaceitável a autossuficiência das colônias, sendo considerada

---

<sup>77</sup>Ibidem., p. 23.

<sup>78</sup>NOVAIS, Fernando Antônio de. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**, p. 59 apud AMARAL LAPA, José Roberto do. **O antigo sistema colonial**. Brasiliense, 1982, p. 23.

<sup>79</sup>CAETANO, Marcelo. **Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos**, p. 43 Apud AMARAL LAPA, José Roberto do. **O antigo sistema colonial** - Brasiliense, 1982, p. 22-25.

subtração qualquer relação mercantil com outras nações. Caso ocorresse, o *exclusivo* a que a metrópole submetia a sua colônia seria posto em xeque. Conota-se que a liberdade de comércio era validada apenas entre as metrópoles, abstraindo as colônias nesses circuitos. Todavia, a rigidez das normas constitui um plano naturalmente ideal, pois, a realidade se apresenta das formas as mais diversas e “na prática, vê-se, contudo, constrangido a concessões e contradições que tecem contínua flexibilização”.<sup>80</sup> Assim, segundo *Amaral Lapa*,

os mecanismos que asseguram esse funcionamento vão da legitimação jurídica à legislação, da doutrina à prática econômica e política, das tensões que a estimulação inadequada provoca, comprometendo o equilíbrio, ainda que setorial do sistema, aos movimentos sociais, muitas vezes tendentes também a restabelecer o equilíbrio, que assegura a continuidade do sistema e do seu processo de acumulação primitiva.<sup>81</sup>

Consoante às explanações de *Lapa*, verifica-se que todo o aparato legislativo amparado pela estrutura jurídica não dava conta de manter a forma inflexível do *exclusivo*. Diferente das interpretações de *Caio Prado Junior* e *Fernando Antônio Novais* que afirmavam ter a colonização só um sentido, “só se lhe confere sentido quando produz para o mercado externo”. *Lapa* fugindo dessa lógica admite, portanto, a existência do mercado consumidor colonial. “Ora, se a colônia representa mercado consumidor seguro para as mercadorias fabricadas em Portugal, ela o é também para os produtos locais, alimentação, manufaturas e até serviços”.<sup>82</sup> Esta afirmação sugere que as economias internas às capitanias não se “estruturaram apenas quando a revolução industrial exigiu que existissem”.<sup>83</sup>

Um de nossos objetivos nesta dissertação é fazer emergir o conhecimento sobre o comércio interno, não da colônia como um todo, mas da capitania/feitoria do Espírito Santo, num dado momento histórico, 1600-1642; e assim,

Conhecer a organização do comércio interno, a articulação ou simples desdobramentos entre produtores e comerciantes, os financiamentos e lucros, as firmas comerciais e manufatureiras, as unidades de produção agrícola, o transporte e os atravessadores, a estocagem e

---

<sup>80</sup>Cf. AMARAL LAPA, J. R., p.27

<sup>81</sup>Ibidem., p. 28.

<sup>82</sup>Ibidem., p. 41.

<sup>83</sup>Ibidem., p. 41.

perecimentos dos produtos, as crises e reações do mercado, a distribuição e equilíbrio, a especulação e os preços<sup>84</sup>.

O que chamamos mercado interno é a relação de trocas que se desenvolve com as variáveis e oscilações internas que estão em dependência direta ou indiretamente dos mercados externos, com características regionais, bem como a organização da produção no período colonial. Entretanto, a historiografia desenvolvida na década de 40 até a década de 80 do século XX estava centrada na afirmação de que somente “à margem do comércio mercantilista é que ocorre o consumo da maioria da população, portanto sem estímulos, a não ser aqueles que, mais uma vez, só os mercados externos podem oferecer”<sup>85</sup>.

Não se pode permanecer na superfície das coisas, ademais, é preciso atentar para o fato de que mesmo com as limitações já mencionadas pela dinâmica política, econômica e social características do *Antigo Regime*, a política e a economia constituíram-se um sistema de negociação e trocas que superava, em muito, o nível local de poder e autoconsumo, cuja própria produção escrava e a comercialização do excedente estavam neste intercâmbio, além dos pequenos produtores livres com ou sem escravos, representantes também de um setor importante para o mercado interno. É o caso dos oficiais e mestres dos engenhos de açúcar e a indústria da construção naval e da pesca.

Com efeito, segundo *Amaral Lapa*, “o mercado interno é parte integrante da dinâmica econômica de um mercado maior, qualificado de intercolonial”. Nesse sentido, o mercado interno cumpre e reage “às imposições do capitalismo internacional que rege o mercado mundial”.<sup>86</sup> Doravante, há de se chamar a atenção para um tipo específico de trocas que se desenvolve ao longo de toda a colônia através da navegação de cabotagem. Todavia, o mercado interno faz parte de uma trama mais complexa de produtos mercantilizados, principalmente nos núcleos urbanos, “mostrando a sistemática geração de excedente de subsistência que implica certo padrão de acumulação”<sup>87</sup>.

Em *A Situação econômica Luso-Brasileira nos fins do século XVIII e início do século XIX*, *Maria da Penha Samarzaro Siqueira* fortalece nossa abordagem conceitual, quando estabelece que o sentido de projeto, visto como política colonizadora visava a enquadrar a

---

<sup>84</sup>Cf. AMARAL LAPA, J. R. do. op. cit.

<sup>85</sup>Ibidem., p.45-46.

<sup>86</sup>Ibidem., p. 49.

<sup>87</sup>Ibidem., p. 51.

colonização na forma da política mercantil, prática da estrutura do Antigo Regime em oposição ao modelo da monarquia liberal burguesa. Outra contribuição marcante é a afirmação da autora de que a articulação comercial variava de uma colônia para outra, porque atendia à lógica do Antigo Sistema Colonial.<sup>88</sup> O que Isso define um alinhamento com a teoria de *Fernando Novais*.

*Novais* explica o sistema de colonização a partir do materialismo histórico. Como fruto da expansão comercial europeia, do modelo mercantilista e do *Antigo Regime*, e encerra os eventos históricos brasileiros num amplo processo do capitalismo mundial e na relação com a história europeia. Nesse processo o catalisador da transição foi realizado por meio da expansão do capital comercial na era moderna. Com efeito, se a essa modalidade do capital cumpriu instaurar o capitalismo industrial na Europa, o estabelecimento das empresas coloniais também levadas a cabo pelo capital comercial teve um papel nesse processo. Destarte, a extração de trabalho excedente nas colônias teria como função última contribuir para a chamada acumulação primitiva, um dos pré-requisitos para a transição em direção ao capitalismo industrial<sup>89</sup>.

Para *Barbosa Filho*, a formação do Estado português é parte de um complexo de reciprocidade, cujo rei obedecia a um contrato que transformava a conquista em projeto do reino, não podendo, com efeito, reorganizar a sociedade ou fazê-la progredir para outras formas de vida. Em última análise, cabia-lhe dificultar a criação de novos e poderosos sujeitos sociais. Desta forma, restava perpetuar o projeto coletivo de prestação e contraprestação. Dito de outra forma, as relações políticas no Estado português eram estabelecidas a partir dos serviços que os fidalgos haviam prestado à Coroa; isto afirmava sua condição privilegiada, ao mesmo tempo potencializava o poder régio que se garantia na cessão de privilégios e manutenção do sistema vigente como projeto.

É isto que os levará os fidalgos encarnados no guerreiro ibérico às novas fronteiras de expansão, assim as navegações são inauguradas como empreendimento econômico. Dada a centralidade do poder o projeto ganha outra dimensão, o de empresa de exploração ultramarina. Uma associação que termina por reconstruir as condições para revitalização

---

<sup>88</sup>SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A Situação Econômica Luso-Brasileira nos fins do século XVIII e início do século XIX**. Revista de História Dimensões, nº 05, UFES, 1997.

<sup>89</sup>SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto**: a superação de um dilema através de um conceito de capital escravista. Revista de Estudos Econômicos: vol. 38, nº. 01 – São Paulo Jan/mar 2008.

anterior. Ora, o territorialismo português continuou aristocrático e extraeconômico. É esta organização política, econômica e social a ser estabelecida no período colonial brasileiro.<sup>90</sup>

Segundo este mesmo autor, as instituições da colônia brasileira trazem um ranço da tradição ibérica, porque foram na fundação da Ibéria elaborados os traços característicos legados ao novo mundo. *Barbosa Filho* afirma que a Ibéria fora encarregada e se encarregou da cruzada contra os mouros. É esse significado messiânico apoiado por uma Europa cristã que legitimava o choque de civilizações. Nesse momento do encontro da Ibéria com o ocidente renasce sua especificidade, porque aceita sua escrita, ritos religiosos e os traços gerais de sua cosmovisão. Por estar situada na fronteira geográfica e metageográfica com o Islã, a Ibéria constrói para si o significado de ampliar essas fronteiras, lançam-se sobre o Atlântico, o Índico e o Pacífico como impulso para mais território e população. Todavia, esta expansão teve variadas complicações políticas, culturais e econômicas. Em seu processo de conquista a Ibéria nunca deixou de ser europeia, quanto mais distante estava dela mais universalizava sua civilização.<sup>91</sup> Segundo *Barbosa Filho*

é neste movimento que o guerreiro ibérico não terá a disposição de racionalizar o mundo mas de dominá-lo. O guerreiro será o personagem modelar da sociedade e buscará os sinais de Deus no mundo, entendendo-os como linguagem divina, para convencer os infiéis da verdade do Deus cristão. [...] É nesta missão providencial, fundamentalmente prática, exercida em condições de permanente instabilidade e perigo, que distingue a Ibéria do centro da Europa e do ambiente propício ao desenvolvimento de grandes construções teóricas, armados com as sutilezas, poderes e rigores da dialética.<sup>92</sup>

Na formação do Estado português, ademais, a aproximação entre o sagrado e a ordem do mundo configura uma convenção especial na esfera política, porque fortalece a figura do rei, pois funde em sua imagem a autoridade temporal e o carisma do divino, associados univocamente à expansão do reino e da cristandade. Com efeito, esta aliança torna-se mais

---

<sup>90</sup>BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e Artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Editora UFMG; RJ IPERJ, 2000, p. 217-258.

<sup>91</sup>Cf. BARBOSA FILHO, p. 217-258.

<sup>92</sup>Ibidem., p. 217-258.

sedutora “para um clero com mentalidade de fronteira e espírito missionário”.<sup>93</sup> Como dirigente do Estado o rei consubstancia ao decorrer dos séculos a aliança com o clero e o incorpora às cortes. *Barbosa Filho* destaca que o desenvolvimento das prerrogativas do rei sobre a Igreja garantia a fé como unidade e justificativa do reino diante de Deus, então,

o rei só se legitima e ganha favor da sociedade se trabalha para cumprir a tarefa coletiva de expansão do cristianismo, mantendo este favor religioso identitário e expansionista da sociedade Ibérica, assim, o rei reserva para si a posse dos territórios conquistados, redistribuindo-os entre os nobres em pagamento pelos serviços prestados na guerra. [...] O poder do soberano não está no monopólio da lei e da violência, mas na sua capacidade de distribuir riqueza e honrarias, bem como enriquecimento e enobrecimento, ele, constituía-se na garantia da tradição, no centro organizador de um processo de distribuição do bem-estar material da sociedade e da ascensão social. [...] Quanto mais distribuía, maior era sua legitimidade, e quanto mais generoso, mais a sua figura se tornava uma espécie de amalgama de um Deus também paternal e generoso.<sup>94</sup>

O rei era o fiel depositário da conservação das instituições existentes, não possuía o direito de reorganizar e fazer progredir a sociedade para outras formas. Arbitrar conflitos, fazer a guerra, agraciar ou punir, era essa a função do soberano, garantida pelo territorialismo, entendido aqui como espaço sob a jurisdição de um Estado, porque só se é rei ou só se torna rei no espaço social que lhe garante a possibilidade de exercitar ao máximo seu poder distributivo e de justiça. A soberania do príncipe estava encerrada numa relação de prestação e contraprestação, objeto e objetivo do reino. Conforme conquistava novos territórios deixava atrás de si uma complexa “rede de foros, doações, jurisdições e privilégios”, de maneira que, ao se expandir reiterava estruturas e valores sociais e, contraditoriamente, só consegue se repetir e preservar porque se mantém em movimento. Movimento e crescimento por cissiparidade, ou seja, reprodução de si mesmo, com a finalidade de permanecer imutável.<sup>95</sup>

A busca de Portugal em expandir teve como fim último extirpar “elementos de mudanças e alterações do quadro geral da sociedade”, ou seja, impedir ou pelo menos dificultar a ascensão

---

<sup>93</sup>Ibidem., p. 217-258.

<sup>94</sup>Cf. BARBOSA FILHO, op. cit.

<sup>95</sup>Ibidem., p. 217-258.

de “novos e poderosos sujeitos sociais como a burguesia”. Segundo *Barbosa Filho*, este foi o quadro que se desenhou ao fim da reconquista, e catalisados pelo desejo de perenidade do pacto de prestação e contraprestação fez com que “os donos do poder” buscassem novas fronteiras de expansão e novos mecanismos de movimento. Doravante, as navegações são inauguradas como empreendimento econômico, com a finalidade de substituir o modelo anterior de territorialidade. Ademais, este empreendimento se torna uma empresa de exploração comercial ultramarina que, todavia, “termina por reconstruir as condições para a revitalização do territorialismo anterior permanecendo a sociedade aristocrática e extraeconômica”.<sup>96</sup>

Como abordamos anteriormente, ao longo dos anos alguns autores propuseram novas formulações para a tese do Sentido da Colonização com destaque para as de *Fernando Novais*, elaboradas na década de 1970. Este autor, através de sua análise do Antigo Sistema Colonial, expande o significado do sentido da colonização inserindo-o no quadro mais amplo da transição do feudalismo para o capitalismo industrial na Europa. A segunda formulação que examinamos relaciona-se às atividades econômicas não diretamente ligadas à lavoura exportadora. *Prado Jr.* afirmava que elas tinham um caráter de reforço econômico e que se resumiam basicamente ao comércio de mercadorias importadas para o abastecimento dos meios urbanos. Para ele somente as fazendas exportadoras eram unidades autônomas e autossuficientes.

*Celso Furtado* em *Formação Econômica do Brasil* atribuiu caráter funcional mais importante ao setor não exportador. Consoante o autor, a economia colonial era uma espécie de satélite em relação à conjuntura econômica externa. Esta quando favorável forçava a expansão do setor exportador e, conseqüentemente, havia concentração de seus recursos produtivos na produção dos bens exportáveis.

Esse movimento seria acompanhado do aumento do mercado interno voltado ao fornecimento de gêneros de consumo a esse setor exportador, havendo, inclusive, aumento do grau de monetização das trocas. Por outro lado, em momentos de crise, as unidades exportadoras voltariam a empregar seus fatores, agora ociosos, na produção autárquica de bens de consumo e, por conseguinte, haveria regressão do mercado interno para atividades de subsistência de baixa monetização. Esse movimento pendular emprestava resiliência ao

---

<sup>96</sup>*Ibidem.*, p. 217-258.

sistema em épocas de crise, impedindo que estas ensejassem mudanças estruturais mais amplas<sup>97</sup>.

Furtado dá um caráter funcional ao setor não exportador antes apenas vislumbrado como foi o caso de *Novais*. Todavia, a autonomia sugerida está atrelada à conjuntura externa. Em outras palavras, o desenvolvimento do setor interno acompanharia as flutuações do setor exportador, não se conferindo um grau de autonomia significativo àquele.

Estes dois exemplos complementam teórica e metodologicamente o sentido pradiano. Entretanto, críticas também foram desferidas. Porém, foram críticas de caráter teórico que se fortaleceram a partir da década de oitenta tendo como base pesquisas empíricas, que davam importância ao uso de fontes primárias. Atualmente, existe uma vasta literatura disponível, confrontando o sentido pradiano em algumas de suas proposições fundamentais.<sup>98</sup> Veremos com maior profundidade quando tratarmos das redes de relações negociadas, no segundo capítulo desta dissertação, cuja matriz interpretativa vai de encontro aos pressupostos pradianos.

A proposição apresentada no paradigma pradiano baseia-se no trinômio: escravismo, latifúndio e monocultura e resultou na divisão da economia colonial em dois setores: um, o “locus privilegiado da acumulação e responsável por ditar a dinâmica cíclica dessa economia. O segundo, da produção voltada ao abastecimento interno, isolado das oportunidades de acumulação e frequentemente associado à produção de subsistência”. Essa abordagem dificultava nuançar as cores de um mosaico de modalidades produtivas voltadas à produção de gêneros para o mercado interno ancorado em mão de obra compulsória. Em outras palavras, as atividades desconectadas diretamente das de exportação além de promover o abastecimento do mercado interno colonial, corroboravam a acumulação endógena e promoviam um grau relativo de “autonomia em relação a flutuações do mercado exterior”.

Não obstante o paradigma pradiano, em literatura mais recente (*Fragoso e Florentino*<sup>99</sup> em *O Arcaísmo como Projeto*), buscam demonstrar tal autonomia. Os autores analisam a economia

---

<sup>97</sup>FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961 *apud* SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto**: a superação de um dilema através de um conceito de capital escravista. Estudos Econômicos, volume 38, nº01 – São Paulo jan/mar 2008; 26/02/2012 às 15:08.

<sup>98</sup>Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>99</sup>FRAGOSO, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, (1790-1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 *apud* SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo**

do Rio de Janeiro entre 1790 e 1840, período correspondente a um ciclo de *Kondratieff*,<sup>100</sup> cuja fase descendente ou fase B abrangeria o período de 1816 a 1840. Seu argumento principal é o de que nele setores importantes da economia experimentaram uma expansão, ao contrário do que ocorreria em uma economia voltada para fora. Portanto, as evidências apresentadas indicam a existência de uma relativa autonomia da economia colonial em relação às flutuações externas.

Qual o resultado desta relativa autonomia? Foi a confirmação de que o mercado interno era relativamente infenso às conjunturas internacionais, pois, diferente de *Fernando Novais* que pressupunha uma colônia superavitária em seu comércio com a metrópole, para que essa fosse superavitária com as demais, por meio da revenda dos produtos coloniais, os autores perceberam que num período de déficit na virada do XVIII para XIX, da colônia com a metrópole, esta só se sustentou porque havia um mercado interno de cabotagem e intercolonial a partir do Rio de Janeiro, e boa parte de suas transações era realizada em moeda metálica, permitindo a cobertura do déficit sem restringir o crescimento da demanda agregada interna.<sup>101</sup>

Ademais, “esse período correspondeu à consolidação de uma elite colonial cuja hegemonia repousava na acumulação mercantil e usurária”<sup>102</sup>. Elite que concentrava a cessão de liquidez, crédito e o ramo de seguro, bem como fração considerável do comércio exterior, com preponderância para o tráfico negreiro.

Segundo *Souza*,

a constituição de uma elite apoiada em atividades de elevado poder de acumulação de capital e portadora de um considerável grau de autonomia em relação ao capital comercial metropolitano dentro da colônia certamente é um resultado que não decorre diretamente do modelo explicativo do sentido da colonização<sup>103</sup>.

---

**como projeto:** a superação de um dilema através de um conceito de capital escravista. Estudos Econômicos, volume 38, nº01 – São Paulo jan/mar 2008; 26/02/2012 às 15:08.

<sup>100</sup>Movimento interdecenal ou ciclo **Kondratieff**: a primeira denominação usada deste movimento é de Simiand, que também chama de fase A a ascendente e Fase B a descendente; Kondratieff é denominação usada por Schumpeter e que, além disso, perpetua o nome do economista russo que pela primeira vez estudou sistematicamente tal movimento. – Nikolai Kondratieff. “Los grandes ciclos da vida econômica” – Trata-se de movimentos de longa duração, que geralmente oscilam entre 50 e 60 anos, consideradas as duas fases. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S e BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da história**. 3º edição. Rio de Janeiro: edições Graal, 1983.

<sup>101</sup> Cf. nota 96 deste capítulo.

<sup>102</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>103</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

Percebe-se, com efeito, que *Fragoso* e *Florentino* desenvolveram um novo modelo explicativo da evolução da sociedade colonial brasileira. Segundo eles, a colonização do Brasil não foi o resultado da expansão de uma nascente burguesia comercial metropolitana; foi obra da nobreza do antigo regime. Isso se explica pelas características da península ibérica, na qual a nobreza estava ligada ao meio rural e às atividades urbanas e comerciais, principalmente a estas, fato expresso na famosa figura do "mercador fidalgo". Assim, o objetivo da colonização era a manutenção da nobreza e não o fortalecimento, mas a supressão da burguesia metropolitana<sup>104</sup>.

Isto explica o porquê da não hegemonia do capital mercantil metropolitano, sujeito à concorrência intrainperial cuja consequência foi a gestação de poderosas comunidades mercantis nos trópicos, em particular na praça comercial do Rio de Janeiro. De forma que o corolário dessa dialética era a transferência do produto final para a estrutura arcaica da metrópole, mesmo com a acumulação interna da colônia, o que impediu a formação de força econômica e política que pudesse por em xeque a ordem sociopolítica e econômica do *Antigo Regime*.<sup>105</sup> Assim, há uma acomodação do projeto arcaico da colonização portuguesa que gradualmente ergueu uma economia relativamente autônoma com a finalidade de atingir o estabelecimento de uma elite mercantil residente<sup>106</sup>. É o que procuraremos demonstrar mais adiante.

A partir do exposto, percebemos que de fato a metrópole não se opôs firmemente ao surgimento do capital residente no Brasil. Todavia, em quais condições isso foi permitido? Segundo os autores,

a reprodução da economia colonial repousava sobre o tripé da oferta elástica de mão de obra, alimentos e terras. Com relação ao primeiro elemento, a estrutura de posse de cativos revelada pelos estudos empíricos mostra que a escravidão era amplamente disseminada na sociedade, havendo, em diversas localidades importantes, um grande número de proprietários de pequenos plantéis, bem como uma quantidade considerável de forros proprietários de escravos. Esse fato atesta um elevado grau de elasticidade da oferta de cativos, permitindo-se acomodar a demanda interna a preços "relativamente" acessíveis. Para explicar os determinantes dessa elasticidade, utilizam um interessante estudo das sociedades da costa ocidental africana. Tal estudo mostra que o tráfico não era somente uma empresa do capital comercial, mas uma complexa articulação deste com a estrutura e a

---

<sup>104</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>105</sup> Cf. nota 96 deste capítulo.

<sup>106</sup> Cf. nota 96 deste capítulo.

estratificação social dos reinos africanos fornecedores de mão de obra e, progressivamente, com os negociantes de grossa ventura do Brasil. [...] No que tange a oferta elástica de alimentos, a explicam utilizando as evidências quanto ao mosaico de produções internas, que, inclui desde empresas comerciais até unidades voltadas ao autoconsumo.<sup>107</sup>

A elástica oferta de alimentos, com efeito, permite-nos contrariar as proposições da autarquia das fazendas exportadoras e, concomitantemente, postular um elevado grau de elasticidade da oferta de alimentos, respondendo com prontidão a variações na demanda. Doravante, sobre a oferta elástica de terras, a argumentação tem como norte dois fatores: a extensão territorial da colônia e o fato de o usufruto da terra ser mais permissivo que a posse. Em síntese, esta base dava um caráter peculiar à economia brasileira na época colonial. Pois, tendo em conta os limites impostos pelo mercantilismo, a produção permitia que a economia colonial gozasse de uma relativa autonomia em relação à conjuntura internacional. Com razão, este modelo acomoda bem as evidências empíricas e propugna que do projeto arcaico da colonização portuguesa, pode gradualmente erguer uma economia relativamente autônoma, atingindo o clímax com o estabelecimento de uma elite mercantil residente<sup>108</sup>.

Qual seria o ‘sentido’ da lógica de reprodução dessa estrutura econômica? Para os autores ora em questão, a reprodução ocorria da hierarquia a partir dos grupos ligados à terra e dos ligados ao ramo mercantil e financeiro. Ora, havia uma diferenciação entre a base – representada pelos ligados à terra, e o ápice, ligados ao comércio e ao crédito. Então, uma vez instalada a sociedade colonial no Brasil, esta passaria, paulatinamente, a se autorreproduzir.<sup>109</sup>

Dessa forma, ocorre uma inversão do postulado pradiano do sentido da colonização. Essa inversão tem caráter privilegiado no modelo de *Fragoso* e *Florentino* pois afirmam que “a dependência passava a *redefinir-se* enquanto espaço de acumulação interna”.<sup>110</sup> Esta afirmação está na base do desenvolvimento de *Homens de Grossa Ventura*, em que *João Luís Ribeiro Fragoso* afirma “[...] as formas de acumulação que perpassaram a economia escravista-colonial na virada do século XVIII para XIX”.

Nesta obra, o autor aponta uma forma especial de acumulação endógena de capitais que foram usados na reprodução e desenvolvimento de uma economia local. Ele não nega que “a

---

<sup>107</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>108</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>109</sup> Cf. nota 53 deste capítulo.

<sup>110</sup> Cf. nota 96 deste capítulo.

dinâmica colonial não consistia numa economia exportadora”,<sup>111</sup> e para concluir afirma que “[...] a produção colonial é uma complexa economia de exportação que não pode se resumir a uma simples *plantation*”.

Para o mesmo autor, essa dinâmica “[...] é uma formação econômica e social, com outras formas de produção não capitalistas, além do escravismo, com um mercado interno e acumulação endógena”.<sup>112</sup> Resta-nos perguntar, de que forma se organizava o complexo econômico da produção colonial? O mesmo Frago em *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)* estabelece o conceito de *economia do bem comum*.

Mas o que fora esta economia? Como se estabeleceu na colônia? *A economia do bem comum* acompanhou o estabelecimento do *Plantation*, economia esta que “ocorreu sob os auspícios dos bons ventos do mercado internacional”, pois, entre 1550 e 1630 houve um rápido crescimento de engenhos no Brasil. Isso contribuiu, segundo Frago, para a montagem decisiva da economia escravista exportadora. Este “início da montagem da sociedade colonial ocorreu em um ambiente caracterizado com viragem”<sup>113</sup>. Esta viragem ocorreu em um momento que a liquidez do Estado estava defasada em 250% e o preço do trigo chegava a 800% do preço real. Por outro lado os bons ventos do Atlântico Sul equilibravam a balança. Pois, as possessões lusitanas na América davam um salto quantitativo em relação à população – passava de 6.500 pessoas, em 1546-48, para 150.000 habitantes no final do século. Não obstante o crescimento populacional e a conjuntura favorável americana, a Ásia correspondia ainda com 40% das receitas da Coroa portuguesa<sup>114</sup>.

<sup>111</sup>FRAGOSO, João Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1992, p. 19.

<sup>112</sup>Ibidem., p. 239.

<sup>113</sup>FRAGOSO, João. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)*. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2001. p. 34-35., explica que “viragem” é conceito empregado por Vitorino Magalhães Godinho para caracterizar a mudança de uma economia baseada no tráfico ultramarino com as índias para o interesse de comércio com o Atlântico Sul. [...] A partir de meados do século XVI o Império luso passaria, com intensidade cada vez maior, a ser atacado nas suas diversas fronteiras. Diante de tal quadro, já em 1548, a Coroa fechava sua feitoria em Antuérpia, marcando com isso o recuo do Estado na economia e o avanço de poderosos banqueiros-mercadores transnacionais, aliados à nobreza portuguesa. [...] Os efeitos dessa viragem sobre a sociedade portuguesa são facilmente entendidos quando lembramos que, o último quartel do século XV, o Estado tinha suas bases no tráfico ultramarino. Em 1506, cerca de 65% de suas receitas saíam desses tratos. Na verdade, toda a sociedade do Antigo Regime português dependia, direta ou indiretamente, do império comercial.

<sup>114</sup> Ibidem., p. 34-35.

Bem, voltemos à economia do bem comum. O que era? Ora, *a economia do bem comum*, segundo Fragoso operava através das nomeações para cargos, como:

[...] parte da estratégia dos reis e dos donatários para atrair pessoas comuns e fidalgas para viver ou negociar na capitania. Essas estratégias conformavam as alianças políticas e comerciais associadas aos grupos familiares das primeiras levas de colonos, que se constituíram em “redes de sociabilidade” entre pessoas que recebiam sesmarias e ocupavam cargos na insurgente burocracia colonial. Tais redes constituíram práticas socialmente consolidadas no *modus vivendi* da capitania<sup>115</sup>.

Em que grau as tais redes de sociabilidade participaram efetivamente na organização política e econômica da feitoria do Espírito Santo? Existiu de fato *a economia do bem comum* no Espírito Santo como pressupõe o conceito desenvolvido por Fragoso<sup>116</sup>. É o que nos propusemos analisar.

<sup>115</sup>FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). Op. cit. Apud. RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Modos de ver (1634-1643)**. O governo da capitania do Espírito Santo em sua primeira centúria. Vitória, ES: Secult, 2012, p.174, 175.

<sup>116</sup>FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2001. p. 43-48. “O sistema de mercês era uma velha prática da sociedade lusa. Como se sabe, tal sistema teve suas origens nas guerras de Reconquistas contra os muçulmanos em Portugal da Idade Média. [...] Tais mercês reforçariam o caráter corporativo da monarquia portuguesa de um tipo de “monarquia cujos encargos correspondem basicamente à estrutura feudal-corporativa do benefício. [...] Tratava-se de um tipo de economia de serviços, em que a elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios no paço, no exército e nas colônias. Como remuneração por tais serviços, ela recebia novas concessões régias que poderiam ser acumuladas e ainda adquirir a forma de novos serviços, como administração de outros bens da coroa ou de postos com mais prestígios. Nas “conquistas”, a Coroa concedia postos administrativos ou militares – governador, provedor da fazenda etc, que podiam proporcionar, além dos vencimentos, privilégios mercantis; viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e de direitos alfandegários. [...] Por seu turno, a prática de concessão de mercês no ultramar não era um privilégio apenas dado à aristocracia, estendendo-se também a outros mortais. Antigos soldados ou pessoas de origem social não-nobre podiam receber igualmente ofícios e serventias nas conquistas” como forma de remuneração de seus préstimos ao rei. [Assim], a presença nos dois lados do Atlântico luso de mecanismos de acumulação semelhantes – produto de um sistema de benefícios da Coroa e das atribuições econômicas da câmara – nos leva a pensar que as diferentes partes do Império compartilharam um conjunto de mecanismos econômicos que, grosso modo, poderíamos chamar de *economia do bem comum*. [Ademais], Antes, durante e depois de tais concessões concelhias, o rei, também no interesse do bem comum, concedeu mercês a pessoas – ou seus descendentes – que incidiam sobre a vida social no reino e no ultramar. Quando Sua Majestade nomeava um provedor da fazenda ou um capitão de infantaria, estava assegurando o comércio e a defesa militar dos seus súditos nas “conquistas”, e por conseguinte garantindo o bem-estar de seus vassallos na República. Raciocínio semelhante poderia ser utilizado quando da concessão de uma mercê na forma de privilégios comerciais. Estas eram dadas àquelas pessoas cujos serviços, ou famílias, teriam defendido os interesses da Coroa e, portanto, do bem comum”. [Cf. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a**



## **SEGUNDO CAPÍTULO**

### **ESTRUTURA SOCIAL E REDE DE SOCIABILIDADE NA “ECONOMIA DO BEM COMUM”: A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO NA “ECONOMIA POLÍTICA DE PRIVILÉGIOS”**

## 1. CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO

Para compreender os acontecimentos a tratar neste capítulo é necessário evidenciar que os mesmos estão inseridos no que se convencionou chamar de monarquia dual – período em que Portugal fora agregado ao conjunto do mundo hispânico. Pois,

os sessenta anos da Monarquia Dual e o período que durou a Restauração de Portugal (27 anos) entroncam nos meandros de uma conjuntura europeia marcada pela transição do Renascimento para o Absolutismo e da Teocracismo para a Soberania dos Estados. De facto, entre finais do século XVI e o século XVII, o “velho continente conheceu” a “coabitação” conflituosa do Cristianismo Romano com o Protestante, a “emancipação” do poder do Príncipe face a do Papa na Ordem Interna dos Estados, a 1ª “grande guerra” da era Moderna, a Guerra dos Trinta Anos, a luta entre poderes pela hegemonia continental<sup>117</sup>.

Portanto, é mister destacar que as relações sociais, políticas e econômicas da capitania do Espírito Santo estão inseridas nos sessenta anos da União Dinástica, recaindo o nosso interesse em demonstrar em que grau ocorreu *a economia do bem comum* e como se estabeleceu *a economia política de privilégios* e como isso se materializou no equilíbrio da governabilidade.

Seguindo a contextualização, como estava Portugal antes da Dinastia dos Filipes? Como linhas mestras, em sua política externa,

[...] Dom João III fixou a Oriente, controlou no Atlântico, vigiou na Europa, abandonou África e atacou no Brasil”.

Quanto à política europeia, o monarca prosseguiu a linha da neutralidade e de vassalagem à Cúria Romana herdada de Dom Manuel I, ao mesmo tempo que, para garantia da segurança interna e projecção marítima, a estratégia seguida em relação à Espanha era de contínua vigilância fronteiriça e cooperação naval<sup>118</sup>.

---

<sup>117</sup>LOUSADA, Abílio Pires. **Portugal na Monarquia dual**: o tempo dos Filipes (1580-1640). Lisboa, 2008. [HTTP://handle/123456789/1293](http://handle/123456789/1293), p. 04.

<sup>118</sup>Ibidem., p. 05.

Com a morte de Dom João III, sucede-lhe, Dom Sebastião, que contava três anos. A rainha, Dona Catarina, assumiu a regência até ser substituída pelo infante –cardeal Dom Henrique nas Cortes de 1562-1563, cuja posição foi seguir a linha política do rei morto.<sup>119</sup>

Ao ocupar o trono, em 1568, Dom Sebastião traça as linhas mestras da política imperial que se centraram na

pacificação, evangelização e disciplina no Oriente, instando o vice-rei, D. Luís de Ataíde, a cristianizar as populações, a fazer justiça, a disciplinar a tropa e os colonos, a empreender conquistas, a povoar Angola e S. Jorge da Mina e a vitalizar o Brasil. Mas, sobretudo, como refere João Ameal, mergulhado num ambiente pró-africano, o rei tratou de canalizar as suas energias para o espaço marroquino.

Com a morte do monarca e de muitos dos nobres que o acompanhavam, esfumou-se a reconstituição do Império Português no Norte de África e, com ele, a própria soberania portuguesa, que mergulhou nas trevas devido ao não acautelamento da sucessão dinástica.

[...] O desaparecimento de Dom Sebastião abriu uma grave crise dinástica em Portugal, que o casto cardeal-rei Dom Henrique não soube, não pôde ou não quis resolver<sup>120</sup>.

É nesse contexto que Portugal “perde a soberania”, cujo “[...] problema jurídico-ideológico fora resolvido pela via político-militar”<sup>121</sup>. Óbviamente houve uma corrida à cadeira real: Dona Catarina de Bragança, Dom Antônio, Prior do Crato, portugueses. Surgiu Filipe II, rei da Monarquia hispânica que logrou impor-se à “concorrência” fazendo-se aclamar rei de Portugal nas Cortes de Tomar, em 16 de Abril de 1581<sup>122</sup>. Que razões viabilizaram a ascensão de Filipe II à monarquia dual? As razões foram objetivas, porque,

Filipe II tinha tudo a seu favor para dar corpo à tão desejada União Ibérica.

Após Alcácer-Quibir, a Nação estava economicamente exangue, o sistema de forças nacional, sobretudo o terrestre, desorganizado, a nobreza desmoralizada, arruinada e desorientada, a Igreja, já de si

---

<sup>119</sup>Ibidem., p. 07.

<sup>120</sup>Cf. LOUSADA, op.cit.

<sup>121</sup>Ibidem., p.12.

<sup>122</sup>Ibidem., p. 12.

preocupada com a ruptura do cristianismo na Europa, preocupada com as linhas de rumo a traçar na evangelização universal. Acresce que o monarca hispânico contava com as fragilidades dos seus concorrentes, com os direitos legislativos de primogenitura que reclamava e com a força militar. Desta forma, Filipe II esgrimiou os argumentos disponíveis que o guindariam ao trono de Portugal. Justificando os seus direitos sucessórios no facto de ser filho da infanta D. Isabel, segundo filho na ordem de nascimentos de D. Manuel I, logo após D. João III, colocou em acção uma persuasiva máquina diplomática, uma aliciante perspectiva económica e um coercivo argumento militar.

Assim, através dos seus agentes, o rei madrileno convenceu os eclesiásticos das vantagens de uma Península unificada para combater as heresias protestantes, persuadiu e corrompeu muita da aristocracia sobre os benefícios nobiliários que a Monarquia dual concederia, aumentando-lhes o prestígio e diminuindo-lhes o controlo régio e, relativamente à burguesia comercial, a promessa de participação livre na actividade do Atlântico Sul permitiu a sua anuência. A própria perspectiva de abolição das fronteiras alfandegárias no conjunto ibérico, que garantia o acesso ao importante trigo hispânico, era sedutora<sup>123</sup>.

Dentre as argumentações de convencimento pelo corpo diplomático de Filipe II, é-nos muito caro o que está dito em relação à burguesia comercial: a promessa de participação livre na actividade do Atlântico Sul e a perspectiva de abolição das fronteiras alfandegárias no conjunto ibérico.

Somando-se a isso, diante da Corte de Tomar, legitima-se à maneira portuguesa e garante-lhe os foros de soberania, “[...] as leis, o governo, a administração da justiça e a cunhagem de moeda, Filipe II firmou um pacto de Monarquia dual: dois reinos para um só soberano, que parecia impedir a incorporação plena de Portugal na Monarquia hispânica [...]”<sup>124</sup>.

Mesmo com todas as garantias de uma relativa autonomia, Portugal estava em desvantagem, pois, o rei não residia em Lisboa, além de ficar privado de uma política externa, tendo os seus interesses alinhavados ao de Castela, cujas decisões eram tomadas em Madri<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup>Cf. LOUSADA, op.cit.

<sup>124</sup>Ibidem., p. 14.

<sup>125</sup>Ver LOUSADA, Abílio Pires. **Portugal na Monarquia dual: o tempo dos Filipes (1580-1640)**. Lisboa, 2008. [HTTP://handle/123456789/1293](http://handle/123456789/1293).

Outro fator complicador para os portugueses e suas possessões, principalmente, as da América, foi o apossar sistemático dos inimigos tradicionais de Castela: Inglaterra, França e posteriormente Províncias Unidas (Holanda), refratárias à tutela hispânica<sup>126</sup>.

É certo que a união ibérica prejudicou a situação portuguesa, pois, Lisboa gozava de relações cordiais com esses centros políticos.

A decisão de Filipe II fechar o porto de Lisboa aos comerciantes e navegadores ingleses e das Províncias Unidas, como forma de lhes restringir o espaço comercial, foi prejudicial para os interesses portugueses. O escoamento dos produtos e das trocas comerciais com o Norte da Europa não só diminuíram como obrigou essas potências a procurar os géneros no espaço oceânico lusitano, ou seja, na fonte de produção, utilizando as suas rotas e intrometendo-se nos seus territórios, submetendo Portugal à prova das armas<sup>127</sup>.

Todavia, esta União proporcionou benefícios a Portugal: a Costa Algarvia ganhara mais segurança com as expedições hispânicas à costa do Marrocos; as tropas castelhanas reacenderam o sentimento de segurança interna às populações; Sevilha, centro financeiro e

principal porto dos negócios com o Novo Mundo, passou a ser frequentado por comerciantes portugueses, beneficiando sobremaneira uma burguesia que acendia a novos «centros comerciais»; o mercado interno, esbatidas as barreiras alfandegárias, alargou-se; o Brasil desenvolveu-se, assumindo-se como o comércio externo predominante, de onde chegava o açúcar, o tabaco, a madeira, o milho, a mandioca e o óleo de baleia. Neste aspecto, a rede económica intercontinental montada pela Monarquia, que assentava nos *“escravos africanos, produtos agrícolas brasileiros e metais da América castelhana”*, parecia funcionar<sup>128</sup>.

É no contexto dessa atividade económica que se forja uma intrincada rede de poder político com vista ao domínio do tráfego comercial que se materializa na governabilidade de diversas capitánias. Nosso intuito é tentar perceber em que grau se consolidou, e se realmente se consolidou esta rede de poder na capitania do Espírito Santo.

---

<sup>126</sup>Cf. LOUSADA, op.cit.

<sup>127</sup>Ibidem.,p.16.

<sup>128</sup>Cf. LOUSADA, op.cit.

## 2. REDES DE SOCIABILIDADES: CONCEITOS PARA ENTENDER A GOVERNABILIDADE

Como se formaram as redes de sociabilidades com o objetivo de materializar<sup>129</sup> um equilíbrio para governar. De forma geral, os trabalhos de *João Fragoso, Maria de Fátima Gouveia e Maria Baptista Bicalho* deram novo alento interpretativo à formação da sociedade colonial e de suas elites senhoriais, pois a partir de tal pôde ser inteligível o conceito de *economia do bem comum*.<sup>130</sup> Este novo enfoque perpetra um novo olhar sobre a sociedade colonial do império português – a dinâmica de negociação entre as elites coloniais e a Coroa portuguesa – que valorizava as câmaras como espaço político de negociação, de forma a preterir a via de mão única baseada no binômio exploração/dominação metropolitana sobre o território e a população colonial<sup>131</sup>.

Outros fatores que deram consistência ao novo modelo foi o olhar mais detido sobre a “*dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês, pelo desempenho de cargos administrativos e pelo exercício do poder conselho*”<sup>132</sup>.

Como vislumbrar a importância da câmara e os demais fatores como espaço de negociação com a metrópole? O domínio português em África, Ásia e América potencializaram a formação de fortunas aos fidalgos por meio de benefícios concedidos. Nesse sentido as conquistas foram o trampolim para “manter/ampliar terras, rendas e prestígio na metrópole”<sup>133</sup>.

Dentro desse cenário, as câmaras passam a ser o *locus* de ligação do espaço colonial com o centro de poder e

<sup>129</sup> Ver FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Bases da Materialidade e Governabilidade no Império**. PENELOPE, nº 23, 2000,

<sup>130</sup>FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Uma leitura do Brasil colônia: bases da materialidade e da governabilidade**. PENELOPE, nº 23, 2000, p.67.

<sup>131</sup>Cf. FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. S; BICALHO, M. F. B. op. cit.

<sup>132</sup>BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime**. Almanak brasiliense, nº 02 – novembro, 2005, p. 24.

<sup>133</sup>BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: ALMEIDA, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Carla Maria Carvalho de; JUCÁ, Antonio Carlos. **Conquistadores e Negociantes: história das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII (Orgs.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[...] em nome do bem comum da república, intervinham no mercado controlando os preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade, ela discutia o valor dos fretes para o reino e o preço do açúcar. Intervinha, portanto, naquilo que se chama pacto colonial [e aliada] a conquista, ao sistema de mercês e as suas prerrogativas contribuíram decisivamente para a montagem da economia de *plantation* e para a afirmação de sua primeira elite senhorial [no espaço colonial];

[Segundo os autores], a presença nos dois lados do Atlântico de estratégias de acumulação semelhante – produto de um sistema de benefício da Coroa e das atribuições econômicas das Câmaras -, nos leva a pensar que as diferentes partes do Império compartilharam de um conjunto de mecanismos econômicos que grosso modo, poderíamos chamar de *economia do bem comum*.<sup>134</sup>

Deve-se entender esse conceito no corpo de uma sociedade exclusiva que se apropria de forma particular do excedente social, refletidos na cessão dos bens e serviços da república pelo senado e ou pelo rei a apenas alguns, por meio de monopólio ou de semimonopólio. Somente os fidalgos se apropriam com exclusividade dos rendimentos dos segmentos da produção social. Qualquer tentativa de mudar o *status quo* poderia ser punida pela lei. Este inextricável complexo social faz *parte de uma sociedade hierarquizada de Antigo Regime, em que o público da república, de uma maneira direta ou indireta, sustentava os eleitos*.<sup>135</sup>

Com efeito, segundo os autores, *a economia do bem comum* está inserida numa hierarquia social excludente no bojo de um mercado regulado<sup>136</sup>;

De forma que,

a ideia de uma *economia do bem comum* com o seu tipo de mercado e hierarquia social só se completa quando atentamos para o fato de que ela se baseia numa rede de reciprocidades, isto é, numa rede de alianças com os seus dons e contradons. Segundo a historiografia

---

<sup>134</sup>FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. **Bases da Materialidade e Governabilidade no Império**. PENELOPE, n° 23, 2000, p. 70-71.

<sup>135</sup>SOUZA, L. de M. e. op. cit.

<sup>136</sup>Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

moderna portuguesa, estas redes possuíam um papel decisivo na reiteração política e material a casas aristocráticas dos grandes<sup>137</sup>.

Essas redes de reciprocidades eram apenas uma das faces do prisma das redes de interesses que atravessavam o império, ligados por negociantes e suas rotas de comércio, a formar “circuitos comerciais que cruzaram e uniram as diferentes searas do além-mar lusitano”<sup>138</sup>.

É mister evidenciar a importância dessas redes de reciprocidade na governabilidade do império, não obstante, no escopo de uma política de privilégios. Pois, ela viabilizou:

a expansão e a conquista de novos territórios permitiu à Coroa portuguesa atribuir ofícios e cargos civil e militares, conceder privilégios comerciais a indivíduos, dispor de novos rendimentos com base nos quais se distribuíam tenças. Tais concessões eram o desdobramento de uma cadeia de poder e de redes de hierarquia que se estendiam desde o reino, propiciando a expansão dos interesses metropolitanos, estabelecendo vínculos estratégicos com os colonos. Através da distribuição de mercês e privilégios o monarca não só retribuía o serviço dos vassallos ultramarinos na defesa dos interesses da Coroa e, portanto, do bem comum. Ele também reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassallos à estrutura política do Império, garantindo sua governabilidade. Materializava-se, assim, forjando a própria dinâmica da relação imperial, uma dada noção de pacto e soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime, ou, dito de outra forma, por uma *economia política de privilégios*.<sup>139</sup>

Como dito anteriormente, a governabilidade se materializava numa dada noção de pacto e soberania. Mas qual era o ponto de apoio do soberano nas conquistas capaz de viabilizar o pacto para o desenvolvimento de estratégias de poder? As câmaras<sup>140</sup> eram instituições fundamentais na construção e na manutenção do império ultramarino, pois, além de garantir a continuidade e formação do Império foram o espaço que recebeu os mecanismos jurídicos e

<sup>137</sup>FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**, p. 50.

<sup>138</sup>FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

<sup>139</sup>Cf. BICALHO, M. F, op. cit.

<sup>140</sup> Ibidem., p. 191-199.

administrativos da metrópole, e como modelo quase universal e relativamente uniforme de organização política local em todo o território e suas conquistas formaram uns dos pilares da sociedade colonial portuguesa, pois garantiam uma continuidade que governadores, bispos e magistrados passageiros não podiam assegurar. Assim, as câmaras tronaram-se “espaços privilegiados da consolidação de interesses e de autoridades locais, ambos identificados ao exercício da soberania portuguesa”.<sup>141</sup>

Doravante, o espaço da câmara serviu para cimentar o espaço privilegiado do exercício da cidadania, pois absorveu um novo corpo social da governança, uma espécie de nobreza civil ou política “abarcando aqueles que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas que obraram ou a cargos honrados que ocuparam, diferenciando-se, portanto, da nobreza derivada de sangue e herdada dos avós”.<sup>142</sup>

Pois bem, como o exercício da cidadania se refletia nas colônias portuguesas da América? Segundo os autores:

No Brasil, o controle do acesso a cargos camarários surgia como objeto de disputas entre grupos economicamente influentes nas localidades. Estas disputas podem ser entendidas como um dos fatores que indicam a centralidade daqueles cargos enquanto espaço de distinção e de hierarquização dos colonos e, simultaneamente, de negociação com a Coroa portuguesa. As Câmaras constituíram-se, portanto, em via de acesso ao conjunto de privilégios que permitiam não apenas nobilitar os colonos, mas ainda fazê-los participar do governo político do império.<sup>143</sup>

Revela-se, dessa forma um cabo de força, cujo foco de tensão e negociação é o corpo camarário que dava aos colonos a capacidade de pressionar suficientemente a soberania metropolitana, constringendo em parte e às vezes de forma total “as políticas propostas, ou, ainda, de negociar um acordo menos oficioso aos interesses coloniais”.<sup>144</sup>

Tal Prática pode ser entendida como outra face de materialização do pacto. Dito de outra forma, ao mesmo tempo em que eram representantes dos interesses régios na capitania, os detentores

<sup>141</sup>Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

<sup>142</sup>Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊA, M. de F, op. cit..

<sup>143</sup> BICALHO, op. cit.

<sup>144</sup> FRAGOSO, J; BICALHO M. F; GOUVÊA, M, op. cit.

daqueles ofícios possuíam interesses identificados ao seu grupo social, o que, só por si, obrigava-os – Coroa e colonos – a negociar.<sup>145</sup>

A câmara como espaço de negociação revela um campo de conflito em busca do exercício da cidadania – aqui entendida como cidadania no sistema do Antigo Regime português – que “evidenciava e legitimava o monopólio da Coroa na definição dos habilitados para tal exercício”, e o que punha esta dinâmica em movimento era uma *economia política de Privilégio*<sup>146</sup>.

Segundo os autores,

*a economia política de privilégio* deve ser pensada enquanto cadeia de negociação e redes pessoais e institucionais de poder que interligadas, viabilizavam o acesso a cargos e a um estatuto político – como o ser cidadão, hierarquizando tanto os homens quanto os serviços em espirais de poder que garantiam coesão e governabilidade ao império<sup>147</sup>.

Reiteramos que nesse capítulo *Estrutura Social e Rede de Sociabilidade na “economia do bem comum”: a capitania do Espírito Santo na “a economia política de privilégios”*, nossa tarefa foi demonstrar como ocorreu o conflito em busca do privilégio do exercício da cidadania, dentro de uma estrutura social, política e econômica de *Antigo Regime* e como se estabeleceu *a economia política de privilégios*, e como isso se materializou no equilíbrio da governabilidade, tendo como objetivo dar continuidade ao *projeto colonizador* português.

### 3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA HISTORIOGRAFIA DO ESPÍRITO SANTO

A conjuntura política e econômica da capitania capixaba entre 1600-1642 é estabelecida de forma cronológica pela historiografia, que aqui chamaremos de tradicional. Essa historiografia, no sentido a evidenciar os fatos em detrimento do jogo de interesses que se

<sup>145</sup> FRAGOSO, J; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

<sup>146</sup> Ibidem., p.77-78.

<sup>147</sup> FRAGOSO, J; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

processa subjacente, percebia os fatos como verdade incontestável.<sup>148</sup> *Maria Stella de Novaes* (s/d) em *História do Espírito Santo* enumera os acontecimentos que julga de maior relevância. Por exemplo, afirma que “[...] Dom Francisco de Sousa, em 1602, foi agraciado com o título de Marquês das Minas e Superintendente das Minas de ouro e pedras preciosas, das capitanias de São Vicente, do Rio de Janeiro e Espírito Santo [...]”<sup>149</sup>.

Com que objetivo o rei Felipe III determinara esta função e lhe concedera a titulação de Marquês e Superintendente das Minas de ouro? Outro fato que carece de análise é, por que “[...] concedeu a Dom Francisco de Sousa o posto de Governador Geral das Capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente [...]”<sup>150</sup> com sujeição pessoal, estando estas separadas do Governo Geral do Brasil? Ora, havia o interesse sobre a parte sul da América portuguesa em garantir uma influência sobre a região do Prata. Ao não discutir, ou ao menos inferir os objetivos reais, deixa uma lacuna sobre o processo histórico. Dessa forma, Novaes segue em sua elocução, explicitando, ano a ano, os acontecimentos: substituição dos donatários, a primeira entrada de escravos na capitania, as invasões dos holandeses. Estas invasões estão relacionadas com a passagem de Portugal para o domínio espanhol que

[...] colocara o Brasil em situação perigosa, porque a Companhia das Índias Ocidentais [...] visava a conquista e o saque do Brasil [...]. Teria, portanto, o mesmo objetivo da companhia das Índias Orientais, em relação às outras possessões lusitanas. Seria, talvez, uma represália às dificuldades do comércio do Brasil, porque o governo espanhol proibira a vinda de embarcações estrangeiras aos portos brasileiros.<sup>151</sup>

Com efeito, *Novaes* analisa a conjuntura como um *a priori*, algo pelo qual a história da capitania deveria passar, pois não relaciona estas contradições como busca por uma posição de poder e dominação dentro da política mercantilista, período característico da evolução do sistema capitalista. Outro fato a se destacar é não relacionar a estrutura e a conjuntura política e econômica da capitania do Espírito Santo. Ao invés de destacar a importância do comércio do açúcar para o mercado europeu e o papel da capitania neste contexto dando ênfase ao

---

<sup>148</sup> NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, (s/d), p. 57-66.

<sup>149</sup> Cf. NOVAES, M. S. de. op. cit.

<sup>150</sup> *Ibidem.*, p. 59.

<sup>151</sup> *Ibidem.*, p. 60.

conflito político regional tendo como fim a manutenção de certas práticas para o controle social e econômico, deita o olhar sobre os acontecimentos, como o ataque do Almirante Koin e apenas relata que “a esquadra holandesa [...] atacou dois navios carregados de quatrocentas e cinquenta e uma caixas de açúcar”,<sup>152</sup> deixando de lado o impacto desta ação para a economia local.

*Basílio Carvalho Daemon* historiciza os fatos sobre a capitania do Espírito Santo de forma que os acontecimentos sejam vistos como *a verdade nua e crua*.<sup>153</sup> Na obra *História do Estado do Espírito Santo*<sup>154</sup> de *José Teixeira de Oliveira*, escrita na década de 1940 e editada em 1975, que permanece ainda hoje, a nosso ver, como a história-síntese mais fundamentada em referências documentais e autorais sobre o período colonial<sup>155</sup> nos servira de base referencial ao nosso trabalho.

Ademais, em uma postura diversa da de *Daemon* e de *Novaes*, a obra de Oliveira prima por uma explicação dos acontecimentos. Para a conjuntura proposta, *Oliveira* inicia fazendo um *balanço das realizações* feitas pelos primeiros colonizadores salientando que os continuadores desses “sentiriam na própria carne que ali as conquistas do homem seriam [...] discretas e custosas” e que “o perigo e o fracasso vigiavam todos os rumos”.<sup>156</sup>

Qualifica de importante a ação dos jesuítas em solo capixaba e esboça em ideia rasa a contradição entre o mundo secular e o da ordem jesuítica na maneira de uso da mão-de-obra disponível, a indígena. Afirma, com base nas últimas cartas de Anchieta que foi louvável

[...] a resistência dos padres à cobiça dos colonos, que, por sua vez, questionavam entre si sobre pretensões de ofícios e honras. Implicavam os portugueses com os jesuítas porque estes não lhes permitiam servi-se dos índios a torto e a direito.<sup>157</sup>

---

<sup>152</sup>Cf. NOVAES, M. S. de. op. cit.

<sup>153</sup>Cf. DAEMON, Bazílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Sua descoberta, história e cronológica, synopsis e estatística. Vitória: typographia do Espírito Santo, 2010.

<sup>154</sup>OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.

<sup>155</sup>RIBEIRO, Luiz Cláudio M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio. (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: Secult, 2012, p.171-199.

<sup>156</sup>OLIVEIRA, op. cit.

<sup>157</sup>OLIVEIRA, op. cit.

Ao que parece, para sua análise *Oliveira* não parte da base econômica mas da exposição dos fatos com explicação plausível de sentido, pois ao falar das culturas produzidas na capitania apenas relata que as “principais eram, além da cana, que se fazia açúcar e aguardente, algodão, arroz e tabaco”<sup>158</sup> - estes são alguns gêneros produzidos na capitania, e que serão importantes para a confecção do terceiro capítulo desta dissertação cujo caráter precípuo será descrever a pauta de exportação e importação de produtos, a relação comercial com as capitanias adjacentes, além de examinar as formas de pagamento, acumulação da estrutura produtiva da capitania -, todavia, abstém-se de reflexão dos conflitos para a manutenção da liberdade de comércio e do controle econômico e político<sup>159</sup>.

A iniciativa jesuítica no processo de domesticação do nativo, no dizer de *Oliveira*, contribuiu para a formação de um “poderoso exército de reserva” que fora usado para formar a aldeia de São Pedro - “origem da cidade de Cabo Frio” para a proteção daquela área cuja cobiça inglesa e holandesa era concreta – partiu da colônia capixaba, é o que atesta

na petição que instrui a carta de sesmaria das terras dos goytacazes, de dezoito de outubro de 1630, ler-se: e os índios da Aldêa do Cabo Frio, e os de naçam Aitacazes que os Padres da Companhia pra Ella trouxerão, que por mandado particular de Sua Magestade o Padre Provincial que então era instituído de novo a dita Aldeã com índios que para isso certos Padres da Companhia trouxerão das Aldeãs da Capitania do Espírito Santo, por se achar no Conselho de Estado da Coroa de Portugal ser cousa muito importante a assistência de índios no dito Cabo Frio debaixo da Proteção dos ditos Padres para impedirem aos Olandeses e aos mais inimigos da Coroa fazerem ali fortaleza e pão brasil, do qual antes a dita Aldeã ali estar levavão muitas nãos carregadas, o que depois disso cessou, como também o temor de averem de fazer fortaleza, o que conta por experiência de mais de doze annos, no discurso dos quaes elles índios tem feito muitas e muitas boas cavalgadas, nas ultimas das quais este anno de seiscentos e trinta, elles índios e Aitacazes matarão obra de duzentos Olandeses.<sup>160</sup>

Esta forma de ver os fatos limita o uso dos dados disponíveis e impede um olhar mais atento da estrutura econômica e do papel estratégico da capitania do Espírito Santo, pois sua posição

<sup>158</sup> Ibidem., p. 126.

<sup>159</sup> Cf. nota 154 deste capítulo.

<sup>160</sup> Cf. OLIVEIRA, J. T. de. op. cit.

geográfica lhe proporciona agir na defesa da colônia para garantir a possibilidade de intercâmbio direto com a Europa e por cabotagem com as capitanias do norte e com as do sul, como se tem atestado quando a análise prima pela estrutura econômica e conjuntural entendidas em sua permanência e ruptura no movimento de seus próprios ritmos, que é o que lhes diferencia.<sup>161</sup> A capitania capixaba se configurava como “uma cabeça de ponte da invasão portuguesa da Mata Atlântica”.<sup>162</sup> Ela tinha uma função estratégica no que tange a dinâmica comercial litorânea, “no tráfego com a Europa, África e Ásia, bem como no mercado intracolônial, com um fluxo de cabotagem interessante”<sup>163</sup> que foi perdendo sua robustez, mas não se dizimou por completo, além de auxiliar na defesa da costa com vista a manutenção do território da Colônia portuguesa na América. Exemplo foi quando da invasão dos holandeses; “[...] o Espírito Santo foi dos primeiros a levarem a sua efetiva solidariedade à Bahia, mandando para lá, ainda em 1624, um contingente de índios flecheiros que, logo ao desembarcar, entrou em combate”.<sup>164</sup> Em outras palavras, a capitania do Espírito Santo estava em consonância com o projeto de colonização portuguesa para América.

Não obstante as afirmações dos autores acima citados, *Gabriel Bittencourt*<sup>165</sup> em *A Formação Econômica do Espírito Santo: roteiro da industrialização* propõe uma nova forma de abordagem sobre a história da capitania capixaba. Sua amostra é analisada a partir da estrutura econômica, segue o excerto:

Este trabalho é derivado de nosso interesse pela formação econômica do Espírito Santo [...] que vimos estudando desde 1976, [...] dando sequência a uma série de estudos sobre a região capixaba, com vista a uma contribuição à historiografia local.<sup>166</sup>

---

<sup>161</sup> Cf. CARDOSO, C. F. S. op.cit.

<sup>162</sup> DEAN, Warrem. **A Ferro e Fogo: a devastação da mata atlântica brasileira**; tradução Cid Kripel Moreira; revisão técnica: José Augusto Drumond – São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 70.

<sup>163</sup> Documento número 4 de 1617, Agosto, 13, Lisboa **CARTA DE LEI** (treslado) do Rei [Filipe II], ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

<sup>164</sup> DAEMON, Basílio *apud* OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 106-108.

<sup>165</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação econômica do Espírito Santo: roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual da Cultura, 1987.

<sup>166</sup> BITTENCOURT, G. op. cit.

O livro tem algo de inovador, busca fazer refletir a contribuição econômica do Espírito Santo na formação e desenvolvimento do complexo econômico mercantil português e posteriormente na formação e estabelecimento da base econômica para a industrialização brasileira. Porém, a narrativa é uma síntese, culpa da rala documentação que na época obstava a realização de um trabalho mais apurado. Mesmo assim, é um livro indispensável para o estudo da capitania capixaba, pois traz em seu bojo a discussão acerca do papel desempenhado pela capitania desde sua ocupação até “o advento dos grandes projetos e o início do ciclo industrial”.<sup>167</sup> Não cabe aqui discutir ponto a ponto as ideias elencadas e desenvolvidas por *Bittencourt*, porque se desviaria do objetivo primário deste capítulo: versar sobre a *Estrutura Social e Rede de Sociabilidade na “economia do bem comum”: a capitania do Espírito Santo na “economia política de privilégios”*, cujo sentido é demonstrar com o estabelecimento da *economia política de privilégios* se materializou no equilíbrio da governabilidade bem como demonstrar as contradições nos jogos de interesses para o controle da produção e das trocas comerciais com o objetivo de dominar o mercado europeu e o trânsito no Atlântico.

Existem outros autores que estão alinhados à forma de *Bittencourt* pensar a história do Espírito Santo. Cabe aqui citar dois, pois acreditamos estarem na vanguarda da produção da historiografia capixaba: *Maria da Penha Smarzaro Siqueira* e *Luiz Cláudio M. Ribeiro*.

*A situação econômica luso-brasileira nos fins do século XVIII e início do século XIX*, este é de grande importância para nossa dissertação, pois nos esclarece acerca do conceito *Projeto Colonizador*.

Já *Luiz Claudio Ribeiro* em trabalhos recentes como o livro *A Serventia da Casa: a Alfândega do Porto de Vitória e os rumos do Espírito Santo* e o artigo: *Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria* reflete este alinhamento e vai além, pois em seu modo de ver ultrapassa o enfoque econômico e mantém sua lente sobre as relações pessoais base da *economia do bem comum*<sup>168</sup> na capitania do Espírito Santo.

Nossa missão é manter o alinhamento com este novo modo de ver a capitania do Espírito Santo.

---

<sup>167</sup> Cf. nota 165 deste capítulo.

<sup>168</sup> Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

Para tal devemos ter sobre o foco que o poder administrativo estabelecido na capitania, por meio da câmara, esta dentro do limite estabelecido pelo *Antigo Regime*, cujo rei, representante do corpo social e político, e mantenedor do equilíbrio e harmonia tinha na distribuição da justiça, seu atributo mais importante, pois esta, “correspondia a dar a cada qual o que é seu repartindo prêmio e castigo, respeitando direitos e privilégios, cumprindo contratos estabelecidos”<sup>169</sup>. Por outro lado, o corpo social respondia no desempenho de seus serviços com a expectativa que prêmios deveriam ser atribuídos de uma forma considerada justa. Nesse sentido, “a obrigação régia de dar devia ser feita de acordo com determinadas normas [...]. A liberalidade não era assim espontânea; devia obedecer a preceitos para ser adequada e politicamente geradora do amor dos vassalos”<sup>170</sup>.

De forma que a conquista passou a ser o meio pelo qual se recebia mercê refletida no direito de exercer o poder local pois, segundo *Bicalho*:

o imperativo de dar criava uma cadeia de obrigações recíproca: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercê ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição/doação de mercês por parte do rei; engrandecimento/atribuição de *status*, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido às mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento; reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços ao monarca.<sup>171</sup>

Assim como se fez em todo território do império português, não seria diferente o *projeto colonizador* nos limites da capitania do Espírito Santo pois esta estratégia é produto de um sistema de benefícios da Coroa e das atribuições econômicas da câmara.<sup>172</sup> Como se formou essa estrutura de poder – *economia do bem comum* – na capitania do Espírito Santo? Analisando fragmento da carta de doação, *Luiz Cláudio Ribeiro* afirma:

inferi que as nomeações para cargos era parte da estratégia dos reis e dos donatários para atrair pessoas comuns e fidalgas para viver ou negociar na capitania. Essas estratégias conformavam as alianças políticas e comerciais associadas aos grupos familiares das primeiras levas de colonos, que se constituíram em “redes de sociabilidade”

<sup>169</sup> Cf. BICALHO, M. F. B, op. cit.

<sup>170</sup> Cf. BICALHO, M. F. B, op. cit.

<sup>171</sup> Ibidem., p.23.

<sup>172</sup> Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F; GOUVÊA, M. de F. (org.), op. cit.

entre pessoas que recebiam sesmarias e ocupavam cargos na insurgente burocracia colonial. Tais redes constituíram práticas socialmente consolidadas no *modus vivendi* da capitania.<sup>173</sup>

Doravante, nota-se que o lugar comum dessas *redes de sociabilidades* girava em torno da Câmara, no perímetro urbano e no núcleo de produção econômica – os engenhos. A economia do Espírito Santo baseava-se na produção local<sup>174</sup> e no movimento de pessoas e cargas nos trapiches em que ocorriam as operações de produção, embarque e desembarque, praticadas em barcos de pequeno porte e de longo curso.<sup>175</sup>

O desempenho de serviço administrativo na câmara, em nome do bem comum da república, habilitava a uma intervenção direta no mercado controlando os preços e serviços ligados ao abastecimento da cidade, “ela discutia o valor dos fretes para o reino e o preço dos açúcares. Intervinha, portanto, naquilo que se chama pacto colonial”.<sup>176</sup> Em outras palavras, as câmaras ecoavam as vozes dos habitantes locais, dos quais também recebiam autoridade para agir em seu nome, e isto significa que deviam ser pessoas responsáveis, gozar de certos direitos e saberem zelar pelo bem comum.<sup>177</sup>

As câmaras<sup>178</sup> desempenharam funções de suma valia na vida das capitanias desde a instalação do regime. A história espírito-santense seria idêntica à de outras capitanias, diferindo quanto às circunstâncias e aos problemas que lhes diziam respeito muito particular. Sabe-se, pois, que o donatário trouxe consigo homens de valor, identificados como

---

<sup>173</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>174</sup> Além de madeiras bem como a pimenta, o urucum e certa espécie de bálsamo, não tardou a juntar-lhe as espécies originárias de diversas partes, como frutas cítricas, uvas, feijões e arroz. Em 1549 os moradores capixabas já colhiam mandioca, arroz, algodão e algum açúcar (Cf. SALVADOR, J. G. op. cit., p. 62, nota 31 da introdução).

<sup>175</sup> OLIVEIRA *apud* RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Modos de Ver (1534-1643)**: o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio (org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: Secult, 2012, p.175.

<sup>176</sup> Cf. FRAGOSO, J; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

<sup>177</sup> *Ibidem.*, p. 54. Não estamos tomando Habitantes como se define contemporaneamente, mas um grupo específico de cidadãos de fidalgos e um outro grupo de nobres, pelos serviços prestados na conquista.

<sup>178</sup> Cf. SALVADOR, op. cit.. Esclarece o autor sobre a composição da Câmara: além dos vereadores faziam parte integrante do Conselho Municipal o juiz ordinário e o da vintena, este com alçada inferior à do colega. Quando em devassa oficial, levavam junto um tabelião e um escrivão. Outro membro era o procurador do Conselho incumbido de zelar pelo cumprimento das leis e pelos interesses do povo. Atuavam, outrossim, dois almotacéis, eleitos pela Câmara por indicação de um edil, e cujo papel se comparava ao dos fiscais. Seguiam-se, de igual modo, os alcaides, espécie de chefes de polícia com mandado por três anos, e de par com os mesmos o ouvidor local, e os capitães de ordenanças, que eram escolhidos e pagos pelas Câmaras.

fidalgos.<sup>179</sup> Ele se fez acompanhar de funcionários investidos de ordens reais. O rei, em Lisboa, nomeou os dois primeiros funcionários da futura administração: para escrivão da Feitoria, Sebastião Lopes, citado como escudeiro; para escrivão do Almojarifado nomeou Antonio Espera, citado como cavaleiro da Ordem de Santiago.<sup>180</sup> Talvez, justifica-se a nomeação dos escrivães pela importância de serem dos “poucos elementos alfabetizados e com relativo conhecimento de leis e decisões adotadas em períodos anteriores”.<sup>181</sup>

Sobre os núcleos de produção – os engenhos – *José Gonçalves Salvador*, com dados de 1589, referenciado em *Gandavo*, autor de “*Coisas Notáveis do Brasil*”, afirma que:

Espírito Santo, com duas Vilas, arrolava 700 escravos e 9.000 índios, portanto muito acima de São Vicente e de Piratininga juntos, com 800 e 600 respectivamente. [...] O Espírito Santo, dotado de miríades de cabeças, se dispunha a tirar delas o melhor proveito.<sup>182</sup>

Todavia, ao cruzarmos estes dados com as informações de *Simonsen*, de que um escravo possui capacidade física de produzir 50 arrobas<sup>183</sup> de açúcar ano verificamos que a tarefa diária de um escravo era cortar sete mãos de cana, cada mão correspondendo a cinquenta feixes de doze canas<sup>184</sup> durante o processo de colheita. Mas os dados não batem porque ao multiplicarmos 50x100, que é o número médio de escravo por unidade de produção - sem contar “a parte mecânica dos engenhos compreendendo a moageira e os anexos, incluindo fornos, utilizaria em média 15 serviçais”<sup>185</sup> -, tem-se 5.000 arrobas que serão multiplicadas por seis, número de engenhos localizados na capitania. Doravante, voltaremos mais detidamente sobre esta análise.

Nosso objetivo neste capítulo é demonstrar a *rede de sociabilidade* organizada por meio da *economia política de privilégios* ou *economia do bem comum*. Para o que nos interessa ao darmos fé às informações estatísticas há grupos de interesses entre os historiadores que manipulam os dados, pois, o documento revela que:

---

<sup>179</sup> Cf. SALVADOR, op. cit.

<sup>180</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>181</sup> SALVADOR, op. cit.

<sup>182</sup> *Ibidem.*, p. 64-65.

<sup>183</sup> SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500-1822)**. 7ª Ed. São Paulo: Editora nacional; Brasília, INL, 1977, p.135.

<sup>184</sup> SIMONSEN, R. C. op. cit.

<sup>185</sup> SALVADOR, J. G. op. cit.

Consta por juramento do feitor thomas rodriguez não ter carregado na tres caravellas contheudos no outo asima mais de duas mil E quinhentas e corenta E sette arrobas de asucar de meia liberdade do emgenho da emvocação nosa senhora da pas e consta pella certidão que vai loguo a diante que o dito feitor tem carregadas nas ditas embarcações quatro mil e sento e vinte e tres arrobas e vinte e nove [libras] pello que consta que nas ditas três caravellas do [ilegível] aos direitos de sua magestade mil e quinhentos e setenta e tantas arroba [...] Certifico eu gaspar carnejro Rangel escrivão da fazenda de sua magestade e alfandegua em esta capitanja do espírito samto e dou minha fee que eu vj os livros dos despachos desta algandegua e achey no livro do almoxarife que foj Jorge pimto a folhas setemta e sete na volta hú asemto e despacho que despachou o feitor de marcos fernandez monsanto no vemta e sinco cajxas dasuquar na caravella samto @tonjo mestre jeronimo pirez com mil e trezentos e coremta e duas arobas e treze livros do emgenho de guaraparim da emuocação nosa senhora da paz de mea liberdade e a folhas outemta e seis do dito livro esta outro o semto e despacho em que despachou o dito feitor de marcos fernandez monsanto semto e sinco cajxas dasuquar na caravella são juzé mestre andré Rodriguez com mil e seissetos arroba dasuquar do dito emgenho e outrosjm vj o livro dos despachos do almoxarife que ora serve gonçalo mendes barboza e a folhas setemta e sinco esta despachada a caravella nosa senhora dos remedjos de que he mestre visemte vas nacoal despachou o dito feitor de marcos fernandez sesemta e trres cajxas que estão no rol da dita carga que levão mil e sento e oitemta e hua arroba e meia de maneira que emportão as cajxas que mandou o dito feitor nestas tres caravellas dezemtos e ssetemta e tres cajxas com coatro mil e sento e vimte e três arrobas e vinte e nove livros dasuquar do dito emgenho ho que sertefico pasar asim na verdade co os ditos livros me reporto e por me ser mandado pasar a prezemte pello capitão mor desta capitanja gaspar alvarez de siquejra o pasej por mim asjnada oje vinte e seis de julho de mil e seissetos e dezoito annos.<sup>186</sup>

Com efeito, infere-se que na capitania havia uma atividade econômica, com a regularidade de no mínimo três navios, e que a demanda de açucars necessitava de caixas que a produção local não atendia, “de maneira que emportão as cajxas que mandou o dito feitor nestas tres caravellas”. Ora, pode-se deduzir uma produção média por engenho de 4.000 arrobas.

<sup>186</sup> Documento número 4 de 1617, Agosto, 13, Lisboa **CARTA DE LEI** (treslado) do Rei [Filipe II], ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania. CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

Todavia, os dados de proprietários não conferem com os de caráter oficial. Segue que a devassa, em 1617, na capitania apurou que os responsáveis pelo engenho Nossa Senhora da Paz registraram ter exportado 2.547 arrobas, contudo, o livro da alfândega revelou 4.123 arrobas e 29 libras, distribuídas em 273 caixas, quantidade suficiente para três navios transportarem a Portugal. Sabe-se, com efeito, que sozinho fabricou – produção concomitante ao engenho N.S. da Paz -, o engenho de Marcos de Azeredo, antes de vendê-lo a Leonardo Fróis, 3.763 arrobas embarcadas em 242 caixas. Ora, como atesta a documentação seis engenhos em produção na capitania, o total em arrobas atingiria a média de 25.000, estabelecendo uma assimetria entre os dados computados.

Contudo, ao darmos fé às informações de Simonsen (1977), consoantes as informações de *José Gonçalves Salvador*, tem-se uma defasagem ainda maior em relação aos números apresentados, pois, segundo consta, existiam na capitania 700 escravos distribuídos nos 6 engenhos, o que daria por resultado final 35.000 arrobas. Chega-se a este montante, seguindo exatamente a proporção apresentada do potencial de produção (p) por indivíduo (i), então teríamos: (p) 50 x (i) 700 = 35000@. Conclui-se, parcialmente, que existia um descaminho muito maior do que o apresentado por Salvador, correspondente a 10.000@.

Não obstante a emergência desses fatos é revelador o caminho que nos faz seguir os nomes de Marcos Fernandes Monsanto, Leonardo Fróis, Belchior de Azeredo, Miguel de Azeredo, Marcos de Azeredo, Jorge Pinto. Fazem parte de uma inextrincável estrutura política, econômica e social, cujo objetivo era o controle da administração por meio de mercês na capitania do Espírito Santo. Resta-nos perguntar, como se construiu tal edifício?

Com a morte de Coutinho [filho], é nomeado como adjunto, Miguel de Azeredo, auxiliar no governo de Dona Luiza Grinalda.<sup>187</sup> Ora, Miguel de Azeredo é sobrinho de Belchior de Azeredo, qualificado como herói e elevado a capitão-mor por dois a três anos até a chegada do donatário; assim, nota-se uma predominância dos Azeredo<sup>188</sup> à frente dos negócios políticos da capitania após o passamento do primeiro donatário. Período que se estenderá “[...] até cerca de 1615”.

A ação da família Azeredo na defesa da capitania, principalmente, na figura de Belchior de Azeredo no combate aos franceses para a qual:

---

<sup>187</sup> Cf. DAEMON, op. cit.

<sup>188</sup> Cf. SALVADOR. op. cit., p. 28, nota 34 da introdução; Cf. RIBEIRO, op. cit.

[...] contou com as milícias formadas por índios que ajudara a “descer” das florestas e aldear. Além de suprir a deficiência militar da Coroa, a organização da defesa da capitania deve ter conferido imenso prestígio à família Azeredo e aos padres jesuítas. Traça-se assim uma linha de possibilidades de análise da existência de estreita relação entre os Azeredo e seus associados e a Cia. de Jesus, que conduziria à ocupação e sucessão de membros daquela família no poder na capitania.<sup>189</sup>

Doravante, com o território ibérico sob os auspícios da monarquia dual, a costa da capitania passou a ser acossada seguidamente por concorrentes espanhóis, holandeses, franceses e piratas ingleses.<sup>190</sup> De forma que, em todas as investidas a vila e as propriedades foram defendidas, pois segundo as informações de Salvador<sup>191</sup> a capitania contava com cerca de 9.000 índios aldeados, o que juntamente com o povo possibilitou ao capitão-mor estabelecer a defesa e conter os saques.

Após a posse do novo donatário, reconhecido em juízo o direito a sucessão, o governo da capitania passou para Miguel de Azeredo, cuja interinidade durou 16 anos. Governo pouco referenciado em documentação, todavia, sabe-se, gozavam o direito “[...] de montar engenho de açúcar e construir e manter trapiches (cais de embarque e armazéns)”.<sup>192</sup>

O que a documentação e a bibliografia nos leva a apurar a cerca dos Azeredo é a posse do engenho conhecido como *do Azeredo*, próximo ao Penedo, junto à foz do rio Aribiri. Este estava configurado – junto com o de Leonardo Fróis, Marcos Monsanto e o do donatário – como um dos mais importantes.

Segundo *Ribeiro* no

[...] transcurso da interinidade de membros da família Azeredo vai se apresentando como época de expansão dos negócios associados ao açúcar e à ocupação das funções régias por um grupo de produtores de açúcar e mercadores composto pelos Azeredo - Miguel de Azeredo e Marcos de Azeredo – e por outros como *Anrique Rodrigues Barcellos*, Diogo Rodrigues (eram parentes?), Leonardo Fróis, Marcos Fernandes Monsanto, Luis Correa Monsanto (filho). Tal composição soa ainda mais interessante à pesquisa quando vimos que Marcos

---

<sup>189</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>190</sup> Cf. LOUSADA. op. cit. p.

<sup>191</sup> SALVADOR. op. cit.

<sup>192</sup> RIBEIRO, op. cit.

Fernandes Monsanto, citado como *merquador* e morador de Lisboa, ocupava o cargo de feitor, principal autoridade controladora do comércio e das autoridades alfandegárias.<sup>193</sup>

Ao chegar à capitania, Francisco de Aguiar não interferiu na dinâmica da atividade econômica. Ao contrário, com a ação mercantil intensificada, foi o período de maior fluxo do tráfico de escravos negros na capitania cujos mercadores tinham o privilégio em pagá-los com cargas de açúcar. Isso equaciona dois problemas – a dificuldade em escravizar índios e a de obter numerário – pois, “[...] o escravo passou a ser comprado com a renda futura obtida do seu próprio trabalho na produção canavieira”<sup>194</sup>.

Quanto a miríades de índios, aos jesuítas foi concedido organizar “[...] imensas fazendas de produção de cereais, frutas e verduras, criação de gado de corte e produção de açúcar e aguardente, bem como detinham [...] direitos de passagem do rio Maruípe e Espírito Santo e isenções de tributos sobre a venda de aguardente na vila de Victoria”.<sup>195</sup> Percebe-se que Francisco de Aguiar não imiscui-se nos negócios notoriamente dominados pelos Azeredos e pelos jesuítas.

Os Azeredo, doravante, por razões que desconhecemos, foram destituídos do posto de capitães-mores; todavia, mantiveram-se no controle da Provedoria. Assim, com base nos dados disponíveis, inferimos que a acumulação de riquezas com a atividade mercantil está estritamente relacionada à posição de poder no quadro de cargos públicos da administração da capitania. De forma que negócios legais e fraudulentos catalisaram a emergência de bens com maior valor agregado em mãos dos homens mais ricos da sociedade capixaba.

Sabemos que a câmara interferia em todos os negócios da vida local.<sup>196</sup> Isso é flagrante pela negativa da mesma em aceitar o nome de Francisco Garcia dos Santos, para o cargo de capitão mor, quando da morte de Aguiar. Esta resistência foi rompida com a eleição de Manoel d’Escovar Cabral para o dito cargo na capitania. O que nos faz pensar que o eleito seria um parente do ex-escrivão da Fazenda em 1619, Francisco d’Escovar.<sup>197</sup>

---

<sup>193</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>194</sup> Ibidem., p. 190.

<sup>195</sup> CF. CTA: AHU-Espírito Santo, cx. 02 doc 24<sup>a</sup>. CT: AHU-ACL-CU-007,CX. 02 doc. 124.

<sup>196</sup> FRAGOSO, BICALHO E GOUVEA. Op. cit.

<sup>197</sup> Diz a provisão de Diogo de Oliveira: “havendo respeito a estarem vagos os cargos de Capitão mor, Ouvidor, e Provedor da Fazenda da Capitania do Espírito Santo deste Estado por falecimento do Donatário Dell, e pelas dúvidas, que a Câmara da Villa d Nossa Senhora da Vitória da mesma Capitania moveu a Francisco Garcia dos

Isto dito, ora, “o que observamos a paulatina formação de um grupo que, assume o poder a partir de 1550, liderado por Belchior de Azeredo”.<sup>198</sup> Este grupo ocupava postos estratégicos dentro da burocracia da colônia portuguesa no Atlântico. Controlava, por exemplo, a Feitoria, Almoxarifado, e mantinha – sob vassalagem – a Provedoria da capitania. De forma que, seguindo a lógica de nossa análise entendemos que a rede de poder formada durante os governos interinos possibilitou à “máquina pública do Espírito Santo um dinamismo que muito influenciou no governo dos donatários e definiu a dinâmica econômica da capitania”.<sup>199</sup> Esta rede contava com a aliança entre “homens bons”, agraciados com as mercês conferidas pelo rei, e pelos jesuítas, parte do projeto colonizador, com a incumbência de difundir a fé.

#### 4. REDE DE PODER NA MONARQUIA DUAL

Em *Modos de Ver (1534-1643)* Luiz Cláudio Ribeiro afirma que “durante a União Ibérica (1580-1640), a Coroa espanhola não conseguiu deter a formação de uma rede burocrático-comercial demarcada por alianças familiares [...]”. Seguindo nossa análise, a conservação de autoridades portuguesas na capitania do Espírito Santo que cria condições favoráveis à resistência velada, concentrada em redes de poder estabelecida por laços de parentesco, compadrio e dependência financeira é o que mostra a documentação elencada para este estudo. Pois, um povo forjado na guerra, diligente e ativo, voltado para o comércio cuja ação enriqueceu sua nação não aceitaria inerte uma posição secundária nos desígnios políticos e econômicos de seu Estado. Parcialmente alijado da participação política, concentrou suas energias na prática mercantil *como demonstra Hollanda* referenciado em trabalho da professora Alice Canabrava e conclui que:

[...] não importa quanto continuou o Brasil a ser português após a união dos dois reinos. O importante é quanto aos portugueses do

---

Santos sobre o provimento, que trouxe da pessoa, que sucedeu na dita doação – hei por bem de prover ao dito Manoel d’Escovar Cabral dos ditos cargos de Capitão mor, Ouvidor, e Provedor da Fazenda da dita Capitania do Espírito Santo para os servir misticamente” (DH. XV, 118, 9). In: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Cultura do Espírito Santo, 3ª edição – Coleção Canaã, 2008, p. 135.

<sup>198</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>199</sup> Ibidem., p. 195.

Brasil tentaram burlar as restrições as leis espanholas a fim de desenvolver cada vez mais o contrabando no Prata e no Peru [...].<sup>200</sup>

O estudo versa sobre o intercâmbio comercial entre o sul do Brasil e o Prata. Todavia, a prática dos descaminhos e contrabandos não é um privilégio dessa região. A capitania do Espírito Santo é palco de uma devassa pedida por Filipe II de Portugal (III de Espanha), que em carta de lei enviada a treze de agosto 1617 ao Capitão mor da capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania.

Esta carta é importante porque mostra o conflito de interesses, de um lado, entre fidalgos portugueses na tentativa de manterem os privilégios concedidos de gozar de liberdades de comércio mediante certas obrigações com a Coroa portuguesa de então, e de outro lado, o rei da monarquia dual em busca de suprimir os privilégios e controlar toda ação mercantil praticada na capitania capixaba. Assim revela o documento:

Eu el Rey faço saber a vos gaspar alves de siqueira capitão mor na capitania do spirito santo das parttes do Brasil que eu sou confirmado que na ditta capitania de muitos annos a esta parte se tem desemcaminhado muita a minha fazenda causado pellos officiaes a cujo cargo estava a administração e recebimento della a que se levava em conta a despeza da Alfandega da dita capitania não na avendo e indo a ella deste reino em direita cada anno três e quatro navios caregados de fazendas

nuqua se arecadarão direitos dellas he os officiaes da Alfandega fazião por isso diligencia algua por receberem grossas peittas das pessoas cujas erão as dittas fazendas e quasi se carregarão em cada hu anno mais de vinte mill cruzados em asuqueres por liberdade não gozando della sem os dittos officiais acudirem a isso por parte de minha fazenda tendo obrigação de o fazer por razão de seus cargos.<sup>201</sup>

---

<sup>200</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. **A Época Colonial**, Tomo I; do descobrimento à expansão territorial / por Aziz N. Ab'Saber... [ET AL]; introdução geral de Sergio Buarque de Hollanda. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997: - (História Geral da Civilização Brasileira), p. 186.

<sup>201</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

Ao analisar o excerto percebe-se o rei a afirmar, que na capitania há anos tem havido descaminhos do erário destinado à fazenda real, causados pelos oficiais da administração, e que anualmente aportavam na alfândega de três a quatro navios com mercadorias cujo recolhimento fiscal não era destinado aos cofres régios. Acusa que o motivo era devido ao suborno oferecido aos oficiais pelos proprietários das ditas mercadorias. Além disso, a cada ano embarcavam mais de vinte mil cruzados de açúcares de liberdade – açúcares isentos de taxas – que no dizer do rei, os proprietários de engenho não a tinham e, continua o rei em sua elocução, afirmando na carta:

[...] que na capitania se arrendão os dízimos que me pertecem como mestre a pagamentos em asuquara e valendo urdinariamente por oitoseiros res oitoseiros e sinquenta arroba delle os almoxarifes o tomas aos rendeiros por mil res por seus respeitos particulares e dadivas que lhe dão e nesa quantia o dão aos almoxarifes digo aos mercadores a troco de mercadorias em que elles emteresão muito e quando sucede de arrendarese os dittos dízimos alguã parte em fazendas o almoxarife sobre quem carega o comtrato por peitas que os contratadores lhe dão lhe tomas as taes fazendas por presos excessivo no que minha fazenda recebe muita perda [...] <sup>202</sup>

Com efeito, para dominar e controlar o erário da fazenda real, nomeou Gaspar Alves de Sequeira, governador da capitania e apontou Bartolomeu Freire escrivão de confiança para diligencia da devassa, cuja sequência confirma os descaminhos fiscais e a prática mercantil – o trato da coisa pública pouco ortodoxa para não dizer ilegal – é o que mostram os depoimentos testemunhais.

Para não citar todos e tornar-se repetitivo selecionamos alguns depoimentos ouvidos nos autos da devassa. A primeira delas é: Diogo Dias Sanches, sabatinado sobre as práticas mercantis,

[...] disse que havia quinze ou desaseis annos que reside nesta capitania e nunca nelles ouve alfandega onde se despachem as fazendas que a ella vem antes os officiaes da fazenda depois dos donos dellas as tirarem das embarcaçoes e levarem pera suas cazas lhas jão os dittos officiaes despachar a ellas e sabe que marcos dazeredo provedor da fazenda com o almoxarife manoel dabreu e antonio dias

<sup>202</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

cordeiro lhe despacharão em caza delle testemunha fazendas que lhe vinhão do reino e da baia [...]<sup>203</sup>

Doravante, afirma saber que Sebastião Pereira, feitor de Leonardo Froes, dava presentes a Marcos d'Azeredo quando os navios aportavam, bem como o mesmo deve a Marcos Fernandes Monsanto, que é senhor de dois engenhos, quinhentos mil reis. Por isso dissimula a fiscalização dando gravíssimos prejuízos à fazenda real. Ademais, confirma que Jorge Pinto almoxarife e provedor, foi procurador de Leonardo Froes, senhor de três engenhos, e faz parte da roda de amizade dos feitores dele e lhe deve dinheiro.<sup>204</sup>

Outro testemunho muito importante é o de Braz Pinheiro de Araujo pois afirma que os fatos confirmados em todos os depoimentos ocorrem a mais de vinte e cinco anos e acrescenta que os ditos oficiais arrendam o contrato dos dízimos e recebem partes em mercadorias as quais recebem a altos preços o que sugere prejuízos contra a fazenda real. Caso foi quando o governador geral Gaspar de Souza mandou as mercadorias como pagamento do soldo dos fortes do Rio e de Cabo Frio. Ocorreu que os oficiais do Rio não as aceitaram como pagamento.<sup>205</sup> Gaspar Carneiro Rangel, escrivão da Fazenda, dá fé em testemunho que a quantia das mercadorias enviadas para o pagamento do soldo ao Rio de Janeiro estava com o valor muito acima do real, a cifra era de quinhentos e trinta mil réis. Levada à Bahia verificou-se a fraude contra a fazenda real, pois o valor fora confirmado em duzentos e cinquenta mil réis.<sup>206</sup>

Ao analisar o rol das testemunhas, observa-se uma rede de poder cristalizada numa relação de dependência pessoal forjado em uma linha de parentesco, de compadrio de amizades, bem como de dependência financeira, esta notória envolvendo Marcos d'Azeredo e Jorge Pinto à sombra de Leonardo Froes e Marcos Fernandes Monsanto, donos de cinco engenhos de açúcares, aos quais eram destinadas as mercadorias.

A outra forma de dependência é mais complexa, vamos a ela: Diogo Dias Sanches era compadre de Marcos d'Azeredo, Itor Lobo era compadre de Marcos d'Azeredo e Jorge Pinto, Amador de Souza era amigo de Marcos d'Azeredo e desafeto de Jorge Pinto, Jorge Mialheiro amigo de Marcos d'Azeredo, André Gomes era compadre de Marcos d'Azeredo e Jorge Pinto,

<sup>203</sup> CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

<sup>204</sup> Documento número 4 de 1617, Agosto, 13, Lisboa CARTA DE LEI (treslado) do Rei [Filipe II], ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

<sup>205</sup> Ibidem. 1617.

<sup>206</sup> CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

Bento Pimenta era parente de Jorge Pinto e Marcos d’Azeredo, Antonio Gomes Miranda era compadre de Marcos d’Azevedo, Manoel Lourenço Valença era compadre do provedor e de Jorge Pinto, Baltazar d’Almeida se ligava a Jorge Pinto porque este era casado com uma sua prima; Manoel de Paredes se ligava a Jorge pinto porque este era casado com a tia de sua mulher.

Ao parar mais detidamente a lente sobre estes dados, notar-se-á que as testemunhas aqui citadas estão ancoradas nos dois oficiais da administração, Marcos d’Azeredo e Jorge Pinto, que por sua vez estão sob a sombra dos procuradores de Leonardo Froes e Marcos Fernandes Monsanto, que concentram em suas mãos quase toda, senão toda a produção de açúcar da capitania. Pois, só para se ter uma ideia, o engenho da Invocação da Trindade produziu oito mil e sessenta e cinco arrobas de açúcares.<sup>207</sup>

Essa força econômica e política foi o suficiente para que o parecer do escrivão Bartolomeu Freire fosse favorável, assim segue:

[...] vossa majestade me mandou que visse estes papeis e não achei por eles culpa contra Leonardo Froes, nem contra Marcos Fernandes Monsanto para poderem ser presos e com esta relação que se mandou que o doutor Simão Soares de Carvalho os visse e pelo que lhe pareceu se assentou não procedesse criminalmente, e somente se poderia proceder civilmente.<sup>208</sup>

Com efeito, essa decisão foi tomada, mesmo em se confirmando o descaminho de aproximadamente cinquenta mil cruzados, correspondendo a 12:500\$000 (doze contos e quinhentos mil reis) – arrecadação da alfândega fiscalizada – do superfaturamento das mercadorias em duzentos e trinta mil reis, e, por fim, o engenho da Invocação da Trindade, que era de Miguel d’Azeredo, que foi vendido a Leonardo Froes, havia fraudado os cofres da fazenda real em oito mil e sessenta e cinco arrobas sem pagar os direitos a sua majestade<sup>209</sup>.

---

<sup>207</sup> CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

<sup>208</sup> Ibidem.

<sup>209</sup> Documento número 4 de 1617, Agosto, 13, Lisboa CARTA DE LEI (treslado) do Rei [Filipe II], ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania.

Esta rede de poder pode ser entendida como uma resistência à vontade espanhola de dominar e controlar a economia. A prática do descaminho e contrabando dentro da colônia estava institucionalizada.<sup>210</sup>

Outro fator relevante a se destacar foi o costume enraizado por uma provisão que dava “direito de liberdade para quem construísse engenho ou o fizesse de novo”.<sup>211</sup>

A historiografia capixaba, não obstante, tende a tratar as construções dos engenhos como casebres feitos de madeiras e coberto de palha.<sup>212</sup> Todavia, o documento analisado leva a inferir que a prática de construí-los de madeira, facilitava o fazer novo e refazê-los escapando sempre do fisco para gozar de liberdade, pois há relato, na documentação, de engenho que gozava de três liberdades.<sup>213</sup>

Segundo o testemunho de Diogo Dias Sanches sobre o direito de liberdades, “Miguel d’Azeredo concertou de novo seu engenho de madeira, coberto de palha aproveitando os cobres, não deixou de moer nenhuma safra e não perdeu nenhuma cana”.<sup>214</sup>

Já Paulo Magalhães ao falar do engenho de Miguel d’Azeredo afirma

que ele fez seu engenho de novo que tinha em Maniquara o qual vendeu a Leonardo Froes, de madeira, tirou um fuso e cobriu de a dita casa do engenho de palha e mudou doze braças e aproveitou os cobres.<sup>215</sup>

Ora, o que se percebe é a manipulação da provisão em benefício próprio já que a mesma garantia um ganho real com o mínimo de custo, pois é atestado o reaproveitamento dos utensílios do engenho anterior na confecção de outro.

Doravante, estas *burlas à majestade* ganharão feições novas e “[...] transformou a parte dos tributos e direitos da Coroa em capital acumulado, e impôs uma escala de negócios capaz de cooptar o governo e a religião e controlar a oferta de mão de obra, a defesa, a produção e o

---

<sup>210</sup>CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça**: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750 – São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006.

<sup>211</sup>CT:AHU-ACL-CU-007, ex. 01 doc. 04

<sup>212</sup>LEITE, Capitania, 55. NR. 30 *apud* OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975, p. 139

<sup>213</sup>Entende-se liberdade no sentido de isenção fiscal, com o fim de estimular a produção de açúcar local.

<sup>214</sup>CT:AHU-ACL-CU-007, ex. 01 doc. 04.

<sup>215</sup>Ibidem.

movimento de cargas na capitania [...]”.<sup>216</sup> Em outras palavras, parece se formar na capitania do Espírito Santo aquilo que Fragoso denomina de *economia do bem comum*. Isso fica patente pela formação da rede de sociabilidade tomada como uma forma particular de apropriação do excedente social, por meio de dependência pessoal, financeira e de parentela. Estabelecida essa estrutura, as mercês eram concedidas a apenas alguns de forma que apenas poucos eleitos se apropriam, em regime de exclusividade ou com menor concorrência, dos rendimentos dos segmentos da produção social<sup>217</sup>.

---

<sup>216</sup> Cf. RIBEIRO, op. cit.

<sup>217</sup> FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F, op. cit.

**TERCEIRO CAPÍTULO**  
**O ESPÍRITO SANTO, UMA FEITORIA?**

Nossa análise tem como pressuposto fazer emergir o interesse local em manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na conjuntura econômica (1600-1642), descrever a pauta de exportação e importação de produtos, a relação comercial com as capitanias adjacentes e examinar as formas de pagamento, acumulação da estrutura produtiva da capitania.

Doravante, observa-se, na capitania do Espírito Santo a formação de um grupo liderado por pela família Azeredo.<sup>218</sup> Ocuparam postos estratégicos na burocracia da colônia. Na capitania capixaba controlavam a Provedoria e o Almojarifado, mantendo-o sob vassalagem por meio da ação administrativa da câmara da capitania. De forma que a rede de poder formada durante os governos interinos possibilitou à “máquina pública do Espírito Santo um dinamismo que muito influenciou no governo dos donatários e definiu a dinâmica econômica da capitania”<sup>219</sup>.

Esta *rede de sociabilidade* política reflete o desejo de indivíduos de estabelecerem uma *nobreza* local respaldados no argumento de que a conquista ultramarina abriu um novo e alargado campo de possibilidades de prestação de serviços à monarquia e de remuneração dos mesmos pela Coroa. Este foi o caso de Belchior de Azeredo. Nesse sentido, na capitania do Espírito Santo, a formação da incipiente *nobreza* parece está ligada a dinâmica de práticas e de instituições regidas pelo ideário da conquista, pelo sistema de mercês e pelo exercício do poder municipal<sup>220</sup>.

A documentação consultada é interessante. Em 1618 a composição da câmara contava com o remanescente da família Azeredo – o provedor Marcos d’Azeredo<sup>221</sup> - e estava assim composta, quando da devassa estabelecida contra os oficiais da alfândega responsáveis pela administração e pelo recebimento:

Bertolameu Freire escrivão da camara a fez por nosso mandado, jorge dalmeida lobo, Bernardo da Foncequa, Francisco Lopez Sociedade da Camara massanedo, Manoel daguiar padrão, Baltezar Rangel o lessenssiado duarte de lemos pereira; luis vieira; Antonio Froes,

---

<sup>218</sup>Cf. RIBEIRO, op. cit..

<sup>219</sup>Ibidem., p. 195.

<sup>220</sup>BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **Conquista, Mercês e Poder Local**: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Ver. Forum. Almanack brasiliense, nº 02, novembro, 2006. p. 21.

<sup>221</sup>CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

Francisco vaz pinto; francisco dazeredo; miguel pinto, Antonio de Bairros; jorge da fragua loureiro.<sup>222</sup>

Esta informação vem dá fé ao que postulamos demonstrar, que o objetivo era manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum*. Como mantinham articulada essa rede de relações? O auto da devassa nos fornece o fio de Ariadne e permite sair desse labirinto.

Com efeito, existem três nomes, cuja posição ajuda a elucidar como se dava o controle da produção econômica da capitania, são eles; Marcos Fernandes Monsanto, Leonardo Froes e Luiz Fernandes Monsanto, responsável, em 1603, pelas *terças*, que perfaziam valiosa fonte da receita.<sup>223</sup> A capitania possuía um fluxo de entrada e saída de mercadorias, pelo qual era quase impossível desviar dos olhos e das mãos dos ditos senhores, pois, controlavam a Alfândega e a Provedoria, em cujos cargos estavam respectivamente Jorge Pinto e Marcos d'Azeredo.

A documentação expõe uma complexa rede de recepção/circulação/venda/despacho de fazendas.<sup>224</sup> Essas fazendas, em sua maioria, eram de propriedade dos senhores de engenho, porém os contratadores do dízimo Anrique Lopes e Gonçalo Mendes também recebiam fazendas, é o que consta no testemunho do próprio Anrique Lopes:

[...]sabe elle testemunha que de urdinario vem a esta capitania tres quatro embarcaçõis do reino em dereitura a esta capitania com fazendas as quais nunca emtrarão né se despacharão em alfândega conforme ao Regimento de sua magestade que os officiaes da alfandega hião a caza dos mercadores cujas erão as dittas fazendas despacha-las depois de as terem em suas cazas e disse elle testemunha que elle dexa ao dito provedor marcos dazeredo e Jorge pinto algumas fazendas pouqas por menos preso do que as mais forão avaliadas por serem pera suas cazas e o ao referimento de diogo dias dise elle testemunha que He verdade que elle testemunha dexa ao dito Jorge pinto e marcos dazeredo hua pipa de vinho para elles sem os dittos lhe pedirem nada e sabe que vindolhe a elle testemunha alguãs fazendas

<sup>222</sup>Ibidem.

<sup>223</sup>SALVADOR, José Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negroiro**. Séculos XVI e XVII – São Paulo: Pioneira: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981. p. 09. Terças está relacionada com os arrendamentos de terras para o cultivo da cana e com o partido que possui o mesmo fim. Cf. FERLINE, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

<sup>224</sup> Referenciei com a mesma grafia da época. Fazendas possuem diversos significados: tecidos, propriedade agrícola, finanças. Neste termo acima citado é referente a diversas mercadorias.

da baia os dittos marcos dazeredo e jorge pinto lhe mandarão que a lêvasse pera caza sem ir a alfândega[...].<sup>225</sup>

Esta parte da documentação nos conta da atividade econômica e das práticas fiscais que se processava na capitania. É óbvia a relação comercial com a Bahia, pois, de lá chegavam diversas mercadorias endereçadas a Anrique Lopes. Entre elas destacamos vinho e “algvas fazendas” que o dito Anrique deixa ao provedor “poucas por menos preso do que as mais forão avaliadas”.

Outro fato que a documentação nos dá base para afirmar é sobre o fluxo de fazendas destinadas ao Rio de Janeiro, dito pelo testemunho de Bras Pinheiro d’Araújo,<sup>226</sup> pelo qual afirma saber que algumas vezes se arrendam o dito contrato do dizimo a pagamento, alguma parte a fazendas as quais receberam o provedor Marcos d’Azeredo e Jorge Pinto em tão altos preços contra a fazenda, que mandando-as ao governador geral Gaspar de Souza ao Rio de Janeiro para pagamentos dos soldados dos fortes do dito Rio e de Cabo Frio os oficiais da Alfândega não as quis aceitar porque foram enviadas para pagamento por 530\$000 e aceitas depois de avaliadas, por 250\$000. Isto confirma o que José Gonçalves Salvador diz em *A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença de cristãos novos* “[...] não se constituía, então, o Espírito Santo, em ilha isolada sem importância”.<sup>227</sup> Isto é que nos mostra o estudo dessa capitania portuguesa no Atlântico e sua pauta de importação e exportação<sup>228</sup>.

## 1. A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ECONÔMICA

O projeto colonial português para a capitania do Espírito Santo tem suas bases firmadas no sistema mercantilista. Neste contexto, o engenho foi o modelo que dinamizou o objetivo do projeto português. A metrópole necessitava de um produto que se convertesse em lucro para

<sup>225</sup> CT:AHU-ACL-CU-007, ex. 01 doc. 04.

<sup>226</sup> CT:AHU-ACL-CU-007, ex. 01 doc. 04.

<sup>227</sup> Cf. SALVADOR, J.G. op. cit.

<sup>228</sup> Deve-se ter em conta que a análise sobre a capitania do Espírito Santo está sendo abordada como unidade autônoma dentro do Sistema imperial português. Então exportação também são fazendas que saem do Espírito Santo com destino a Lisboa, ao Rio de Janeiro, Bahia, seja como pagamento ou por meio de comissários – é o caso do mercador estante na capitania de nome Simão Luiz, comissário de Marcos Fernandes Monsanto e de Luiz Correa.

os cofres da Coroa e possibilitasse a migração comercial do Oriente Índico para o Atlântico. O produto escolhido foi o plantio da cana de açúcar, e a unidade de produção – o engenho. De forma que quase tudo orbitava a unidade de produção açucareira, de forma que, inserida na expansão marítima comercial ibérica permitia a aceleração da acumulação de capitais. “[...] Sem dúvidas a gênese do Atlântico português esteve ligada a dinâmica do açúcar”<sup>229</sup>.

O que nos desperta os sentidos é o censo comum tratar toda dinâmica econômica da capitania como simples troca direta, onde não havia circulação de moeda – relação típica de sociedade pré-capitalista. Nota-se que o projeto colonizador português está inserido no que se convencionou de mercantilismo – parte da evolução do sistema capitalista atual. Como negar, então, a circulação de moeda em um meio altamente fiduciário e contratual? Como garantir às partes envolvidas em negócios, a certeza da entrega das mercadorias, e em contrapartida, a garantia de recebimento? Entendemos, ao contrário do que afirma a historiografia, que haviam meios de pagamento circulante nominal ativo e passivo a mediar os negócios ocorridos na capitania.

## 2. OS MEIOS DE PAGAMENTO EM USO

O contexto econômico e político analisado nesta dissertação nos revela a carência de informações sobre as formas de pagamentos, ou seja, de como os senhores de engenhos, os contratadores, os comissários faziam para formalizar seus compromissos e acordos a médio e longo prazo, ou de forma à vista.

Este é um problema que a história da capitania vem enfrentando, sem uma pesquisa ampla sobre o tema. Por isso, tem-se grande dificuldade em afirmar de forma peremptória que a produção, circulação e consumo, como dinâmica da atividade econômica do Espírito Santo tenha sido mediada além da simples troca, mensurada pela historiografia, como escambo. Todavia, não se deve entender que a troca fosse obstáculo para o desenvolvimento, pois, “[...] o câmbio de um produto por outro, beneficiava o comprador e o vendedor, que possivelmente careciam de dinheiro para realizar suas operações”<sup>230</sup>.

---

<sup>229</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>230</sup> SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de lãs Canárias Orientales em tempos de Felipe III**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canária; Lãs Palmas, 1991, p. 46.

Outro fator que se deve ter em consideração sobre as relações de troca é que para o camponês ou trabalhador vender seus produtos ou a força de trabalho em uma economia submetida às oscilações de preços, a moeda não refletia segurança.<sup>231</sup> Não obstante, não devemos desconsiderar a existência de outros meios de pagamentos. O que podemos admitir é a coexistência de métodos tradicionais, com os próprios de uma economia capitalista mercantil, como o crédito. A troca, pensamos, está submetida a um circuito fechado, próprio da dinâmica interna da capitania. Segundo *Santana*:

[...] o crédito, a moeda, tem como finalidade facilitar as transações comerciais, respondendo desta forma a uma demanda constante em progressão crescente. Diferenciando-se só na resposta, já que no primeiro caso seria a prazo mais longo e no da moeda, imediata.<sup>232</sup>

Doravante, esta afirmação lança luz sobre como as transações mercantis de grande monta eram realizadas na capitania. Segundo o raciocínio, inferimos que os câmbios ocorriam de forma imediata, a dinheiro ou por troca e a prazo, por meio de letras de câmbio,<sup>233</sup> cujo alcance era somente “[...] dos grandes mercadores-banqueiros, que os mesmos traficavam com mercadorias, que com dinheiro”.<sup>234</sup> Com efeito, o emprego da letra de câmbio não era *strito sensu* uma operação financeira, era uma forma de liquidação a prazo de uma dívida contraída ou o crédito propriamente dito, cujo emprego visava a facilitar transação fiduciária e evitar o arriscado transporte de grandes somas em dinheiro.<sup>235</sup>

### 3.AS SESMARIAS E AS TERRAS DE PARTIDO

Nos dois primeiros séculos o Brasil foi engenho de açúcar, espaço colonial por excelência. Nas adjacências dos engenhos difundiram-se os partidos de cana, fixando os lavradores e sua escravaria. Segundo *Ferline*:

---

<sup>231</sup> *Ibidem.*, p. 46.

<sup>232</sup> *Ibidem.*, p. 59.

<sup>233</sup> SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de lãs Canárias Orientales em tempos de Felipe III**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canária; Lãs Palmas, 1991. p. 59-61 Las letras de cambio. Trata da descrição da origem e desenvolvimento da aplicação das letras de câmbio como garantia de venda a prazo.

<sup>234</sup> SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de lãs Canárias Orientales em tempos de Felipe III**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canária; Lãs Palmas, 1991. p. 61 Las letras de cambio. Trata da descrição da origem e desenvolvimento da aplicação das letras de câmbio como garantia de venda a prazo.

<sup>235</sup> *Ibidem.*, p. 63.

outras atividades eram impulsionadas a partir da produção de açúcar: tabaco para o escambo com negros, pecuária para o provimento de tração e alimento, olarias produtoras de telha, de formas, lenha para as fornalhas e madeira para as construções. O mundo colonial por destino teve por eixo os engenhos, verdadeiras agências da colonização, que condensavam a população, articulando, à moda de cidade, funções econômicas, militares, religiosas e administrativas.<sup>236</sup>

De forma que, o engenho nutria a vida colonial, era o núcleo demográfico e econômico, visto como a solução para o projeto português no Atlântico. O engenho com seu séquito de fazendas constituía essa base, e nele e em torno dele agrupavam-se os indivíduos numa atividade remunerada.<sup>237</sup>

Destarte, para o desenvolvimento do projeto colonizador a Coroa teve no sistema de distribuição e ocupação das terras o elemento eficaz de sua realização. O sistema de sesmarias do século XIV passou a ser fórmula aplicada no Brasil. Todavia, sofreria transmutações, mas permaneceria intacta a orientação estatal do processo.<sup>238</sup>

Diversa de seu início, as terras não aproveitadas na América eram virgens. Todavia, como dito anteriormente, a Coroa realizava a reocupação de terras não aproveitadas, ocupando-as. Na América portuguesa, Ao contrário essa distribuição se dava de forma a domesticá-las e fazê-las produzir. Mormente a serviço da economia mercantil com vista a perseguir o equilíbrio da balança comercial

[...] e o termo sesmeiro, antes designador do funcionário que dava as terras, passou a nomear o titular da doação. A distribuição de terras não tinha mais o objetivo de prover a produção de cereais, mas de viabilizar a colonização mercantil. De semelhante, ficava o colono como agente da empreitada ‘semipública’ (pública em seu plano, particular na realização).<sup>239</sup>

---

<sup>236</sup>Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>237</sup>FRANÇA, Eduardo D’Oliveira. Engenhos, colonização e cristãos-novos na Bahia Colonial. In: Simpósio da ANPUH, 4. 1967, anais... 1967, p. 181-241 *apud* FERLINE, Vieira. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** – Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 136

<sup>238</sup>Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>239</sup> *Ibidem.*, p. 130 ver páginas 225-250. Origem legal e etimológica do termo sesmaria.

No entanto, a concessão de terras estava vinculada a ter recursos para o capital mercantil, em suma, recursos para escravaria. Isso significava a concentração, pois, a terra era restrita a homem de grosso cabedal capaz de manter boa escravaria, como mão de obra para a produção mercantil.

É importante apontar, que dentro do sistema de distribuição existiam as terras de partidos e os arrendamentos. Terras que estavam ligadas diretamente ao engenho por produção de meia e as que estavam ligadas de forma independentes, que somente usavam o engenho na transformação da cana em açúcar<sup>240</sup>.

Com efeito, o centro dos negócios do açúcar na colônia era o engenho, cujo significado se perdia tivesse este separado dos canaviais. Era o engenho a fábrica que processava a cana e dava sentido à ocupação da terra. Sobre isto,

o Regimento de Tomé de Sousa [...] mostrava a interdependência entre o engenho e as terras canieiras. [...] Previa também a vinculação das lavouras ao engenho, cabendo a este metade da produção, pelo processamento. Essa relação deu às lavouras de cana o nome de partido, terras de partido. O termo generalizou-se e todas as terras canieiras, inclusive as do engenho eram chamadas partido [...] que correspondia a 40 tarefas anuais. [De forma que] as terras de partido podiam ser exploradas pelo engenho ou pelos lavradores. [...] As terras cultivadas as expensas dos lavradores tinham estatuto jurídico e vinculações diferentes aos engenhos. Poderiam ser de dois tipos: terras de ‘cana livre’ ou terras de ‘cana obrigada’. Se arrendadas, variavam as proporções da renda. As formas mais frequentes eram o partido de terço e o partido de quarto.<sup>241</sup>

Em 1603 Luiz Fernandes Monsanto e Francisco de Oliveira Paredes detinham terras de partidos em terça na capitania do Espírito Santo, que segundo *José Gonçalves Salvador*, em *Magnatas do Tráfico Negreiro*, perfazia grande fonte de receitas.

Quando as terras eram ocupadas por arrendamento, sua relação com o engenho compreendiam que, “[...] além da metade do açúcar produzido na moagem das tarefas, seria paga mais um terço ou um quarto da metade que cabia aos lavradores ou uma quantia fixa em dinheiro”.<sup>242</sup>

---

<sup>240</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>241</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>242</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

Então, temos que o projeto colonizador teve como base um núcleo de unidade de produção, cuja força centrípeta conduziu a ocupação e exploração econômica da colônia, em cuja dinâmica esta inserida a capitania do Espírito Santo.

#### 4. UNIDADES PRODUTIVAS: A CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO

Na capitania, além dos senhores e seus engenhos existia também a Companhia de Jesus e suas fazendas, como unidades de produção. Estes, fundaram quatro complexos de fazendas, e mantiveram em Muribeca (gado); em Itapoca (farinha de mandioca e ou legumes); Araçatiba (açúcar e gado, além de estar dividida em sete datas de terras) e em Carapina a policultura”.<sup>243</sup>

Com efeito, *Gabriel Bittencourt*, em *A Formação Econômica do Espírito Santo*, contabilizou 2.000 reses na fazenda Muribeca e adianta que a de Araçatiba é também dividida em quatro fazendas de gado, fora o engenho. Ao levar em conta a soma do gado em 4.000 cabeças estimando-se 500 reses por fazenda em Araçatiba, tem-se uma renovação anual do plantel de no mínimo 3.000 mil bezerros, o que se pode deduzir um abate anual de 2.500 reses. Assim sendo, qual teria sido a participação da Capitania do Espírito Santo em um total de £ 15.000.000 de couro exportados durante o período colonial,<sup>244</sup> fora a carne que deveria servir de alimento e os restos para fabricar sabão?

Outro gênero era a farinha, inserida no circuito de abastecimento interno, produto essencial na alimentação cotidiana nos centros de produção açucareira e minerador.<sup>245</sup> Ora, o que se infere desse conjunto de informações é a constituição de um sistema de trocas que supera, em muito, o nível local de escambo e autoconsumo, cuja produção e a comercialização do excedente estavam neste intercâmbio, além dos pequenos produtores livres com ou sem escravos, representantes também de um setor importante para o mercado interno. É o caso dos oficiais e mestres dos engenhos de açúcar e a indústria da construção naval.<sup>246</sup>

#### 5. O ENGENHO

O projeto de colonização interessava tanto à Coroa quanto ao povoador, que primava pela atividade comercial, com a finalidade cumulativa de capitais de maneira que, em sua fase

<sup>243</sup> Cf. BITTENCOURT, G. op. cit.

<sup>244</sup> Cf. SIMONSEN, R. op. cit.

<sup>245</sup> Cf. FRAGOSO, J. R.. op. cit.

<sup>246</sup> Cf. AMARAL LAPA, J. R. do. op. cit.

incipiente, formou-se uma economia de base local que com o tempo expandiu-se e passou a refletir na economia como um todo. A atividade escolhida foi o engenho de açúcar que na capitania do Espírito Santo era composto por várias unidades de produção. De modo que entre as décadas finais do século XVI e 1609

existiram os seguintes engenhos de açúcar na capitania do Espírito Santo: Engenho Santo Antonio, de Henrique Manoel de Medeiros (residente em Lisboa), construído em 1577 na Ribeira da Arittaguape, Vila Velha; Engenho Santo Antonio, na localidade de Rosas Velhas, Vila Velha, reconstruído em 1592; Engenho de Nossa Senhora do Rosário, de Leonardo Fróes (residente em Lisboa), em Roças Velhas, Vila Velha, construído em 1601; o Engenho São Francisco, construído na localidade de *Itaquari termo de Vila Velha*, pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho foi vendido a Diogo Rodrigues (residente em Évora), parece ter se acabado. Por volta de 1576, no mesmo local, *Anrique Rodrigues Barcellos* construiu um novo Engenho São Francisco. Este engenho parece ter sido vendido ao mesmo Diogo Rodrigues que cuidou de reconstruí-lo em 1596; Engenho Trindade, construído em 1583 por Miguel de Azeredo em Ribeira de Manicara (ou *rio de maguanicara* ou *maguaricara*), ou Ribeira do Coripe, em Vila Velha. Este engenho foi reedificado em 1594. Após outra reedificação em 1609 mudou de nome para Engenho São Miguel e foi vendido para Leonardo Fróes; Engenho de Santiago de Guaraparim, de Marcos Fernandes Monsanto, *merquador*, residente em Lisboa, construído em Vila Velha em 1588 (ou 1592) e reconstruído em 1598; Engenho de Nossa Senhora da Paz, de Marcos Fernandes Monsanto, construído em *Guaraparim, termo de Vila Velha*, em 1599. Em 1618, o mesmo Marcos Fernandes Monsanto, em que pese ser morador de Lisboa, já figurava como feitor da capitania e, junto com seu filho Luis Correa Monsanto, possuía outros 2 engenhos: o de Nossa Senhora do Rosário, em Guaraparim, e outros engenhos em Perocão, localidades pertencentes a Vila Velha.<sup>247</sup>

Doravante, o engenho tido como principal, de Marcos Monsanto, era construído de pedra e cal e coberto de telha. Com moenda de três paus e guarnecida por chapas possuía um açude para aproveitamento da força motriz a fim de mover a moenda, além de quatro caldeiras, quatro tachos com seus acessórios, quatro escumadeiras, um pequeno cocho para melado e um fundo

<sup>247</sup> RIBEIRO, Luis Cláudio. **M. Modos de Ver (1534-1643)**: o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. In: BITTENCOURT, Gabriel; RIBEIRO, Luiz Cláudio. (Org.). **Espírito Santo: um painel da nossa história II**. Vitória, ES: Secult, 2012, p. 189; CT: AHU-ACL-CU-007, ex. 01 doc. 04

de cobre de reserva. Faz parte também do complexo de produção duas casas: a primeira possui duas moendas tocadas por bois, além de tacho, caldeiras, uma carpintaria: serras braçais e de mão, e martelos, onze escopos mistos, um amolador para ferramentas, oito brocas de madeira, quatro escopos, quatro enxós, uma balança de ferro, ferro e bronze. A outra construção era um casebre de taipa coberta de telha onde se recolhiam os meles, as formas para receber o açúcar, contabilizando 753, dessas 253 já cheias.<sup>248</sup>

Para a produção o engenho contava com canaviais, com um determinado número de tarefa, somando ao todo quatorze. O chamado *Rosa do Deserto*<sup>249</sup> dará vinte tarefas. Os canaviais não têm um simetria ao que tange as tarefas, pois das quatorze, os menores darão de quatro a cinco tarefas. Com efeito, existem os canaviais obrigados ao engenho, conhecidos como *partidistas*: lavradores que tomam certos lotes, ou os arrendam para cultivar até à colheita. São os casos de Adão Velho com dois canaviais com o total de sete tarefas: um com quatro e o outro com três; Manoel de Araújo possui três lotes e o padre Antônio M. Ferrás tem dois lotes, perfazendo ambos dezesseis tarefas. Estes citados *Partidistas* trabalham como meeiros, ou seja, metade da produção pertence ao proprietário do engenho. Desta forma, somando-se as tarefas de todos os canaviais do engenho e tendo como média de dez tarefas um pelo outro, obteremos por aproximação um total de cem tarefas de canas passadas pela moenda. Somadas às tarefas dos *partidistas* mencionados, que totalizam vinte e três tarefas, temos um somatório de cento e vinte e três tarefas de canas passadas pela moenda.<sup>250</sup>

Assim, obteremos uma produção por escravo de três tarefas aproximadamente, diferente da informação que nos dá *Ferline*, em *Terra, Trabalho e Poder*, pois, essa afirma serem produzidas duas tarefas por escravo. Ao seguir esse raciocínio chegamos a conclusão de que o cálculo feito por Simonsen está equivocado se considerarmos que cinquenta arrobas anual corresponde a uma tarefa, vemos que um escravo no Espírito Santo produzia 150@ anualmente. Este cálculo aproxima muito mais sobre a informação contida no registro da alfândega de 1617 do engenho Nossa Senhora da Paz, de 4.123 @. Porque  $150 \times 30 = 4.500@$  anual.

Com efeito, tendo como base, a capacidade do engenho em moer tarefas, temos que o custo de um engenho, capaz de moer 200 tarefas de cana anualmente (cerca de 10.000 @ de açúcar) é de:

---

<sup>248</sup> Cf. SALVADOR, J. G. op. cit.

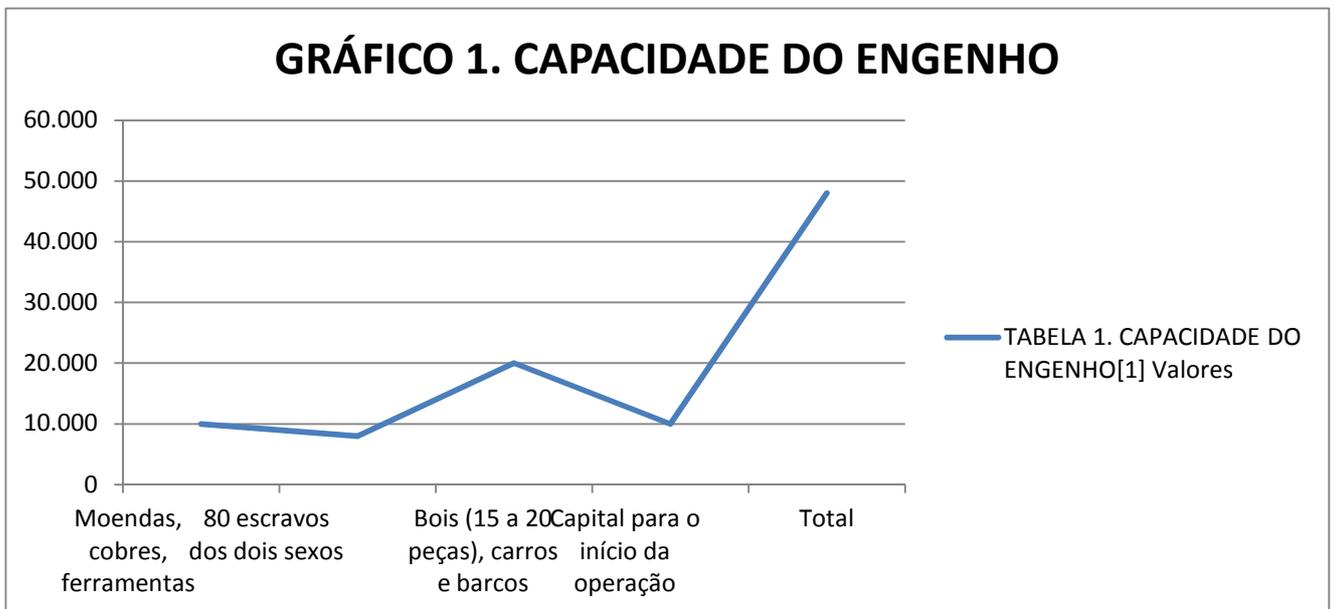
<sup>249</sup> Ibidem., p. 72.

<sup>250</sup> Ibidem .,p. 72.

TABELA 1. CAPACIDADE DO ENGENHO

	<b>Valores</b>
Moendas, cobres, ferramentas	10.000 cruzados
80 escravos dos dois sexos	8.000 cruzados
Bois (15 a 20 peças), carros e barcos	20.000 cruzados
Capital para o início da operação	10.000 cruzados
<b>Total</b>	<b>48.000 cruzados</b>

Fonte: FERLINE, 2003, p. 217.

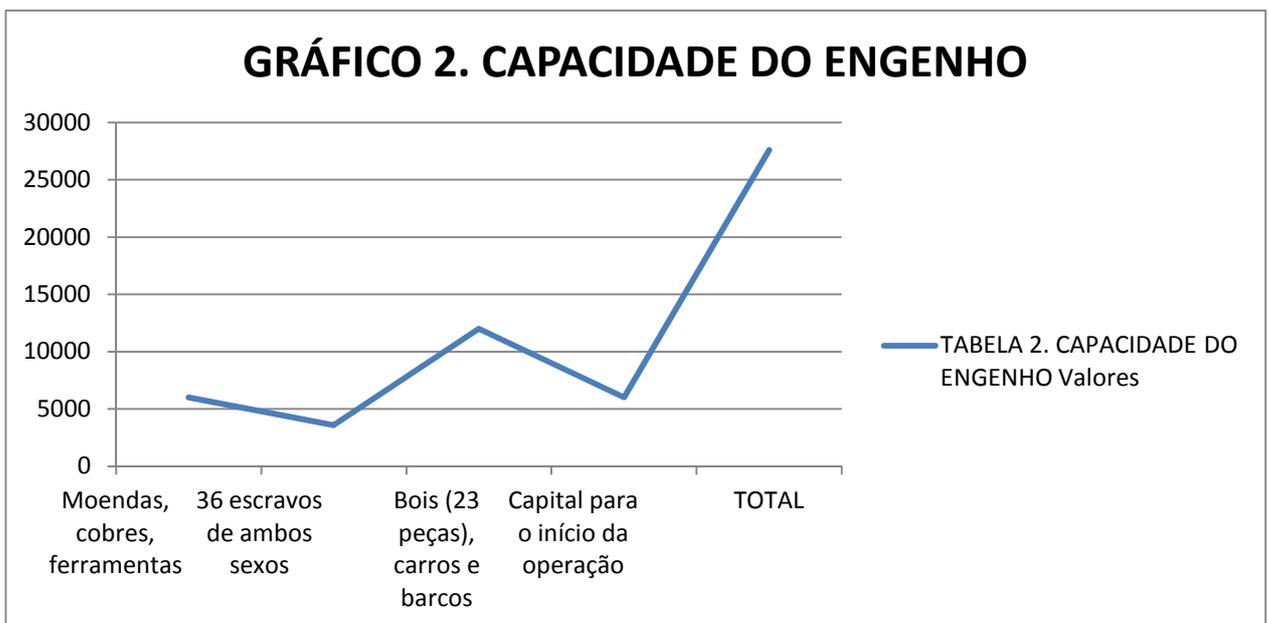


Então, um engenho que possua 60% da capacidade, terá um custo estimado em:

---

TABELA 2. CAPACIDADE DO ENGENHO

<b>Engenho</b>	<b>Valores</b>
Moendas, cobres, ferramentas	6.000 cruzados
36 escravos de ambos sexos	3.600 cruzados
Bois (23 peças), carros e barcos	12.000 cruzados
Capital para o início da operação	6.000 cruzados
<b>TOTAL</b>	<b>27600 cruzados</b>



O gráfico 2 demonstra uma produção de 60%. Então, o custo da moenda é de seis mil cruzados. Temos o custo com escravos de três mil e seiscentos cruzados. Já o custo com bois, carros e barcos, equivale a doze mil cruzados. O capital para o início da produção de seis mil cruzados, perfazendo um total de vinte e sete mil e seiscentos cruzados.

Segundo *Ferline*, “esse cálculo foi feito tomando-se os preços em vigor na primeira metade do século XVII”.<sup>251</sup> Assim, quando transformados para réis, têm-se o valor de 11:040\$000 (onze contos e quarenta mil réis), valor aproximado dos títulos da dívida da fazenda de

<sup>251</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

Marcos Fernandes Monsanto, que vão de 1:080\$000 a 431\$300. Ou seja, a dívida corresponde a 13,69% do valor necessário ao início do empreendimento do engenho<sup>252</sup>.

Sobre a produção de açúcar na capitania do Espírito Santo, a historiografia a qualifica de pouca importância no contexto geral, todavia, *Ferline*<sup>253</sup> nos revela dados que permite compará-los com a produção de Pernambuco e Bahia. Respectivamente com 63 engenhos cada, sendo que o primeiro alcançou a produção de 378.000 arrobas e Bahia 300.000 arrobas. Se considerarmos o Espírito Santo com apenas seis (06), tendo uma produção por unidade de 4.500 arrobas, seguindo o raciocínio acima de três tarefas por escravo, cada tarefa equivalente a 50 arrobas, teríamos  $4.500 \times 6 = 27.000$ , que multiplicado pelo número de engenhos equivalente às referidas capitanias teríamos:  $27.000 \times 10 = 270.000 + 13.500 = 283.500$  arrobas.<sup>254</sup> Os dados de Pernambuco e Bahia são de 1591 e os dados para o cálculo relativo da capitania é de 1617. Esse cotejar da produção mitiga a aparência de uma capitania secundária e justifica o interesse da Coroa em estabelecer um controle mais rígido dos negócios do açúcar. O que queremos demonstrar é que a capacidade de produção por unidade da capitania do Espírito Santo é 25% menor que a de maior produção e de 4% em relação a produção da Bahia. Isto revela o interesse dos holandeses na capitania, haja vista que essas foram as únicas capitanias a sofrerem o assédio dos holandeses, pois eram áreas de satisfatória produção açucareira. Outro fato que essa comparação nos revela é a não absorção da capitania pela Coroa porque, além da importância econômica de sua produção também serviram de cabeça de ponte para a interiorização do território, como parte da estratégia militar da Coroa<sup>255</sup>.

TABELA 3. PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NAS  
CAPITANIAS

Capitanias	Engenhos	Produção em arrobas	%
Espírito Santo	6	27.000	7,14
Bahia	63	300.000	79
Pernambuco	63	378.000	100

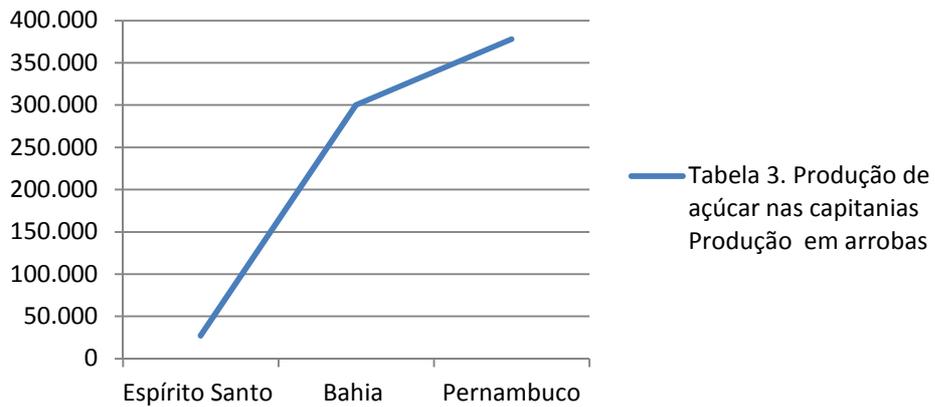
<sup>252</sup> LAPA, Amaral J.R. Economia Colonial, Editora Perspectiva, 1973, p. 88

<sup>253</sup> Ibidem., p. 85.

<sup>254</sup> Mesmo que diminua para o número de 20 a produção máxima do Espírito Santo e os 40 restantes sejam contabilizados a 2.500 arrobas, a produção por comparação atingiria muito próximo de 2/3 da produção das ditas capitanias. Isso significaria uma produção satisfatória para os interesses da Coroa.

<sup>255</sup> Cf. DEAN, W. op. cit.

**Gráfico 3. Produção de açúcar nas capitâneas Produção em arrobas**



**Gráfico 4. Produção de açúcar nas Capitâneas, relativo a tabela 3 em percentual por unidade**

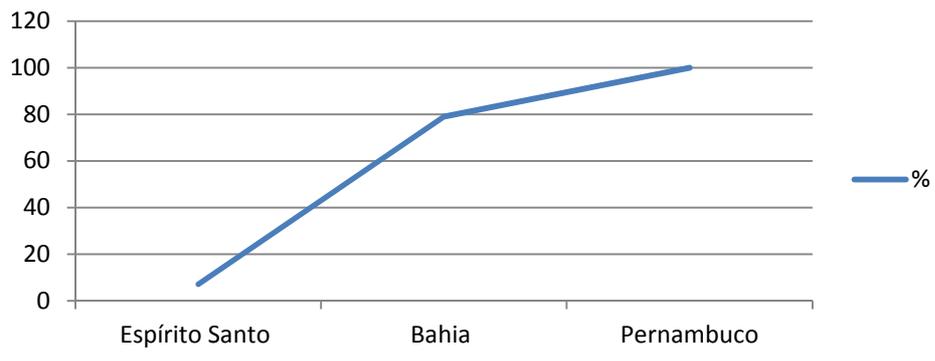
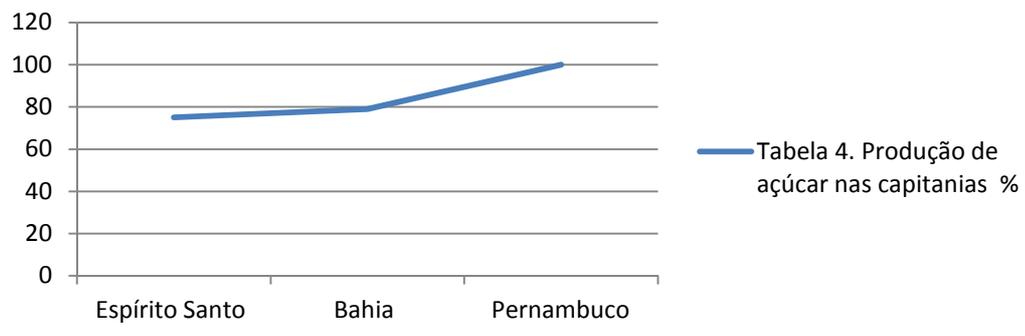


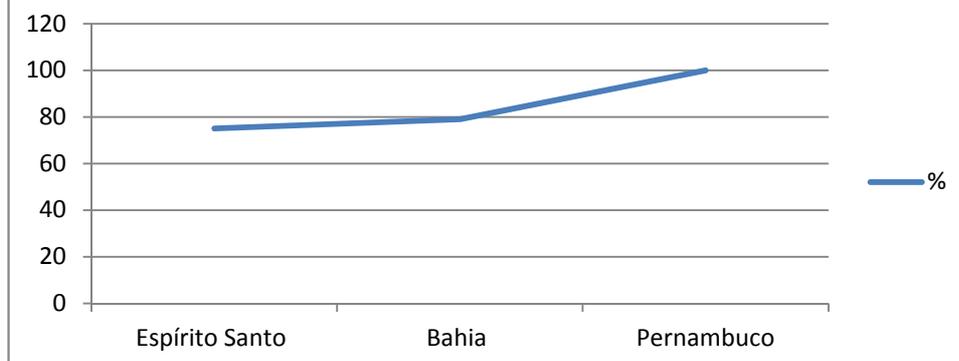
Tabela 4. Produção de açúcar nas capitâneas

Capitâneas	Engenhos	Produção em arrobas (em potencial)	%
Espírito Santo	63	283.500	75
Bahia	63	300.000	79
Pernambuco	63	378.000	100

**Gráfico 5. Produção de açúcar nas capitâneas Produção em arrobas (em potencial)**



**Gráfico 6. Produção de açúcar nas capitâneas, relativo a tabela 4 em percentual potencial por unidade**



## 6. A PRODUÇÃO DO ENGENHO

A indústria colonial – a produção de açúcar – divide o trabalho em operações fracionadas e distintas com específicas exigências de conhecimento ou de força que permite imprimir maior ritmo e continuidade bem como “controlar a intensidade e habilidade do trabalhador necessárias a cada produção”<sup>256</sup>.

E esse complexo açucareiro compunha-se de dois elementos essenciais: a unidade manufatureira, engenho; [...] este era o coração da produção, [...] o qual constituía impressionante conjunto arquitetônico, de edificações interligadas, aparelhadas de moendas, cobres, fornalhas, animais, e providas de grande escravaria.<sup>257</sup>

De forma que a edificação que constituía o engenho compreendia uma casa de alvenaria abrigo dos picadeiros de pedra e cal, em que se depositava a cana e o conjunto de moendas. Num desnível ascendente ficava a casa das caldeiras de cozinha, apoiadas sobre as fornalhas; o local em que resfriavam as formas; o enorme edifício da casa de purgar, local das mesas para receber as formas em seu processo de limpeza e solidificação.<sup>258</sup>

Nesse local, o processo de produção seguia uma sequência. A *levada* era manobra de forma a direcionar a água para girar a moenda e processar a cana. O caldo era recebido no *parol* que recebia o caldo diretamente da moenda, cujo caldo era transferido para o *parol* da cozinha. Esse era passado para a caldeira de escumar, local em que recebia duas operações de escumas, a segunda recebia cinza para *defecar* o caldo.

O próximo passo é fazer a segunda espuma no *parol* de espuma e transferir para a caldeira de melar, para a segunda fervura e depois para o *parol* de melado. Neste ponto já era chamado de mel. A outra fração de operação era transferir para o *parol* de coar. A partir desse ponto, passava por quatro tachas para o cozimento e têmpera. As tachas eram as seguintes: de receber, de porta, de cozer e de bater.<sup>259</sup> Segundo *Ferline*:

ocorria na produção do açúcar o mesmo que na manufatura do papel. Assim, uma quantidade determinada de matéria-prima [...] percorre, nas mãos dos diferentes trabalhadores parciais, uma sequência cronológica de fases de produção até chegar a sua forma final. Mas se

<sup>256</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

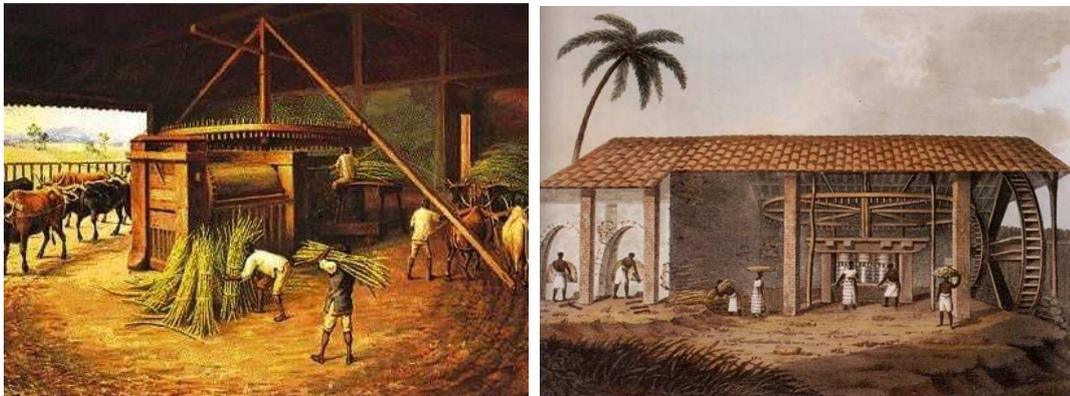
<sup>257</sup> Ibidem., p. 138-139.

<sup>258</sup> Ibidem., p. 138.

<sup>259</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

observarmos a oficina como um todo, a matéria-prima se encontra simultaneamente em todas as fases da produção. [...] De sucessivas no tempo, as diversas operações parciais se transformam em justapostas no espaço. [...] O resultado do trabalho de um é o ponto de partida para o trabalho do outro. [...] O tempo de trabalho necessário para atingir o efeito útil almejado em cada processo parcial é fixado de acordo com a experiência, e todo o mecanismo da manufatura repousa no pressuposto de se alcançar um resultado determinado num tempo determinado.<sup>260</sup>

Ao evidenciar o *modus operandi* da produção comparando-a a uma linha de montagem, deve-se ter em conta o trabalho não remunerado; todavia, nos dá a chave do entendimento da hierarquia da unidade de produção no período colonial, a qual estabelecemos por meio de um organograma.

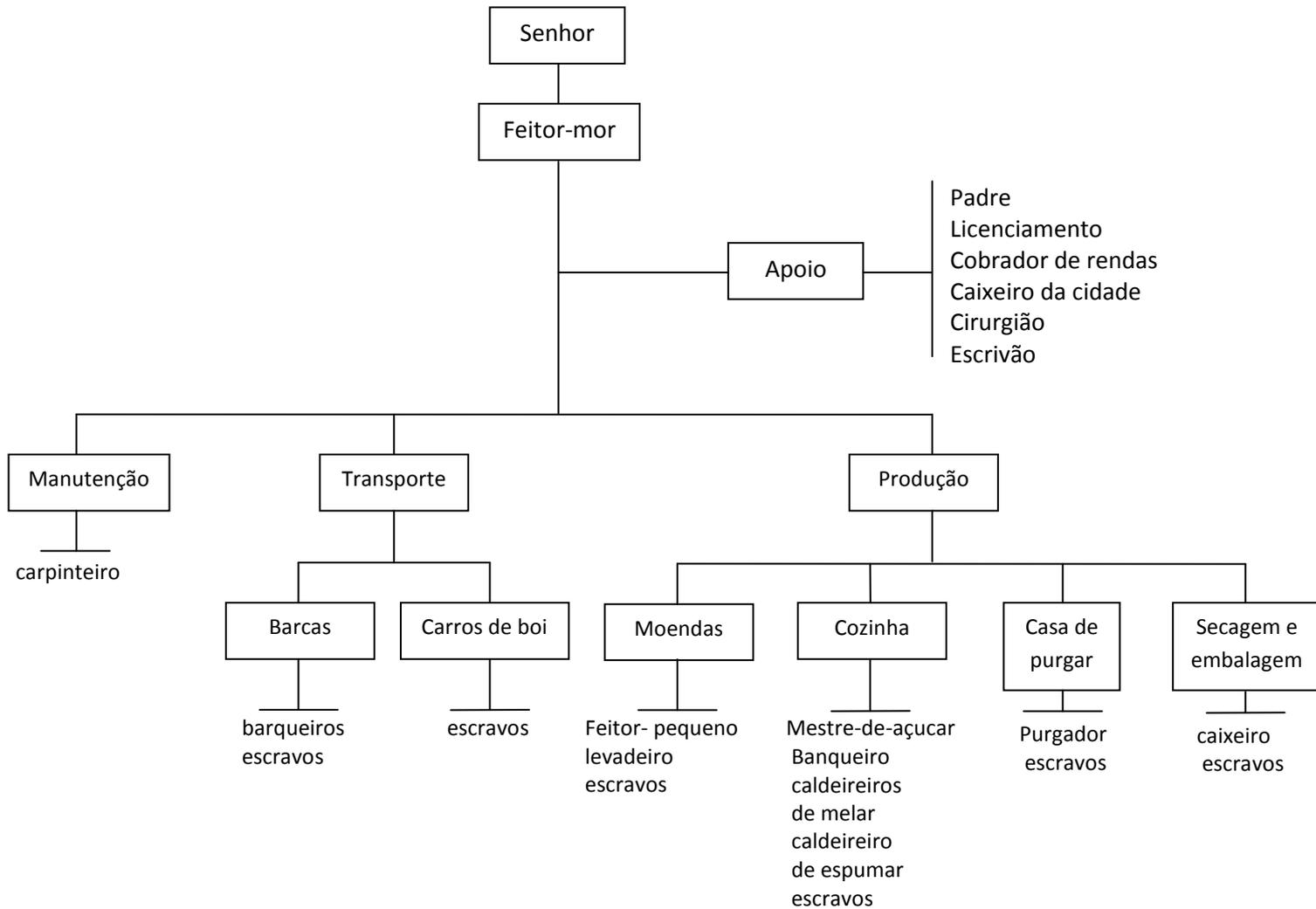


Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho\\_de\\_acucar\\_1816.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg).

---

<sup>260</sup> Ibidem., p. 177.

*Organograma de um engenho:*<sup>261</sup>



<sup>261</sup> FERLINE, Vera L. A. **A civilização do açúcar**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense.

A estrutura administrativa<sup>262</sup> de um engenho cujo ápice aparecia o *Senhor* e na sua base um corpo de trabalhadores submetido de forma compulsória. Entre o topo e a base, compunham esse organograma:

O *feitor mor*, obrigado a coordenar o processo produtivo e manter a disciplina, entre outras obrigações. Além do feitor mor, havia os oficiais do açúcar – *mestre, banqueiros, caldeireiros e purgador*. O mestre devia dominar a arte e o tempo para o batimento do açúcar e os pontos de meladura, supervisionava a equipe de *caldeireiro e tacheiros* e era assistido pelo *banqueiro* e pelo *soto-banqueiro*<sup>263</sup>.

O *purgador* devia ser conhecedor da qualidade do barro para *entaipar* as formas e do tempo certo de colocar o primeiro barro, bem como verificar a correção a época do segundo barreamento, além de conhecer os sinais de purgar ou não purgar. Já o *levadeiro* era responsável pelo funcionamento da moenda. O caixeiro do engenho pesava, separava e encaixotava o açúcar. Já o caixeiro da cidade recebia o açúcar dos engenhos, encarregava-se da venda e embarque do produto, bem como do abastecimento. O carapina da moenda era o encarregado da manutenção das rodas.

Os *barqueiros* comandavam as barcas, tendo vários escravos a seu serviço.

O organograma descreve uma verdadeira linha de montagem. Todavia essa maneira de produzir não deve ser confundida com uma linha de montagem da indústria moderna. O motivo é simples, a relação de trabalho não aliena o trabalhador, ela o obriga, numa dominação direta, ou seja, numa relação de mando pessoal de senhor para escravo, típica relação de poder do *Antigo Regime*.

## 7. CONSTRUÇÃO NAVAL

A unidade de produção responsável pela movimentação da economia na capitania do Espírito Santo era o açúcar, todavia, a extração do pau Brasil e a construção naval fortaleciam de maneira relevante o comércio do açúcar. Porque a economia local:

---

<sup>262</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

<sup>263</sup> Oficial que de noite fica encarregado da casa das caldeiras. Desempenha durante a noite as mesmas funções que o mestre durante o dia. O seu auxiliar chama-se ajuda banqueiro. Ver Simonsen. 8ª edição 1978. p. 122-123.

[...] baseava-se [...] no movimento de pessoas e cargas nos trapiches em que ocorriam as operações de produção, embarque e desembarque, praticadas em barcos de pequeno porte e de longo curso. [Com isso], [...] a instalação da colônia logo demandou a construção de embarcações de menor porte para navegação em águas abrigadas no interior da ilha e nos rios utilizando-se do saber e da presença de árvores de madeiras propícias à feitura de embarcações. Isso foi importante para o controle dos portugueses sobre a baía do Espírito Santo e a ocupação da ilha de Santo Antonio, onde se fundou a principal vila da capitania.<sup>264</sup>

Com efeito, podemos afirmar que a construção naval na capitania se fez de forma efetiva, porque ao darmos crédito que o donatário Vasco Fernandes Coutinho partiu em apenas uma caravela em sua expedição<sup>265</sup>, teremos na obra *O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo* indícios que confirmam esta indústria. Segundo Carvalho:

Durante a permanência de Luíz da Grã no Espírito Santo, um principal teminínó, do Rio de Janeiro, chamdo Maracaiaguaçu – Gato Grande –, por estar sempre em guerra com os tamoios e desejar tornar-se cristão, procurou socorrer-se com o donatário da capitania, para assentar-se no Espírito Santo. Vasco Fernandes Coutinho mandou quatro navios buscá-los e aos seus, assentando-os em um lugar próximo à vila, onde construíram suas casas<sup>266</sup>.

Pode-se supor que três dos quatro navios foram construídos na capitania, sugerindo que a própria nau *Grorya* pertencente ao donatário fez parte do comboio. Outra informação que nos sugere esta indústria na capitania é uma carpintaria qualificada revelada pela documentação, identificada em nomes como Fernão Rodriguez, [ilegível] Francisco, Silvestre Francisco, Domingos vasco e também Jerônimo da Serra, mestre das obras de pedreiro.<sup>267</sup> Assim, tem-se um corpo de trabalhadores livres especializados, para a confecção e manutenção da indústria do engenho e da construção naval. Isso demonstra que a pauta de comércio da capitania do

<sup>264</sup> Cf. RIBEIRO, L. C.op. cit.

<sup>265</sup> Cf. OLIVEIRA, J.T. de. op. cit.

<sup>266</sup> CARVALHO, José Antônio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982, p. 67; NR. Nº 4: Simão de Vasconcelos, Crônicas da Companhia de Jesus no estado do Brasil e do que obraram seus filhos nestas partes do novo mundo, Rio de janeiro, 1864, livro I, § 202, p. 105; Novas cartas, pp. 179-181; Mon. Bras., II p. 226-228.

<sup>267</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

Espírito Santo está além do que supõe o rol do fragmento de mercadorias encontrada na documentação.

## 8. PAUTA DE COMÉRCIO DA CAPITANIA

È importante ter por base que a atividade comercial da capitania do Espírito Santo está inserida na cultura política do Antigo Regime. Contudo, o *projeto colonizador* português está estruturado em uma *rede de sociabilidade*, a partir de mercês, com o fim de estabelecer o poder local por meio de uma *política econômica de privilégio*, também qualificado de *economia do bem comum*.

Dito isto, nota-se que toda atividade econômica é formada por entrada e saída de mercadorias. Será incluído no rol de exportação mercadorias que são dirigidas às capitanias adjacentes e as relacionadas ao tráfico Atlântico; e de importação todas que se dirigem à capitania com vistas a suprir a carência manufatureira de utilidades domésticas e pessoais, e a demanda da estrutura produtiva, seja na construção naval ou para a manutenção e construção de engenhos de açúcar.

## 9. PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

O pau-brasil foi o primeiro produto a ser extraído da colônia portuguesa na América e transportado para a Europa com fim de suprir a incipiente indústria têxtil. Nativa em todo o trecho litorâneo rendeu nos primeiros 30 anos do XVI à Coroa, por meio de arrendamento, cujo percentual; por suposto, era de  $\frac{1}{4}$  do montante de 4.000 cruzados o valor de 30.000 Contos. Pois, calcula-se:  $30 \times 16.000 \times 252\$000 = 120.000$  contos, então  $\frac{1}{4}$  de cento e vinte contos corresponde a trinta contos.<sup>268</sup> Em toda a colônia portuguesa na América a madeira era de exploração exclusiva da Coroa, dada por arrendamento, por um limite de tempo determinado, a quem se interessasse pelo produto.

---

<sup>268</sup> Cf. SIMONSEN, R. op. cit.

Na capitania, foi alvo da cobiça de franceses, ingleses e holandeses. Dado ao constante assédio desses, principalmente dos holandeses, gerou um auto de diligência que fez o capitão-mor, em 1618, sobre o contrabando do *pau brasil* no rio Cricaré.

Consta pelo auto de diligência que Guapar Alvarez de Siqueira capitão mor mandou vigiar o Rio de Cricaré, a Damião Amado, Diogo Martins e Bras Fernandez, pois soube que estavam a navegar no dito rio duas naus estrangeiras desviando *pau Brasil*. Para saber se o dito era verdade, o capitão mor, proveu os comandados de mantimentos ferramentas e embarcação e os fez seguir, acompanhados de índios, até o Cricaré.<sup>269</sup>

Ora, a importância dessa mercadoria por si, já justificava a diligência. Todavia, os autos documentais nos revelam muito mais, revelam que existia uma rede que buscava ferir os interesses da Coroa ibérica. Esta rede estava vinculada às praças de Flandres e à flamenga, regiões essas envolvidas na guerra de independência dos Países Baixos.<sup>270</sup> Como agia esta rede e qual a dimensão do prejuízo causado aos cofres da Fazenda?

Segundo a documentação elencada, Manoel Viegas, ora estante na vila de Vitória, ora morador na cidade de *Amversse*, estado de Flandres, disse ao capitão mor que gostaria de falar-lhe em segredo, pois além de vir arrecadar algumas dívidas de seu primo, Diego Dias Sanches, morador na capitania, seu principal intento era o carregar algumas naus de pau brasil e que se o capitão quisesse favorecer este negócio, daria a ele grande satisfação e contentamento, de maneira que ele [capitão-mor] podia ficar rico, porque para isto, tinha crédito do dito seu pai e parentes. Com efeito, havia oferecido dinheiro ao alcaide Fernão d'Avarez de Souza para que deixasse fugir ao flamengo Rodrigo Pedro, preso pelo capitão e responsável por duas naus de contrabando e inimigas, cujo objetivo era carregar pau-brasil na costa dessa capitania. Por fim, admoestou o capitão a dar ordem para vir a esta capitania duas naus por ano carregar pau-brasil, em troca lhe daria um crédito de setecentos mil reis.<sup>271</sup>

Temos, por suposto, que este valor oferecido como suborno, na tentativa de fraudar o erário público, seria 1/5 do valor real da arrematação dos dízimos para a exploração da dita madeira. Veremos que os dízimos deveriam ser arrematados por 3\$500 réis, perfazendo um total potencial de lucro de 35\$000 réis, fora receitas advindas dos impostos de entrada e fretamento

---

<sup>269</sup>CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 06. Auto de Diligência que fez o capitão mor Gaspar Alvarez de Siqueira sobre o contrabando de pau brasil no rio Cricaré.

<sup>270</sup> Cf. nota 116 do capítulo 2.

<sup>271</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 06. Auto de Diligência que fez o capitão mor Gaspar Alvarez de Siqueira sobre o contrabando de pau brasil no rio Cricaré.

para transporte dos toros. Isto demonstra a importância desse produto na composição da pauta de exportação da capitania. Todavia, precisa de uma investigação mais profunda sobre a movimentação dessa fazenda, a fim de aproximar os números da realidade dos fatos aqui demonstrados.

O açúcar foi outro produto de exportação importantíssimo para a capitania, como visto anteriormente, ele dá a condição necessária a olhar de forma clara sobre a economia da capitania. Por isso, a atividade comercial sofreu uma devassa com o fim de estabelecer uma fiscalização que, se não impedisse, mitigasse o impacto dos contrabandos e dos descaminhos, tão nocivos aos interesses da Coroa.

A documentação faz emergir o volume da exportação desse gênero tão importante à Fazenda real – o açúcar. Segundo consta no Auto de devassa de 1617, os engenhos produziam uns pelos outros, a média de 4.000 arrobas. O engenho Nossa. Sr<sup>a</sup>. da Paz declarou ter exportado 2.547 arrobas do açúcar produzido, todavia, o livro de registro da alfândega acusou 4.123 arrobas e 29 libras, em 273 caixas, o bastante para três navios conduzirem a Portugal. À mesma época, é sabido que o engenho de Marcos d'Azeredo fabricou sozinho a quantidade de 3.763 arrobas, e que foram despachadas em 242 caixas. Ora, esta quantidade multiplicada pelo número de seis engenhos em produção na capitania atinge o total de 25.000 arrobas.<sup>272</sup> Esse número já foi corrigido com base na relação de escravo multiplicado pela quantidade de tarefa realizada por indivíduo. Neste caso, a produção é acrescida de mais 2.000 arrobas, perfazendo um total de 27.000 arrobas produzidas na capitania.<sup>273</sup>

Doravante, ao comparar a produção do engenho Nossa Sr<sup>a</sup>. da Paz com a do engenho dos Azeredos chegar-se-á a seguinte conclusão: a diferença na produção de um pelo outro está na ordem de 8,75%, o que corresponde a 360 arrobas, ou 31 caixas. Outro fato que chama a atenção é a capacidade que o engenho de Marcos Fernandes Monsanto tem de produzir carga de açúcar para três navios o que por dedução leva-nos a estabelecer capacidade equivalente para o engenho dos Azeredo. Essas informações nos permitem inferir que a atividade econômica na capitania, no período em questão, difere bastante do que nos mostra a historiografia tradicional do Espírito Santo e de alguns autores de história do Brasil.

---

<sup>272</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04; SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700)**: a presença de cristãos novos: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994, p. 80.

<sup>273</sup> 27.000 mil arrobas equivale em quilogramas: 405.000 kg.

Vale salientar que em 1617 o arrendamento dos dízimos da capitania foi de 3.500 cruzados. No decorrer de nove anos, ou seja, em 1626, tem-se informação que os dízimos atingiram a soma de 3.850 cruzados, supondo uma renda bruta de 38.500, de forma que sugere um ascendente percentual variando por volta de 10% ao ano, sem considerar a correção sobre a desvalorização cambial do período. A capitania não estava de fora do circuito mercantil que imperava na colônia portuguesa na América, e segundo nossa análise, desempenhava papel importante como entreposto dadas as mercadorias que eram enviadas ao Rio de Janeiro em forma de pagamento, e o indício de entradas de mercadorias, via Bahia e Lisboa, ao contratador Anrique Lopes e aos senhores de engenhos.<sup>274</sup> É o que consta no testemunho de

Diogo dias sanches morador nesta dita vila de idade de corenta e cinco annos a que ho ditto capitão mor deu juramento dos santos evangelhos prometeo de dizer a verdade [...] dise elle testemunha que avera quinze ou desaseis annos que reside nesta capitania e nunca nelles ouve alfandega onde se despachasem as fazendas que a ella vem antes os officiaes da fazenda depois dos donos dellas as tirarem das embarçaõis e levarem pera suas cazas lhas jão os dittos officiaes despachar a ellas e sabe que marcos dazeredo provedor da fazenda com o almoxarife manonel dabreu e antonio dias cordeiro lhe despacharão em caza delle testemunha fazendas que lhe vinhão do reino e da baia e assim o fazia o ditto marcos dazeredo e os mais officiaes aos mais mercadores da terra e dise elle testemunha que quando lhe vinha fazenda em alguma embarcação costumava sempre mandar hu presente ao ditto marcos dazeredo por desemular com estas cousas e sabe que Sebastião pereira feitor de leonardo froes mandava aoditto marcos dazeredo por o mesmo respeito quando lhe vinhão navios presentes presentes.<sup>275</sup>

Acrescenta a este testemunho o de Gaspar Carneiro Rangel, escrivão da fazenda Sua Majestade nesta dita vila de idade de quarenta e oito annos que ao arrendarem os dízimos, pagando-os parte em algumas mercadorias provedor Marcos d'Azeredo e o almoxarife Jorge Pinto o receberam do contratador Anrique Lopes por preços excessivos, promovendo prejuízos à Fazenda de Sua Majestade. Tanto que, mandando da capitania, quinhentos e trinta e tantos mil reis das mercadorias ao Rio de Janeiro, por virtude de uma provisão do governador geral Gaspar de Sousa, não quiseram o provedor e almoxarife da Fazenda de Sua Majestade aceitá-las pelos preços estabelecidos, antes conduziram para avaliação à Bahia de

<sup>274</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

<sup>275</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

onde foi sugerido que não as aceitassem além de duzentos e cinquenta mil réis.<sup>276</sup> Neste sentido, essa informações, leva-nos a acreditar na posição de entreposto da capitania do Espírito Santo.

## 10. MERCADORIAS DIVERSAS

O rol de “fazendas” constantes como mercadoria para exportação também faz parte da listagem de importações da capitania do Espírito Santo, e isso pode qualificar a capitania como entreposto.<sup>277</sup> No conjunto do império português era um local em que as mercadorias chegavam, geralmente em navios do reino transbordadas no porto do Rio ou da Bahia, e que saem embarcadas para outras capitanias muitas vezes na condição de meios de pagamento, efetuado pelo provedor da fazenda, Marcos d’Azeredo e o almoxarife Jorge Pinto. Tudo indica que estas mercadorias fossem enviadas a outras capitanias por meio dos contratadores e comissários. Os documentos apontam para o nome de Simão Luiz, comissário de Marcos Fernandes Monsanto e de Luiz Correa.<sup>278</sup>

Concluimos assim que havia um fluxo mercantil de cabotagem entre o Espírito Santo e outras capitanias. Exemplo disso são as fazendas mandadas para o Rio de Janeiro por instrução do governador geral Gaspar de Souza. Percebemos que nelas estão agregados valores cuja avaliação pelos emissores não corresponde a expectativa do destinatário.<sup>279</sup>

Quadro I ROL DAS FAZENDAS ENVIADAS AO RIO DE JANEIRO <sup>280</sup>	Valores
Corenta e tres taras de facas carnisseiras a mil réis a tara	43r
Vinte e quatro pessas inteiras de landas frizadas que tem vinte covados cada pessa o covado a duzentos e sincoenta réis val cada pessa a sinco mil réis que monta semto e vinte mil réis	120r

<sup>276</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

<sup>277</sup> Ver: o testemunho de Diogo Dias Sanches e de Anrique Lopes. CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04

<sup>278</sup> CT: AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04.

<sup>279</sup> Chamanos a tenção para o suçperfatramento das mercadorias, com o fim de prejudicar a Fazenda da Coroa. Ver documento CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc.04.

<sup>280</sup> Ibidem.

Oitenta e cinco covados mais das ditas landas a duzentos e sincoenta réis, monta vinte E hú mil e duzentos E sincoenta réis	21r250
Dous tallabartes com seus sintos a quatro patacas cada hú 2v560 réis	2\$ 560 réis
Trinta covados de bombazinas de cores a quatrocentos réis, covado monta doze mil réis	12r
Tres peças de tapeçaria da índia a seis mil réis, pessa com dezoito covados cada huá monta dezoito mil réis	18r
Mais dez covados e meio da dita tapessaria a pataca meia tres mil E trezentos e sesenta réis	3\$360
Vinte covados de burato de quatro empua a setesentos réis, covado monta catorze mil réis	14r
Seis pares de meas de camussa a setesentos réis par	4\$200
Corenta covados e meio de tafeté preto a seissentos e corenta réis covado monta vinte E sinquo mil novesentos E vinte réis	25\$920
Quatro pares de meas de seda a sinco mil réis o par	20r
Dezoito duzias e mea da tacas de seda a quatrocentos Réis, duzia monta	7\$400
Quarenta varas em° de fita de seda de cores a sem réis, a vara monta coatro mil e sincoenta réis	4\$50
Vinte E seis varas de fita preta de cadarsso a sento E vinte réis vara	3\$120
Sento desanove oitavas de retros a sem réis a oitava monta	11\$900

Trezentas e sesenta e oito varas de passamane E espeguilhas de cores a oitenta réis a vara monta trinta mil duzentos E corenta réis	3\$240
Sesenta e tres meadas de linhas de de cozer brancas a sento E vinte réis, meada monta sete mil e quinhentos e sesenta réis	7\$560
Quatrosentos e oito regalhos de linhas finas a sincoenta réis, regalho monta vinte mil e quatrosentos	20\$400
Ccorenta duzias da tacas de cadarsso a sento e vinte réis duzia quatro mil e oitosenos réis	4\$800
Tres onças duas oitavas de linhas finas a quasentos réis, a onssa monta mil E trezentos réis	1\$300
Vinte e hua pelles de cor davão a mil E duzentos réis cada hua monta	25\$200
Dezasseis grossas de botões a mil e duzentos réis grossa monta de dezanove mil E duzentos réis	19\$200
Oitenta varas de Raxeta a duas patacas a vara monta sincoenta E hú mil e duzentos réis	51\$200
Omze covados e hua terssa de Raixa a mil e quinhentos réis, monta dezasete mil réis	17r
Setenta E quatro varas E hua terssa de pano de linho a trezentos e sesenta réis a vara monta vinte E seis mil e setesentos réis	26\$700
Quatro pessas de carequi, a coatro mil réis, pessa	16r
<b>Total</b>	<b>530\$810 réis</b>

Outra mercadoria a ser inserida no rol de *mercadorias diversas* são as peças de escravos da terra e escravos africanos. A aquisição dos escravos da terra se dava em duas frentes. A primeira delas era a dos apresamentos de índios, tendo como subterfúgio a entrada para o sertão em busca de pedras preciosas – a lendária *serra das esmeraldas* – bem como a procura de ouro. Sobre este tipo de empreendimento, tem-se notícia que, em 1606, Marcos de Azeredo levou 31 peças (índios) ao governador da Bahia, fora as destinadas aos fazendeiros.<sup>281</sup> A segunda frente era o comércio com outras capitanias. É sabido que, em julho de 1628, importava-se 43 escravos da terra de São Paulo para o Espírito Sano, enquanto para o Rio de Janeiro foram 33, contabilizando 11 peças a mais para a capitania do que os destinados ao Rio de Janeiro<sup>282</sup>. Estas informações reforçam a noção da existência de um circuito mercantil do qual a capitania participava e que era intensificado quando se tratava de peças africanas, pois supõe-se que a porta de entrada delas fosse o Rio de Janeiro.

Temos para o período em estudo a informação do custo de cada escravo negro em 35\$000<sup>283</sup> e do escravo da terra de 4\$000. Então, temos de  $35\$000 \times 700 = 24:5000\$000$  investidos na produção econômica da capitania. Somente no engenho Nossa Senhora da Paz, de Marcos Fernandes Monsanto, que contava 36 escravos, apura-se o montante em mão-de-obra de:  $36 \times 35\$000 = 1:260\$000$  (hum conto, duzentos e sessenta mil reis).

Ao transformar os 43 escravos da terra na variação de 15\$000,<sup>284</sup> o equivalente a aproximadamente 41% do valor do escravo africano, têm-se  $43 \times 15\$000 = 645\$000$  (seiscentos e quarenta e cinco mil reis. Faz-se importante relativizar, que as transações com esta “mercadoria” não ocorreria apenas no ano de 1629, mas no decorrer de todo o período analisado.

## 11. PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO

A extração de madeiras também foi uma atividade vital para as economias das capitanias brasileiras porque fornecia a matéria-prima para a construção naval, imprescindível tanto para

---

<sup>281</sup> Cf. SALVADOR, J. G. op. cit.

<sup>282</sup> Cf. SIMONSEN, R. op. cit.

<sup>283</sup> Cf. SALVADOR, J. G. op. cit.

<sup>284</sup> Sobre os preços dos escravos: Cf. SIMONSEN, op. cit., p. 132, nota 179 do capítulo 2: estabelece a variação de preço do escravo indígena entre 4\$000 e 70\$000 e do africano entre 50\$000 e 300\$000. Preferimos trabalhar com o número estabelecido por José Gonçalves Salvador da NR 54.

o transporte de mercadorias como para a guerra. Por isso a atividade foi intensa nos estaleiros coloniais brasileiros<sup>285</sup>. Isso nos autoriza afirmar que não deve ter sido diferente na capitania capixaba, pois, o estabelecimento da mesma demandou a construção de embarcações para os mais diversos usos, cujos itens necessários foram listados por Lapa em obra de referência, conforme o quadro abaixo:<sup>286</sup>

Quadro 2. <i>Itens importados indispensáveis para a construção de embarcações</i> <sup>287</sup>	
Itens importados	Significado
Escopeiro	instrumento usado para pichar com breu, piche, alcatrão, as juntas das tábuas de um barco
Landares	usados para enxuga os pavimentos após a baldeação
Sandareza	corda graduada que, ligada a um pedaço de chumbo, serve para sondagens marítimas;
Talha	corda que se ata a cana do leme em ocasiões de tempestades
Estai	nome que se dá a cada cabo que segura a mastreação
Cavilhas	são peças confeccionadas de madeira e metal. Servem para segurar madeiras, chapas, etc
Traquete	é a vela grande do mastro da proa
Botão	é uma ligadura de cabo que une fortemente dois objetos
Amantilho	é o cabo que sustenta as vergas em posição horizontal
Estingue	é o cabo que vem dos punhos inferiores das velas à verg

<sup>285</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia Colonial**. Editora Perspectiva, 1973, p. 232-236.

<sup>286</sup> Ver (NR: 44-93): LAPA, José Roberto do Amaral. **Economia Colonial**. Editora Perspectiva, 1973. pp. 232-264.

<sup>287</sup> *Memórias sobre a nau Nossa Senhora da Caridade, publicado na Revista Estudos Históricos, n. 2, Faculdade de Filosofia de Marília, 1963. Apud LAPA, José Roberto do Amaral. Economia Colonial. Editora Perspectiva, 1973, p. 231.*

Adriça	é o cabo que serve para içar velas ou bandeiras
Sergideira	cabos que carregavam uma vela, prolongando a <i>testa</i> com o <i>gurutil</i>
Cutelos	eram pequenas velas suplementares a outras maiores
Velacho	é a vela dos mastros da proa
Joanete	é a vela superior à gávea
Viradores	são cabos náuticos próprios para rebocar os navios
Brandal	é cada um dos cabos que sustenta os mastros

Com efeito, temos que a produção açucareira demanda muito mais que simples artefatos para reposição de peças dos engenhos. Necessita de transporte, não apenas para longo curso, mas também de cabotagem, com embarcações medianas. Assim, o quadro acima descreve os artefatos para uma indústria da construção naval, que não pode ser vista independente da estrutura produtiva açucareira, de forma que podemos afirmar que a pauta de comércio da capitania do Espírito Santo engloba uma diversidade de mercadorias que ultrapassa a necessidade de subsistência, formando base para uma “acumulação endógena” de capitais.

Outros itens subsidiários à produção de açúcar para a capitania são as peças de cobs, pois o desgaste com a produção leva a necessidade de reparos e substituições, para demonstrar o volume de capitais empregados com cobre na confecção das unidades de produção listamos em quadro demonstrativo.

Quadro 3. <i>Itens importados para a produção de açúcar</i> <sup>288</sup>		
Utensílio	Cobre	Valor
Parol do caldo	levava 20@ decobre	140\$340
Parol de guinda	levava 20@ decobre	140\$340
Caldeira de escumar	levava 30@ de cobre	210\$510

<sup>288</sup> Cf. FERLINE, V. op. cit.

Parol de escumas	levava 12@ de cobre	84\$204
Caldeira de melar	levava 30@ de cobre	210\$510
Parol de melado	levava 15@ de cobre	105\$255
Parol de coar	levava 8@ de cobre	56\$136
Tacha de receber	levavam 9@ de cobre	63\$153
Tacha de porta	levavam 9@ de cobre	63\$153
Tacha de cozer	levavam 9@ de cobre	63\$153
Tacha de bater	levavam 9@ de cobre	63\$153

Somando-se a quantidade de arrobas gastas em cobre necessárias para a construção da unidade produtiva – o engenho – temos: 171@ de cobre. Tendo como base três mil cruzados ou seu equivalente em mil reis 1:200\$00, temos para cada arroba 1:200\$000 dividido por 171@ a importância de 7\$017 réis, o que equivale a \$467 réis o quilo do cobre como custo na construção do engenho. Afirmamos isso, porque, além das peças de cobre importadas, os senhores de engenhos importavam o cobre a quilo para eventuais reparos por excesso de uso dos materiais usados na produção de açúcar e na manutenção do engenho como um todo, pois temos a incluir nesse rol: serras braçais de mão, martelos, escopos mistos, amolador para ferramentas, verrumas, enxós, balança de ferro, ferro e bronze.<sup>289</sup>

Neste capítulo, procuramos demonstrar a conexão comercial em que estava inserida a capitania do Espírito Santo, cuja necessidade de manutenção da unidade produtiva nos revela um complexo quadro de fluxo de capital por meio de transações comerciais que gravitavam em torno na produção de açúcar: fazendas que chegavam da Bahia, do Rio de Janeiro, de Lisboa; mercadorias enviadas ao Rio de Janeiro como quitação. Confirmamos a presença de comissários responsáveis por essas movimentações, procuradores atuando em nome dos senhores de engenhos.

Como não considerar a capitania do Espírito Santo uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul, diante das evidências que ao longo da pesquisa foram ao poucos se materializando e dando consistência as nossas indagações.

<sup>289</sup> Cf. SALVADOR, J. G. op. cit.

## CONCLUSÕES

Entre nosso interesse nesta dissertação está o de trazer a lume o deslocamento teórico sobre o debate historiográfico do *sentido da colonização* e o conceito de *Antigo Regime*, discutido no primeiro capítulo. Porque é importante notar, que esse debate está aberto, pois aquilo que parecia ter dado contorno final ao entendimento teórico para uma prática política, econômica e social característica do *Antigo Regime* com *Fragoso*, *Bicalho* e *Gouveia* parecem sangrar. Ou seja, ainda pulsa com intensidade, pois, Mello e Souza<sup>290</sup> afirma que os autores minimizam o alcance do Estado e relegam ao esquecimento o problema da escravidão na construção da sociedade luso-americana.

Assim, segundo sua crítica, o poder local, as *redes de sociabilidades*, juntamente com fatores como a negociação direta com a Coroa, dissolvem amarrações que sustentavam a estrutura do mundo colonial – “entre elas, o escravismo, ou seja, o sistema complexo que articulava as relações sociais naquela formação histórica”<sup>291</sup>. Diante do momento histórico em construção, seria impossível o rompimento da estrutura que sustentava o mundo colonial. De forma que, tal situação não rompe com a visão dualista e contraditória das relações metrópole-colônia.<sup>292</sup>

Ora, quando se privilegia a categoria *Antigo Regime*, quer se denotar a sobreposição da política à economia. Todavia, para uma simetria entre política e economia “o conceito *Sistemas Coloniais* expressaria melhor relações tão distintas quanto as estabelecidas, através dos séculos”<sup>293</sup> segundo a autora:

Esbater o papel do Estado, valorizando os poderes intermediários, e manter, sem nuances, a designação de Antigo Regime para um mundo que, como o luso-americano, não conheceu o feudalismo, traz portanto problemas consideráveis. Nesse sentido, a coletânea que se vem aqui discutindo propõe um Antigo Regime totalmente atípico ao mesmo tempo que afirma a sua tipicidade: ele é também atlântico e escravista, já que “a escravidão foi uma instituição plenamente incluída na lógica societária do Antigo Regime”. De fato, numa sociedade hierarquizada e assentada em ordens que distinguiam conforme privilégio, honra e a estima social – na Península Ibérica distinguiam-se ainda pelos *estatutos de pureza de sangue* -, a escravidão vinha a calhar. Por que,

---

<sup>290</sup> C f. nota 22 da introdução.

<sup>291</sup> *Ibidem.*, p. 58.

<sup>292</sup> *Ibidem.*, p. 60.

<sup>293</sup> *Ibidem.*, p. 63.

contudo, teria ela sido plenamente recriada – na forma da escravização de africanos – apenas no contexto de sociedades europeias de Antigo Regime que, ademais, tinham colônias – Portugal, Espanha, França, Holanda, Inglaterra -, e não em outras – Áustria, Prússia, Rússia, Polônia? Em outros termos: seria historicamente enriquecedor considerar equivalentes ou até iguais as lógicas societárias de Portugal, Espanha e suas colônias, por um lado, e, por outro, as da Prússia e da Áustria – este país, indiscutivelmente, um dos mais tipicamente *Ancien Régime* da Europa?<sup>294</sup>

Com efeito, ao usar o conceito de *Antigo Regime*, deve-se ter responsabilidade quanto às implicações subjacentes ao seu uso, e, principalmente quanto à relação que algumas das sociedades assim qualificadas estabeleceram com possessões externas à órbita europeia.

Para Mello e Souza,

O que houve nos nossos trópicos, sem dúvida, foi uma expressão muito peculiar da sociedade de Antigo Regime europeia, que se combinou, conforme análise que os autores de *O Antigo Regime nos trópicos* buscaram programaticamente evitar, com o escravismo, o capitalismo comercial, a produção em larga escala de gêneros coloniais – que nunca excluiu a de outro, obviamente –, com a existência de uma condição colonial que, muitos aspectos e contextos, opunha-se à reinol e que, durante o século XVIII, teve ainda de se ver com mecanismos de controle econômico nem sempre eficaz e efetivo, mas que integravam, qualificavam e definiam as relações entre um e outro lado do Atlântico: o exclusivo comercial.<sup>295</sup>

Bem, pensamos que para ter o entendimento da sociedade de *Antigo Regime* nos trópicos devemos considerá-la em suas relações com o Antigo Sistema Colonial. Nesse sentido, *Maria da Penha Smarzaró Siqueira*<sup>296</sup> evidenciou uma simetria ao considerar o *Antigo Regime* – velha ordem – como parte integrante do funcionamento do Antigo Sistema Colonial.

Com efeito, neste trabalho buscamos escrutinar a dinâmica econômica da capitania do Espírito Santo entre os anos de 1600 a 1642, tendo por objetivo demonstrar se o caráter

---

<sup>294</sup> Ibidem., p. 67.

<sup>295</sup> Cf. SOUZA, L. M. e. op. cit.

<sup>296</sup> SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A Situação econômica luso-brasileira nos fins do século XVIII e início do século XIX – UFES. Revista de História Dimensões, nº 05, 1997.

deprimido da economia da capitania estava ligado aos contrabandos e descaminhos e ao absentismo dos donatários cuja última presença ocorreu até a morte de Francisco de Aguiar Coutinho, ocorrida em 1627. Para tal, no segundo capítulo, investigamos as redes de sociabilidades existentes na capitania e buscamos perceber em que grau operava a política local para manter os privilégios de comércio e poder político numa rede qualificada como *economia do bem comum* e a participação da capitania do Espírito Santo na mesma conjuntura econômica. Já no terceiro capítulo, descrevemos a pauta de exportação e importação de produtos para a manutenção da unidade produtiva, pesquisamos a relação comercial com as capitanias adjacentes e examinamos as formas de pagamento e acumulação da estrutura produtiva da capitania, com o fim de confirmar a capitania do Espírito Santo como uma feitoria portuguesa no Atlântico Sul.

No bojo do desenvolvimento de nossa dissertação discordamos de José Teixeira de Oliveira, pois o que se descortinou a nós por meio dos documentos e da bibliografia foi um movimento ascendente da dinâmica econômica estabelecida na capitania no período estudado (1600-1642). A capitania estava envolvida num circuito mercantil que foi referenciado pelos testemunhos do auto de devassa. Segundo estes relatos desde pouco antes da União Ibérica aportavam a cada ano na capitania três a quatro naus com mercadorias diversas, as quais entravam pela capitania, não estavam direcionadas apenas aos senhores de engenhos, como destinatários finais mas como parte de pagamento aos açúcares comprados dos lavradores partidistas, bem como encaminhadas a comissários e contratadores dos dízimos, que as atravessavam para o Rio de Janeiro e Bahia.

Com efeito, outra informação que corrobora nossa afirmativa é a de que trinta e um escravos da terra foram levados para o governador da Bahia, além de outros destinados aos fazendeiros locais, em 1606 e em 1629, constando ainda a entrada de quarenta e três escravos da terra vindos de São Paulo. Ainda referenciando *Salvador*, a capitania introduziu até no Rio da Prata as peças levadas dali. Tudo isso, imaginamos, possibilitava, no regresso, a entrada de moedas em ouro e prata, carnes, couros e a farinha, produtos que a Coroa tanto cobiçava<sup>297</sup>.

Quais os atores envolvidos no controle e distribuição dessas mercadorias? Como funcionava essa *rede de sociabilidade*? Com efeito, observamos que havia na capitania dois grupos de poder: os jesuítas, que operavam a conversão dos indígenas ao mesmo tempo que administravam outros negócios rentáveis como a produção açucareira, o ensino e o cultivo de

---

<sup>297</sup> Cf. SALVADOR, J. G. op. cit.

pomares.<sup>298</sup> E os senhores de engenho cujo poder estava no controle da câmara, de forma a controlar o aparato para o controle fiscal e ensejar transações comerciais fraudulentas. Pois, como afirma *Ribeiro*, este grupo era liderado por

Belchior de Azeredo que, no entanto, não consta ter lidado com negócios e navegação. Na passagem do governo seguinte, culminando com a morte do primeiro Azeredo, sua família compunha uma elite ligada à posse da terra, à aliança com os jesuítas, e ao domínio de nomeações para cargos de recolhimento dos dízimos e direitos do donatário, do rei e da Ordem de Cristo. Nesse período, se vislumbra que diante da passagem do poder de Portugal para a Espanha, coincidente com o final do governo de Coutinho (filho) e o curto governo de Grinalda, houve um florescimento dos engenhos de açúcar, das entradas ao sertão para buscar índios e minerais e ocorreu a organização de um circuito comercial da Europa com o Espírito Santo. Este florescimento pode estar ligado a um relaxamento da fiscalização de Castela sobre a Feitoria, o Almoxarifado e a Alfândega que prosperou livremente durante os períodos de interinidade dos governos locais.<sup>299</sup>

È importante destacar que esta *rede de sociabilidade* começa a ser desenhada a partir da batalha do Cricaré. Contudo, no século subsequente, nomes como Leonado Fróis, Marcos Fernandes Monsanto, Marcos de Azeredo e Jorge Pinto são evidenciados no auto de devassa, cuja função era restabelecer o controle fiscal sobre o comércio de açúcar.

Sabe-se, por fim, que no intervalo entre (1620-1627), o fluxo de capitais e investimentos aumentou na capitania, período em que ocorreu uma aceleração na entrada de mão de obra africana<sup>300</sup>. Todavia, isso não impera na capitania um influxo na economia no decênio anterior, pelo contrário, a documentação faz emergir dinâmica econômica capitaneada pela produção de açúcar, em cuja órbita operava uma atividade comercial que movimentava de três a quatro naus, as quais chegavam à capitania carregadas de diversas mercadorias vendidas por cabotagem às capitanias adjacentes. Essa dinâmica econômica despertou a ambição contumaz dos holandeses, que em março de 1625 tentaram ocupar a vila de Vitória, depois da fracassada ocupação da cidade de Salvador, em 1624. Outra vez os batavos tentaram dominar a capitania. O ano foi o de 1640 e segundo *Oliveira*:

<sup>298</sup> Cf. BITTENCOURT, G. op. cit.

<sup>299</sup> Cf. RIBEIRO, L. C. M. op. cit.

<sup>300</sup> *Ibidem.*, p. 75.

Sete navios comandados pelo coronel Koin alcançaram o porto de Vitória a vinte e sete de outubro, conseguindo, logo de início, aprisionar dois navios carregados de açúcar, apesar da resistência que lhes opuseram. Entretanto, após três horas e meia de combate foram expulsos. [...] Mal sucedidos, os flamengos investiram contra a vila do Espírito Santo, três dias depois. [...] Adão Velho e Gaspar Saraiva [...] reforçados pelo socorro mandado por Dias Guedes, contra atacaram vitoriosamente, a dois de novembro, expulsando os invasores da pequena faixa de terra que, por algumas horas, haviam conseguido dominar.<sup>301</sup>

Esse excerto revela o interesse holandês:<sup>302</sup> ocupar as áreas cuja produção de açúcar era de grande monta. Ao serem expulsos de Salvador e da capitania do Espírito Santo, dirigiram-se para a capitania de Pernambuco, local onde sua empresa alcançou êxito.

Não obstante nossa abordagem, pensamos que se faz necessário intensificar as pesquisas relativas ao período colonial do Espírito Santo. Isso é necessário para levantar novas fontes que possam jogar luzes novas sobre velhos temas que teimam em relegar o Espírito Santo a uma condição de coadjuvante no processo histórico luso-brasileiro.

---

<sup>301</sup> Cf. OLIVEIRA, J. T. de. op. cit.,

<sup>302</sup> Ver: Documentos Históricos [1624, Amsterdam]. **Os holandeses no Brasil**. Jan Andries Moerbeek: motivos porque a companhia das índias Ocidentais de tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra Brasil. Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente – Tradução Ver. Pde. Fr. Agostinho Keijzers O. C. e José Honório Rodrigues, 1942.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.
- ALBUQUERQUE, Antônio Luis Porto e. **Os descobrimentos portugueses e o encontro de civilizações**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1999. 127p.
- ANKERSMIT, Frank. **Historical Representation**. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- ARISTÓTELES. A poética. In: **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1989.
- BARBOSA FILHO, Rubem. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. (CAP. V: “A dinâmica espacial da Ibéria, p. 217-258). BH: Ed. UFMG; RJ IPERJ, 2000).
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BERWANGER, Ana Regina, e LEAL, João Eurípedes F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. Santa Maria: UFSM, 2008. 3 ed.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A Formação econômica do Espírito Santo**.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento**. A verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. 149 p.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1998.
- CAETANO, Marcelo. **Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos**, *Apud* AMARAL LAPA, José Roberto do. **O Antigo Sistema Colonial** - Brasiliense, 1982.
- CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão e creolização**: a Capitania do Espírito Santo, 1790-1815. João Fragoso ...[ET AL]. Org.: “**Nas rotas do império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português** – Vitória: Edufes; Lisboa: II. 2006.
- CARDOSO JR., Hélio Rebello. **Narrativas e totalidades como problemas na historiografia** – um estudo de dois casos. In: MALERBA, J. (org.). **A velha história**. Campinas: Papirus, 1996. p. 179-188.
- CARDOSO, Ciro F. **Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. Diálogos**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 47-64, 1998.
- \_\_\_\_\_, Ciro F. **Narrativa, sentido, história**. Campinas: Papirus, 1997.
- \_\_\_\_\_, Ciro Flamarion S. **Os Métodos da História** / Ciro Flamarion S. Cardoso e Hector Perez Brignoli: tradução de João Maia. – Rio de Janeiro: Edições Graal. 1983 – 3ª edição.
- CARR, David. **La narrativa y el mundo real**: un argumento en favor de la continuidad. **Historias**, México, n. 14, p. 15-27, 1986.
- CAVALCANTE, Paulo. **Negócios de Trapaça**: Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa, 1700-1750 – São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2006

- CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica**. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, R. **A histórica cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_, Roger. **A História hoje: dúvidas, desafios, propostas**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CARVALHO, José Antônio. **O Colégio e as residências Jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1982.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**; editora ática, 1994.
- CHORÃO, Maria José M. B. e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. **Doações e Forais das Capitanias do Brasil (1534-1536)**. Lisboa: IAN/TT, 1999.
- CHLADENIUS, Johann Martin. **Teoria geral da história**. Trad. Sara Baldus. Sapucaia do Sul, 2009 (impresso).
- COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de história**. Lisboa: Presença, 1994.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico (século XVII). In: **Modos de Governar. ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.
- DAEMON, Bazílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Sua descoberta, história e cronológica, synopsis e estatística. Vitória: typographia do Espírito Santo. (disponível em ([HTTP://www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br)))
- DEAN, WARREM. **A Ferro e Fogo: a devastação da mata atlântica brasileira**; tradução Cid Kripel Moreira; revisão técnica: José Augusto Drumond – São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- DROYSEN, Johann G. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2009.
- DURKHEIM, Émile. **Regras do método Sociológico**. 14ª Ed. São Paulo: Forense, 1970.
- FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro** – 12 ed. – São Paulo: Globo, 1997.
- FERLINE, Vieira. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial** – Bauru; SP – EDUSC, 2003.
- FERLINE, Vera Lúcia Amaral; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs). **Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no Império português séculos XVI – XIX**. – 2ª edição – São Paulo: alameda, 2005
- file//A:\Alexandre de Gusmão\_Arquivos\apresenta htm. **Personalidades e Diplomatas Históricos: Alexandre de Gusmão**.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_, Michel. **As palavras e as coisas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FREITAS, Gustavo de. **A Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649-1720)** – subsídios para a história econômica de Portugal e do Brasil: coleção da revista de História, São Paulo, 1951
- FREITAS, Marcos (org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo:Contexto, 1996.

FRAGOSO, João Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça – Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_, João Luís; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, (1790-1840)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

\_\_\_\_\_, João. **“A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)”**. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Org.). **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Ed. Civilização Brasileira – Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Conquistadores e Negociantes: história das elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa , séculos XVI a XVIII (Orgs.)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GALVANI, Walter. **Nau capitânia. Pedro Álvares Cabral como e com quem começamos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GERVINUS, G. G. **Fundamentos de teoria da história**. Tradução Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis: Vozes, 2010 (no prelo).

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. **Conexões imperiais: oficiais régios no Brasil e Angola (c. 1680-1730) In. Modos de Governar. ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.**

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **SEPLAN/FJSN. Espírito Santo: documentos coloniais**. V. 1. Organizado por João Eurípedes Franklin Leal. Vitória, 1978.

HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In: BOUTIER & JULIA. **Passados recompostos**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

HESPANHA, António Manuel. **Governo, elites e competência Social: Sugestões para um entendimento renovado da história das elites**. In. **Modos de Governar. ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.**

HOBBSAWM, Eric J. The revival of narrative, some comments. **Past and Present**, n. 85, p. 3-4, 1979.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil – São Paulo: Brasiliense, 2004**

\_\_\_\_\_, Sergio Buarque de. **A Época Colonial, Tomo I; do descobrimento à expansão territorial / por Aziz N. Ab’Saber... [ET AL]; introdução geral de Sergio Buarque de Hollanda**. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997: - (História geral da civilização brasileira)

\_\_\_\_\_, Sergio Buarque de. **Administração, Economia, Sociedade, Tomo 2; do descobrimento à expansão territorial / por Aziz N. Ab’Saber... [ET AL]; introdução geral de Sergio Buarque de Hollanda**. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1997: - (História geral da civilização brasileira)

HUMBOLDT, Wilhelm von. **A tarefa do historiador**. Trad. Pedro Caldas. **Anima**, v.1, n.1, 2001.

- HUNT, Lynn (org). **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JENKINS, Keith. **A reconstrução do passado**. São Paulo: Contexto, 2006
- JULIA, Dominique & BOUTIER, Jean. **Passados recompostos: campos e canteiros da história**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ/ Ed. FGV.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAPA, Amaral José Roberto do. **O Antigo Sistema Colonial**; Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_, Amaral Jr. **Economia Colonial** – editora Perspectiva; 1973
- LARA, Silvia Humold. **Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América portuguesa** In. **Modos de Governar. ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed.Unicamp, 1994.
- \_\_\_\_\_, Jacques. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- LIMA, Luiz Costa. **Aguarrás do tempo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- MARX, Carl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos e outros textos escolhidos: seleção de textos de José Arthur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni... (et AL)**. – 2ª Ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MENDONÇA, Manuela. **As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Colibri, 1994. 140 p.
- MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos**. Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista Portugal, séculos XV e XVI. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, (s/d).
- NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 3ª edição. São Paulo, 1985: HUCITEC, Capítulo II: A Crise do Antigo Sistema Colonial.; PP, 57-116
- NUNES, E. Borges. **“Abreviaturas paleográficas portuguesas”**. Lisboa: FL, 1981. 122p
- OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2 ed. Vitória: Fundação Cultural do Espírito Santo, 1975.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: São Paulo+ Brasiliense, 2004.
- REIS, José Carlos. **História e teoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio M. [org.]. **A serventia da casa**. A Alfândega do Porto de Vitória e os rumos do Espírito Santo. Vitória : Sindiex, 2008.
- \_\_\_\_\_, Luiz Cláudio M. Modos de Ver (1534-1643): o governo da capitania do Espírito Santo na sua primeira centúria. CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V. da; BENTIVOGLIO, J. C.; NADER, M. B. (Org.) *Anais eletrônicos do III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades (Territoires, pouvoirs, identités)*. Vitória: GM Editora, 2011, p. 1-19.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança M. Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. Tomo I.

RICUPERO, Bernardo. **Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: Departamento de Ciências Políticas da USP; Fapesp. Ed. 34, 2000.

\_\_\_\_\_, Rodrigo. **Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI**. In: **Modos de Governar. ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI-XIX**, 2ª edição, São Paulo: Alameda, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Brasília: UnB, 2001.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória** – ALEA, volume 7, número 2 – Julho-Dezembro de 2005.

SALETO, Nara. **Donatários, colonos índios e jesuítas: início da colonização do Espírito Santo**, 2ª Ed. rev. – Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011

SALVADOR, Andressa. **Os donos do poder ao longo da formação sócio-política brasileira: uma visita à obra de Raymundo Faoro**. [www.univen.edu.br/revista/n9](http://www.univen.edu.br/revista/n9) 11:36 em 21/02/2012

SALVADOR, José Gonçalves. **A Capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença de cristãos novos**: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – UFES/Departamento Estadual de Cultura, 1994.

\_\_\_\_\_, José Gonçalves. **Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro, 1530-1680**. São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SANTANA, Elisa Torres. **El comercio de lãs Canárias Orientales em tempos de Felipe II**; ediciones Del Cabildo Insular de Gran Canária; Lãs Palmas, 1991.

SANTOS, Rafael Aguiar dos. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial** (resenha crítica). 3ª edição. São Paulo: Hucitec, capítulo II: A crise do Antigo Sistema Colonial, 1985. PP. 57-116

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil (1500-1822)**: São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1977. 7ª Ed.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A Situação econômica luso-brasileira nos fins do século XVIII e início do século XIX** – Revista de História Dimensões, nº 05. UFES – 1997.

SOUZA, João Paulo A. de. **Entre o sentido da colonização e o arcaísmo como projeto: a superação de um dilema através de um conceito de capital escravista**. Revista de Estudos Econômicos: vol. 38, nº. 01 – São Paulo Jan/mar 2008

SOUZA, Laura de mello e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa so século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

STONE, Lawrence. The revival of narrative. **Past and Present**, n. 86, p. 3-24, 1979.

TORRES, Milton. **O Maranhão e o Piauí no Espaço colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Rezende Faria e Silva** – São Luís: Instituto Geia, 2006

**FONTES PRIMÁRIAS:**

Documentos transcritos do Arquivo Histórico Ultramarino - Conselho Ultramarino Brasil - Espírito Santo.

**4.1617, Agosto, 13, Lisboa**

**CARTA DE LEI** (treslado) do Rei [Felipe II], ao Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alves de Siqueira, a ordenar a devassa nos descaminhos da alfândega, e constando dos procedimentos dos culpados, apontou escrivão de confiança para levar essa diligência na alfândega da dita Capitania.

Anexo: auto de testemunhas (01 doc. 60 fls.)

CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 01 doc. 04, 05

**CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 04**

**6.[Ant. a. 1618, julho, 24],**

Espírito Santo **AUTO** (treslado) de diligência que fez o Capitão-Mor da Capitania do Espírito Santo, Gaspar Alvarez de Siqueira, sobre o contrabando do pau-Brasil no rio Cricaré.

Anexo: documentos comprovativos (04 docs. 11 fls.)

CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 01 doc. 07

CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 01 doc. 06

**[1624, Amsterdam] Documentos Históricos.**

*Os holandeses no Brasil. Jan Andries Moerbeek: motivos porque a companhia das índias Ocidentais de tentar tirar ao Rei da Espanha a Terra Brasil. Lista de tudo que o Brasil pode produzir anualmente – Tradução Ver. Pde. Fr. Agostinho Keijzers O. C. e José Honório Rodrigues, 1942*